

UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
Faculdade de Ciências e Letras - Araraquara

Pós-Graduação em Sociologia



Cadernos de Campo

ISSN 1415-0689

Cadernos de Campo

Araraquara

n. 11

p. 1-160

2005

**UNESP - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Faculdade de Ciências e Letras - *Campus* de Araraquara**

UNESP

Reitor: **Marcos Macari**

Vice-Reitor: **Herman Jacobus Cornelis Voorwald**

FCL Araraquara

Diretor: **Cláudio Benedito Gomide de Souza**

Vice-Diretor: **Paulo Rennes Marçal Ribeiro**

Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Coordenador : **Milton Lahuerta**

Vice- Coordenador: **Augusto Caccia Bava Júnior**

CADERNOS DE CAMPO

Comissão Editorial

Alécio Rodrigues de Oliveira

Cláudia Adametes

Maria Mary Ferreira

Susete Souza Carvalho

Valquíria Pereira Tenório

Conselho Editorial

André Botelho - UFRJ

Augusto Caccia-Bava Júnior – UNESP/ FCLAr

Boaventura de Souza Santos – Universidade de Coimbra

Carlos Benedito Rodrigues da Silva – UFMA

Cláudio Bertolli Filho – UNESP/ Bauru

Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira – UNESP/ FCLAr

Edmundo Alves de Oliveira - UNIARA

Eliana Maria de Melo Souza – UNESP/ FCLAr

Elide Rugai Bastos - UNICAMP

Enrique Amayo Zevallos– UNESP/ FCLAr

Fernanda Áreas Peixoto – USP

Heitor Frúgoli Junior - USP

José Antonio Segatto – UNESP/ FCLAr

Lucila Scavone – UNESP/ FCLAr

Maria Arminda do Nascimento Arruda - USP

Maria Orlanda Pinassi – UNESP/ FCLAr

Maria Teresa Miceli Kerbauy – UNESP/ FCLAr

Marta Teresa da Silva Arretche - USP

Milton Lahuerta – UNESP/ FCLAr

Olga Rodrigues de Moraes Von Simonson - UNICAMP

Teresina Moreira Lima – UFMA

Vera Mariza Henriques de Miranda Costa – UNESP/ FCL-FCE, UNIARA

Revisão: **Sônia Ap. Vido Pascolati**

Capa: **Antônio Parreira Neto**

Impressão: **Seção Gráfica - FCL/CAr**

Cadernos de Campo

SUMÁRIO

- Apresentação 07
- Dos clássicos aos contemporâneos
From classics to contemporaries
Lucila Scavone 09
- Octavio Ianni: da metamorfose do povo à democracia popular
Octavio Ianni: from people's metamorphose to popular democracy
Jeanne Gomes de Brito 17
- Religião e modernidade: algumas considerações acerca do
processo de secularização no Ocidente
Religion and modernity: ...
Marcos Renato Holtz de Almeida 33
- Coesão social e individualização: análises e interpretações da obra de
Émile Durkheim – *Da divisão do trabalho social*
Social cohesion and individuality: analyses and interpretations of
Émile Durkheim's work – The division of the social work
Wagner Francisco Mourão 47
- Produção familiar e pluriatividade no município de Araraquara-SP:
estratégias de resistência e reprodução social
Familiar production...
José Carlos Alves Pereira 65

Apontamentos sobre as categorias rural, urbano, campo, cidade:
a perspectiva de um *continuum*
Apointments...

Lucelina Rosseti Rosa 83

Glossolalia: ética e dimensão simbólica no pentecostalismo
Glossolalia: ethic and symbolic dimension in pentecostalism

Maurício Ricci 101

O serviço secreto do DEOPS/SP na Era Vargas: o papel da infiltração
e delação na vigilância policial sobre o movimento operário
*DEOPS/SP Secret Service in Vargas' age: the function of infiltration
and accusation in police's vigilance about the working movement*

Marcos Tarcísio Florindo 119

Elcição Argentina: reflexos da crise do modelo neoliberal
Argentine's election: the consequence of neoliberal model's crisis

Angelo Aparecido Sastre 139

ÍNDICE DE ASSUNTOS / SUBJECT INDEX 155

APRESENTAÇÃO

A Revista **Cadernos de Campo** se apresenta como um canal de divulgação de estudos e pesquisas de alunos da Pós-Graduação em Ciências Sociais, com a perspectiva de socializar conhecimentos, favorecendo a troca de informações e saberes que propiciam um maior intercâmbio entre alunos de diversos programas.

Neste número, a revista selecionou uma série de artigos apresentados na II Semana de Pós Graduação em Sociologia, realizada em 2003 na Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, com o tema: **A recepção e a leitura dos clássicos das Ciências Sociais**, da qual participaram alunos de graduação e pós-graduação, o que permitiu uma integração entre os dois segmentos. O resultado desta integração está nas discussões apresentadas nos artigos que apontam reflexões profundas sobre temáticas relacionadas com as linhas de pesquisa do Programa.

Dos trabalhos apresentados destacamos as contribuições da Professora Lucila Scavone, que colaborou neste número disponibilizando sua conferência, onde aborda a contribuição dos Clássicos nas Ciências Sociais.

A todos os que enviaram seus textos, ou que de certa forma contribuíram para a publicação desta revista, deixamos registrado nosso agradecimento.

Comissão Editorial

DOS CLÁSSICOS AOS CONTEMPORÂNEOS¹

Lucila SCAVONI²

Resumo: O texto faz uma reflexão sobre o diálogo do pensamento social contemporâneo com o pensamento clássico. Utiliza-se das análises de Danilo Martucelli sobre as Sociologias da Modernidade e de Phillippe Corcuff referente aos teóricos construtivistas. Destaca o pensamento de Pierre Bourdieu como exemplo de uma teoria social que se comunica com diferentes teorias clássicas. Conclui que a Sociologia Contemporânea ainda se confronta com as oposições binárias que reforçam a concepção positivista de ciência, fazendo com que o diálogo das teorias modernas com as teorias clássicas ainda continue vivo e incompleto.

Palavras-Chave: Sociologia contemporânea; construtivismo; teoria e pesquisa; dicotomias clássicas.

Abstract: The text makes a reflection the dialogue of the contemporary social thought with the classic thought. It makes use of the analyzes of Danilo Martucelli about the sociologies of modernity and Phillippe Corcuff regarding the theoretical constructivists. It emphasizes Pierre Bourdieu as example of a social theory that communicates with different classic theories. It concludes that the contemporary sociology is still confronted with the binary oppositions that reinforce the positivist conception of science, doing that the dialogue between modern and classic theories still being alive and incomplete.

Keywords: Contemporary sociology; constructivism; theory and research; Classic dichotomy.

O estudo da Sociologia contemporânea nos remete a um constante diálogo com as teorias sociais fundadoras das ciências sociais, mostrando-nos que se o

¹ Conferência proferida na mesa-redonda "A recepção e a leitura dos clássicos no Brasil" no evento "Os clássicos e sua contínua-ação nas Ciências Sociais". UNESP – Araraquara. 26-08-2003.

² Departamento de Sociologia – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – Universidade Estadual Paulista – 14800-901 – Araraquara – SP.

conhecimento sociológico costuma se construir em sintonia com as inquietações de seu tempo, ele não pode prescindir da História das Idéias para seu crescimento. Portanto, interessa-nos, aqui, pensar não só como se dá a interpretação, absorção e superação dos clássicos na teoria social contemporânea, mas também como são tratadas as questões teórico-metodológicas clássicas das ciências sociais - tais como a relação indivíduo e sociedade, teoria e prática, objetividade e subjetividade - na compreensão dos fenômenos sociais contemporâneos.

Nunca é demais lembrar que as Ciências Sociais, e especialmente, a Sociologia, nasceram no séc. XIX, no bojo das revoluções industrial, política e científica: um período de grandes transformações e inseguranças sociais. Emergindo com a sociedade industrial moderna, a Sociologia se construiu influenciada pelo paradigma das ciências naturais e exatas; rompeu a explicação teológica do mundo e buscou se diferenciar da explicação filosófica. Assim, ela abria o caminho para a compreensão científica do mundo social dividido e multifacetado que então se anunciava.

Entretanto, filha da Filosofia, vinha com a marca das especulações universais e generalizadoras, conforme a obra de seus três mais importantes fundadores, Marx (1818-1883), Durkheim (1858-1917) e Weber (1864-1920). De fato, observa-se nestes autores não só uma preocupação em integrar o conhecimento de mais de uma disciplina - em Marx e Weber a Economia e a Política, em Durkheim sobretudo a Antropologia - como, também a busca de uma explicação da sociedade marcada por representações globais da realidade. As abordagens holista de Durkheim, a de totalidade em Marx, a do específico visando ao universal em Weber, nos indicam essa tendência que, de certo modo, permanece como uma identidade da Sociologia até os dias de hoje: uma ciência que se pretende generalizadora na explicação dos fenômenos sociais, apesar de suas inúmeras especializações³.

Outra marca identitária da Sociologia, que deriva de seu nascimento no período das crises econômicas e políticas do séc. XIX, é sua preocupação com a **questão social**. Observamos este fato em Marx ao não separar contemplação/ação, visando às transformações sociais; em Durkheim, ao

³ Embora a Sociologia Contemporânea tenha mantido a tendência da explicação abrangente do mundo social, ela elaborou um aprofundamento temático que resultou em um amplo leque de sociologias especializadas. Este fato é coerente com a complexificação das sociedades

buscar explicar as tensões sociais pelo fortalecimento de uma ciência da moral, com base no princípio da coesão e da integração social; em Weber, ao interpretar a sociedade capitalista por um amplo processo de racionalização que se fundamenta no valor do trabalho e em uma ética que lhe anima.

Embora em um contexto e perspectivas absolutamente diversas, a Sociologia Contemporânea (dos meados do séc XX em diante) continua voltada para a **questão social**, constituindo-se, praticamente, em seu amplo objeto de estudo. Autores contemporâneos, como Pierre Bourdieu (1930-2002) ao construir uma contundente crítica ao néo-liberalismo, ou como Boaventura Sousa Santos ao defender **um conhecimento prudente para uma vida decente**, com vistas ao reencantamento do mundo, estão evidenciando suas inquietações com as novas questões sociais que afligem o mundo em que vivemos (BOURDIEU, 1998; SANTOS, 2002). Questões que foram colocadas no nascimento da Sociologia são retomadas de formas diferentes pelo pensamento contemporâneo, renovadas pelas indagações à realidade presente. Entretanto, costumamos classificar as Sociologias Clássicas e as Sociologias Contemporâneas de forma cronológica, separando-as principalmente pela sua temporalidade ; a busca da compreensão de uma nova época coloca as teorias sociais contemporâneas em um novo estágio de elaboração.

Martuccelli (1999) ao traçar o itinerário do pensamento sociológico do século XIX e XX, faz uma análise das “sociologias da modernidade” colocando clássicos e contemporâneos sob a égide de uma única matriz : a da modernidade. Essa matriz lhe possibilitou compreender a continuidade da reflexão sociológica e ao mesmo tempo sublinhar a reinterpretação da modernidade, em suas diferentes fases, por diversos autores. A modernidade, que ainda não se esgotou, vai também designar a sociedade em que vivemos, o tempo presente. Mas o presente não pode ser compreendido sem o conhecimento do passado, que só a História fornece. O rompimento radical entre o fio do passado com o presente, em geral, nos é narrado por algum acontecimento inaugural (a Revolução Francesa, o início da industrialização, a consolidação histórica do Estado-Nação, a secularização) que pretende explicar tal ruptura. As Sociologias da Modernidade nascem tanto da consciência da distância do presente com o passado, como da necessidade de nos interrogarmos sobre as formas dessa distância.

Ao situar todas as teorias sociológicas como Sociologias da Modernidade, Martuccelli amplia o leque da modernidade estendendo-o do séc. XIX ao XX,

buscando um eixo comum entre os autores, cada qual interpretando o seu tempo. Para tanto, reúne os pensadores em torno de três grandes figuras de desajustamento: **a diferenciação social** (Émile Durkheim, Talcott Parsons, Pierre Bourdieu, Niklas Luhmann) ; **a racionalização** (Max Weber, Norbert Elias, Herbert Marcuse, Michel Foucault, Jürgen Habermas) ; **a condição moderna** (Georg Simmel, A Escola de Chicago, Erving Goffman, Alain Touraine, Anthony Giddens).

Na primeira, por exemplo, pode-se aproximar Durkheim, com sua problemática de integração e diferenciação, de desvios e normas, a Bourdieu, com sua concepção de espaço social, campo e *habitus*. Dois sociólogos que, em períodos históricos distintos, utilizaram a mesma lógica de análise para compreender o tempo em que viviam, partindo do estudo de grupos menos complexos para os grupos mais complexos, do homogêneo para o heterogêneo, procurando compreender a diferenciação social. Durkheim, por exemplo, com base nos estudos das religiões primitivas, buscou explicar a recorrência e a permanência do fenômeno religioso em todas as sociedades ; já Bourdieu, fundamentando-se em suas pesquisas da sociedade tradicional Cabília, construiu a explicação do princípio da dominação masculina, princípio este encontrável – com nuances diferentes, segundo os capitais culturais, econômicos, sociais e políticos de cada sociedade – em todos os campos do espaço social.

No eixo da racionalização, Max Weber com sua compreensão desencantada do mundo moderno e Michel Foucault (1926-1984) utilizando a racionalização como uma forma de assujeitamento e controle social, podem ser, também, dois exemplos convergentes. No primeiro, o processo de racionalização vem junto com o capitalismo e com uma organização previsível do mundo, gerando o desencantamento. No segundo, a racionalização se constitui com o aprimoramento de dispositivos disciplinares de poder – **tecnologias de poder** - adestrando e controlando os indivíduos no mais recôndito dos seus corpos.

Na condição moderna, G. Simmel (1858-1918), a Escola de Chicago, Goffman (1922-1982), Touraine convergem em algumas análises das cidades, da cultura, da democracia, dos movimentos urbanos. A interpretação de Martucelli nos dá uma idéia da quase impossibilidade de classificar os autores contemporâneos em escolas, ou correntes, tamanha a diversidade e riqueza de pensamento. Por outro lado, ela mostra uma tendência da continuação dos clássicos nos contemporâneos (aliás, palavra que vocês tão bem empregaram

no título deste evento : a contínua-ção dos clássicos), que nem sempre significa interpretação linear, ou até identidade de idéias, mas construções teórico-metodológicas que partem de uma mesma lógica, de uma matriz comum.

Em outra interpretação da Sociologia Contemporânea, Corcuff (1995) critica a forma como a leitura contemporânea da sociologia clássica conservou os esquemas dicotômicos como ideal/material , subjetivo /objetivo , individual/coletivo, alguns herdados da Filosofia, integrados pelos fundadores e reinterpretados pelos contemporâneos. Mostra-nos como este sistema de oposição foi reforçado até na própria leitura dos clássicos, sugerindo que leituras dogmáticas de Marx acentuaram a polaridade materialismo/idealismo, enquanto outras, menos dogmáticas, tal qual, a de Godelier, se propunham sair dessa oposição clássica, colocando, por exemplo, que toda relação social, incluiria uma parte ideal, uma parte de pensamento e de representações.

Contra essa tendência de criar oposições binárias que herdada de uma leitura equivocada dos clássicos, Corcuff (1995) nos mostra como autores contemporâneos, agrupados no que ele define como “galáxia construtivista” buscaram saídas para superar este impasse, sem de fato, constituírem uma escola, ou uma corrente : Norbert Elias (1897-1990), Pierre Bourdieu, Anthony Giddens, Peter Berger, Aaron Cicourel, Michel Callon, Bruno Latour, Edward Thompson, Luc Boltanski, entre outros. O quê há em comum entre eles ? É o fato de apreenderem as realidades sociais como construções históricas cotidianas por atores individuais e coletivos. Há nesta apreensão da realidade social um duplo movimento que foi sistematizado por Sartre (1905-1980) , em um prolongamento crítico da filosofia dialética de Hegel (1770-1831) : “a interiorização do exterior e a exteriorização do interior”.

O(as) atore(as) sociais interiorizam a objetividade presente nas palavras, nas instituições, nas regras herdadas do passado, as transformam e criam outras. Por outro lado, essas realidades sociais estão inscritas no mundo subjetivo, constituem formas de conhecimento, de percepção. Nesse duplo movimento estaríamos fazendo uma abordagem da realidade social que superaria a dicotomia indivíduo/sociedade apreendendo o real, pela idéia de Gaston Bachelard (1884-1962), retomada por Pierre Bourdieu, de que o “real é relacional”, evitando, assim, reduzir a realidade a um só polo de interpretação ao situar a causalidade do fenômeno social em uma ampla rede de relações. Este princípio está vinculado a uma filosofia da Ciência relacional, que segundo Bachelard é parte de toda filosofia moderna. Nas duas perspectivas apontadas,

a de Martucelli e de Corcuff, há presente a idéia da **apropriação e transferência do passado** pelos sociólogos contemporâneos que, ao interpretarem o mundo social em que vivem, buscam inspiração nas teorias clássicas para construir novas teorias.

Pierre Bourdieu é um bom exemplo desse percurso. Sua teoria do mundo social se filia em uma “filosofia do saber, da racionalidade e do conceito” - nas figuras de Cavaillès, Bachelard, Koiré e Canguilhem (PINTO, 1998) - buscando comunicar teorias sociológicas opostas, sem cair nas “falsas sínteses ecléticas”⁴ e criando uma nova teoria. Ele tomou, por exemplo, de Marx, o conceito de capital e o ampliou. Em sua análise do espaço social francês ele enfatiza o capital econômico e o capital cultural, considerando que, na sociedade francesa, são os capitais mais eficientes. Entretanto, o seu conceito de capital estende-se e abrange outros campos como o social, o político, o científico, o linguístico, o simbólico. Todos os capitais juntos estariam presentes na noção de capital global, conceito que coloca os grupos num determinado lugar do espaço social. Como não há um capital determinante, podemos encontrar grupos ou indivíduos que detêm um capital econômico sem correspondência com seu capital cultural, ou vice-versa, tais como o(as) professor(e) universitário(a) que teriam no espaço social francês maior capital cultural que econômico, ao contrário dos padrões de comércio e da indústria.⁵

Em sua análise institucional, Bourdieu parte do mesmo princípio de Durkheim ao buscar as causas sociais da regularidade de um fenômeno mostrando sua força social. Entretanto, ele avança Durkheim ao conseguir solucionar, ou pelo menos, tornar mais clara a relação entre o indivíduo e a sociedade⁶, estabelecendo-a por meio dos seus conceitos de **campo** (posições sociais) e de *habitus* (disposições individuais). Buscando esta relação Bourdieu faz uma caracterização do **espaço social** com elementos invariantes (**estrutura**) que teriam a pretensão de **validade universal** e os elementos variantes (*habitus*) marcados no mais profundo dos corpos pelas histórias coletivas e regionais

⁴ Ao condenar as grandes sínteses que não constroem uma nova teoria, Bourdieu lembra, por outro lado, que a condenação que se costuma fazer ao ecletismo em si “seguidamente serviu como alibi da incultura”. Ao separarmos as teorias sociológicas pelo dogmatismo fechamos as portas ao conhecimento. (BOURDIEU, 1980, p.24).

⁵ O conceito de capital concebido na teoria de Bourdieu se generalizou e podemos dizer que seu uso ultrapassou o círculo dos intérpretes e simpatizantes de sua obra.

⁶ Durkheim, cuja tendência inegável de enfatizar a força do coletivo e da sociedade em relação aos seus componentes individuais vai, em seus últimos trabalhos, intensificar a idéia de “indivíduo moral”

diferenciadas. Nesse esquema teórico, contempla a relação de via dupla entre as estruturas objetivas e as estruturas subjetivas, em última instância, entre o indivíduo e a sociedade. “O corpo está no mundo social, mas o mundo social está no corpo”. (BOURDIEU, 1992, p.38).

A análise de Bourdieu da violência e força simbólica nos mostra como ela se exerce de fora para dentro do indivíduo agindo sobre o corpo e não sobre a consciência (subjetivação da objetivação) e também de dentro para fora do indivíduo (objetivação da subjetivação).

A força simbólica é uma forma de poder que se exerce sobre os corpos, diretamente, e como que por magia, sem qualquer coação física ; mas essa magia só atua com o apoio de predisposições colocadas, como molas propulsoras, na zona mais profunda dos corpos. (BOURDIEU, 1999, p.50)

Esta violência simbólica é real, não se passa no imaginário, mas nos corpos que, por meio das disposições adquiridas, são consideradas **naturais**. Ao analisar **a economia dos bens simbólicos** Bourdieu está também, dialogando com Weber que estendeu

a análise econômica (em um sentido generalizado) a terrenos normalmente abandonados pela economia, como a religião. Assim, ele caracteriza a Igreja, por uma magnífica fórmula, como detentora do monopólio da manipulação dos bens da salvação. (BOURDIEU, 1980, p.25)

Sua noção de capital simbólico (como por exemplo, força física, riqueza) confere um sentido rigoroso ao que Weber chamava de carisma (noção mais descritiva) ; este capital reconhecido “pelos agentes sociais dotados de percepção” torna-se eficiente simbolicamente, como uma “verdadeira força mágica” que faz com que os indivíduos aceitem, nesse caso, as injunções religiosas. (BOURDIEU, 1994).

Pinto (1998) mostra como Bourdieu - filósofo de formação, reconvertido às ciências sociais - levou adiante sua obra científica em um período em que a academia francesa (anos 50-60) estava dividida de um lado, por professores aplicados a comentar os fundadores da Sociologia e de outro lado, por pesquisadores de pesquisa empírica aplicada. Se Bourdieu conseguiu com sua obra contribuir para a construção de uma sociologia reflexiva frente às práticas sociais, ultrapassando a dicotomia do objetivismo/subjetivismo, podemos dizer que a separação do ensino e da pesquisa é ainda corrente na academia,

principalmente, nos países do sul. Esta situação tem como consequência um hiperteoricismo, ou um hiperempirismo, dificultando a construção de novas teorias explicativas da sociedade.

As análises dos cientistas sociais contemporâneos como Bourdieu, Foucault, Elias, Giddens, Latour, entre outros, abriram caminho para superarmos dicotomias clássicas, inclusive entre a macro e micro Sociologia, a teoria e a pesquisa, não reduzindo a realidade a explicações generalizantes, nem tampouco a explicações demasiado particulares e descritivas. Entretanto, mesmo trazendo à cena novo(as) atore(as) sociais e com ele(as) a renovação das referências teórico-metodológicas, dando lugar às Sociologias Específicas, a Sociologia Contemporânea ainda se confronta com a busca da superação das oposições binárias que reforçam a concepção positivista de ciência. O fato da ruptura não ter se realizado completamente nos coloca hoje frente ao que Santos (1989) chamou de um período de **transição paradigmática** no qual, nosso diálogo com as teorias clássicas ainda continua vivo e incompleto.

Referências

BOURDIEU, P. **Questions de sociologie**. Paris: Minuit, 1980.

BOURDIEU, P. **Réponses**. Paris: Seuil, 1992.

BOURDIEU, P. **Raisons pratiques: sur la théorie de l'action**. Paris: Seuil, 1994.

BOURDIEU, P. **Contre-feux: propos pour servir à la résistance contre l'invasion neo-libérale**. Paris: Liber-Raison d'Agir, 1998.

BOURDIEU, P. **La domination masculine**. Paris: Seuil, 1999.

CORCUFF, P. **Les nouvelles sociologies**. Paris: Nathan, 1995.

MARTUCELLI, D. **Sociologies de la modernité**. Paris: Gallimard, 1999.

PINTO, L. **Pierrri Bourdieu et la théorie du monde social**. Paris: Albin Michel, 1998.

SANTOS, B. de S. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SANTOS, B. de S. Por uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, out. p.237-80, 2002.

OCTAVIO IANNI: DA METAMORFOSE DO POVO À DEMOCRACIA POPULAR

Jeanne Gomes de BRITO¹

Resumo: O presente artigo analisa a trajetória intelectual do sociólogo Octavio Ianni, em especial o momento em que Ianni esteve na Faculdade de Ciências e Letras da USP (década de 1950 até 1969), a fim de analisar os estudos da UNESCO; do grupo “d'O Capital”; os trabalhos em torno do CESIT e a sua participação na Revista *Civilização Brasileira*. Com isso, resgataremos a discussão da democracia presente em outras temáticas tais como a questão étnica; a relação entre o Estado e a sociedade; e os temas referentes à classe operária.

Palavras-Chave: Octavio Ianni; pensamento político; relações raciais; Estado e sociedade civil; populismo; industrialização.

Abstract: This article analyses the Octavio Ianni's intellectual trajectory, specially the period that Ianni stayed on Faculdade de Ciências e Letras da USP (decade 1950 until 1969), in order to analyzer the studies of UNESCO; the “Capital group”; the works around CESIT and your partnership in Revista *Civilização Brasileira*. Then, we situate the discussion about democracy whose presence is in others thematics, organized by Ianni, like the ethnic question; the relation between State and society; and the themes with regard to working class.

Keywords: Octavio Ianni; politic thought; relations races; State and civil society; populism; industrialization.

Introdução

Tendo em vista a importância da trajetória intelectual do sociólogo Octavio Ianni para os estudos das Ciências Sociais e para o pensamento político e

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Sociologia – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – Universidade Estadual Paulista – 14800-901 – Araraquara – SP.

social brasileiro, nos chama a atenção a investigação acerca da democracia em suas obras, na medida em que esta se liga ao que Ianni caracteriza como a metamorfose do povo² em cidadão.

Havendo poucas obras de Ianni que tratem da democracia como tema central³, será necessário buscar a discussão a respeito desta nos trabalhos do autor através do resgate de outros temas, como, por exemplo, a questão étnica, a relação entre Estado e sociedade civil e aqueles concernentes à classe operária.

Desse modo, faremos uma pesquisa bibliográfica capaz de abranger a trajetória do autor, o período tratado e conceitos desenvolvidos pelo autor -- como povo, classe subalterna, populismo, hegemonia, consciência de classe, homem comum, pluralidade -- para uma melhor análise das temáticas referidas. Nesse sentido, procuraremos compreender a trajetória intelectual de Ianni e o reflexo de seu pensamento na inovação dos estudos das Ciências Humanas em geral e no pensamento e práticas políticas.

Octavio Ianni e a sua trajetória intelectual na USP

A reflexão sociológica caminha, indubitavelmente, pela busca de se interpretar o país sob diversos ângulos. Tal assertiva traz à cena a necessidade de se compreender a constituição das idéias sociológicas, requerendo, portanto, um estudo do lugar social⁴ dos intelectuais.

Dessa forma, é importante serem analisadas as contingências que encaminham as escolhas dos sujeitos, ou seja, os fatores (acadêmicos, históricos, políticos, pessoais e sociais) que foram decisivos ao ponto de determinarem os rumos de sua trajetória.

Dentro desta perspectiva, esta pesquisa tem como objetivo principal analisar o pensamento político-social do sociólogo Octavio Ianni -- percebendo

² Refere-se à classe subalterna, que consiste em: trabalhadores assalariados, isto é, operários, camponeses, empregados de empresas privadas, funcionários de órgãos públicos, estudantes, intelectuais, ou índios, caboclos, negros, mulatos e brancos de diferentes etnias. Ver: *A Idéia de Brasil Moderno*, 1992, de Octavio Ianni.

³ Dentre elas podemos citar *O ABC da Classe Operária*, 1980.

⁴ Este não é um lugar estritamente espacial, como no caso de Octavio Ianni é a USP, mas está ligado às idéias sociológicas, ou seja, às tendências temáticas, às orientações teóricas e, também, refere-se ao momento histórico, que, por conseguinte, influencia sobre a forma de se interpretar o país. Em outras palavras, trata-se da idéia de escola, que, obviamente, deve ser mediada levando em consideração as diversidades e, às vezes, até divergências entre os intelectuais de um determinado grupo, mas, muitas vezes, existe uma unidade interna entre eles que os identifica e os agrega.

as metamorfoses ocorridas com a sua trajetória, as metamorfoses do seu olhar sociológico, no que diz respeito à metodologia e aos temas por ele analisados e as metamorfoses relativas aos processos históricos e sociológicos do Brasil – e com isso devemos investigar o período de gestação e solidificação da obra de Ianni.

Destarte, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP é o *locus* referencial de seus primeiros estudos, nesse sentido, nosso trabalho abrange meados dos anos cinquenta, quando Ianni defende sua Dissertação de Mestrado⁵, até 1969, momento em que aconteceram as aposentadorias compulsórias devido à truculenta decisão política do então presidente da república Costa e Silva. Portanto, é propriamente na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras onde se fundamenta o seu talento para a tarefa de professor, se germina a sua vocação científica e se estreitam os laços interpessoais.

Nessa linha, destacamos a importante presença de seu orientador, o sociólogo Florestan Fernandes, que ao agregar em torno da Cadeira I de Sociologia uma sólida gama de pesquisadores, buscava a consolidação institucional da Sociologia, enquanto refletia acerca das condições do espaço e da ampliação do papel do profissional das Ciências Sociais.

Sobretudo, seus assistentes (Octavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Marialice Mencarini Foracchi, Maria Sylvia Franco e Renato Jardim Moreira) estavam imbuídos pelo ecletismo das tradições teóricas⁶ marcadas em Florestan e nutridos pelas mesmas formações e matrizes teóricas, fato que lhes conferia uma identidade de grupo, ou seja, lhes caracterizava enquanto “escola uspiana”.

Portanto, na busca de se diferenciar de autores considerados por eles como autodidatas, estabeleciam os limites do que deveria ser considerada ciência. Por isso, tinham a necessidade de adequar os estudos sociológicos a um padrão de rigor teórico-metodológico e manter uma linguagem hermética que se pauta na justificativa de alicerçar e institucionalizar a Sociologia nacional no cânone universitário, tendo como horizonte o modelo científico da Sociologia

⁵ *Raça e Mobilidade Social em Florianópolis*, 1957.

⁶ No que diz respeito às orientações metodológicas deste grupo de intelectuais. Florestan Fernandes foi essencial, levando ao debate a contribuição dos fundadores das Ciências Sociais – Marx, Weber e Durkheim – e de autores críticos à contemporaneidade, a exemplo de Lukács, Sartre, Mannheim e Goldman. Sobretudo, faz-se necessário ressaltar também o surgimento de um marxismo universitário, estimulado pela geração de seus assistentes de pesquisa que acaba por configurar uma renovação do pensamento crítico. Ver: Lahuerta. (1999).

estrangeira, a exemplo da francesa, norte-americana e alemã. Assim, esses intelectuais pretendiam romper com a tradição ensaística do século XIX que perdurava até meados dos anos 50, sendo este o momento que se inicia a inflexão das pesquisas sociológicas.

As pesquisas pertinentes às relações raciais no Brasil, entre negros e brancos, foram incentivadas pela tentativa mundial da UNESCO de contornar a atmosfera tensionada, resultante da II Guerra Mundial, nas esferas étnicas, políticas, econômicas, sociais e culturais. Dessa forma, este órgão encomenda uma pesquisa sobre a situação racial no Brasil e Roger Bastide fica responsável para pesquisar sobre a questão racial na cidade de São Paulo e, por sua vez, este convida Florestan Fernandes para participar do projeto “O Preconceito Racial em São Paulo”.

Nesta perspectiva, são produzidos vários trabalhos a respeito das relações raciais no Brasil. Dentre eles podemos destacar a Dissertação de Mestrado de Octavio Ianni *Raça e Mobilidade Social em Florianópolis* (1957) e o livro elaborado em co-autoria com Fernando Henrique Cardoso *Cor e Mobilidade Social em Florianópolis*. (1960). Nesses estudos, os autores fazem uso de algumas técnicas utilizadas por Florestan Fernandes e Roger Bastide, a exemplo da aplicação de questionário, recurso bastante comum nesse tipo de pesquisa etnográfica.

Em 1958, os assistentes de Florestan Fernandes, Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso, juntamente a Ruth Cardoso, Paul Singer, Arthur Giannotti e Fernando Novais, além de alguns estudantes, fundam o grupo de estudos d’ O Capital, com vistas a inaugurar um marxismo acadêmico que se diferenciasse, portanto, das análises estruturalistas presentes no ISEB, na CEPAL, no PCB.

Fundamentado no viés analítico da dialética marxista, Ianni defende, em 1960, sua Tese de Doutorado *Negros na Sociedade de Castas*, publicada em 1961 sob o título *As Metamorfoses do Escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil Meridional*.

Notadamente, em fins dos anos 50 ocorre uma nítida expansão da cadeira I de Sociologia, verificada na ampliação de sua relação com a FAPESP e com as editoras (Difusão Européia do Livro, Martins, Nacional, Pioneira), o que facilitaria a divulgação de seus trabalhos.

Nessa esteira, ocorre a fundação do CESIT (Centro de Estudos de Sociologia Industrial e do Trabalho), em 1962, cujos recursos para a sua criação

adivinham do governo do Estado de São Paulo, Carvalho Pinto, e, posteriormente da Confederação das Indústrias de São Paulo (CNI) e da FAPESP.

A implantação do projeto do CESIT em torno da cadeira I de Sociologia implicou na consolidação institucional, na diversificação das atividades e na reorientação da temática do grupo de assistentes dirigidos por Florestan, na medida em que a tônica de seus estudos passava a ser o desenvolvimento sócio-econômico do Brasil moderno e os efeitos da industrialização de São Paulo, marcando a emergência de uma espécie de Sociologia crítica. (ARRUDA, 1995).

Expressivos desta guinada, são os livros de Octavio Ianni nos quais ele analisa os aspectos políticos e econômicos presentes na relação entre o Estado e a sociedade civil, nos referimos a *Industrialização e Desenvolvimento Social no Brasil* (1963) e a sua Tese de Cátedra *O Estado e o Desenvolvimento Econômico no Brasil* (1964), denominada após a sua publicação, em 1965, de *Estado e Capitalismo: estrutura social e industrialização*.

O regime político-militar instaurado em 1964, inegavelmente, transforma os rumos da vivência política brasileira que se tentava fazer democrática, o que de súbito altera o meio universitário no que diz respeito a sua estrutura e a maneira como cada componente, ou grupo, vai refletir e/ou agir diante da realidade constituída, aderindo ou combatendo o governo.

Logo após a conflagração do golpe de 1964, a primeira geração do grupo de Seminário sobre Marx se dissolve e Octavio Ianni é convidado a participar da Revista *Civilização Brasileira*⁷ em 1965, fazendo parte do Conselho de Redação até 1968, quando a revista é fechada em virtude do AI-5. Em 1969, Ianni, juntamente com outros professores, é aposentado compulsoriamente pelo regime militar e neste momento se integra com alguns ex-membros do Grupo de Seminário e outros pesquisadores no CEBRAP⁸ (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), dirigido por Fernando Henrique Cardoso e que se inicia com incentivos da Fundação Ford e posteriormente da FAPESP e do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento).

⁷ De acordo com Carlos Guilherme Mota a revista foi “[...] um dos marcos fundamentais na história da cultura e do pensamento político progressista no Brasil no século XXI[...].” (MOTA, 2000, p. 205).

⁸ Posteriormente o CEBRAP tornou-se uma referência para os intelectuais de oposição, quebrando com a relação puramente acadêmica e projetando-os internacionalmente. (LAHUERTA, 1999).

Os estudos da UNESCO acerca da questão racial

As pesquisas pertinentes às relações raciais no Brasil, entre negros e brancos, foram incentivadas pela tentativa mundial da UNESCO de contornar a atmosfera tensionada, resultante da II Guerra Mundial, nas esferas étnicas, políticas, econômicas, sociais e culturais. Dessa forma, este órgão encomenda uma pesquisa sobre a situação racial na cidade de São Paulo para Roger Bastide que convida Florestan Fernandes para participar do projeto “O Preconceito Racial em São Paulo”.

Nesta perspectiva, surgem vários trabalhos a respeito das relações raciais no Brasil, dentre eles podemos destacar a Dissertação de Mestrado de Octavio Ianni *Raça e Mobilidade Social em Florianópolis* (1957) e o seu livro elaborado em co-autoria com Fernando Henrique Cardoso *Cor e Mobilidade Social em Florianópolis* (1960). Nestes estudos os autores fazem uso de algumas técnicas utilizadas por Florestan e Bastide, a exemplo da aplicação de questionário, recurso bastante comum nesse tipo de pesquisa etnográfica.

Em nossa leitura, neste segundo livro, Ianni trabalha com a premissa de que a discriminação é determinada pela situação econômica e, nesse viés, o preconceito de cor pode ser apresentado como preconceito de classe. Dessa forma, ele realiza uma importante discussão em torno da ideologia do branco, do negro e do mulato, ideologia esta cuja natureza está imbuída pela essência do mito da branquidade.

O mito da branquidade consiste, em poucas linhas, na luta pelo “melhoramento” da raça, em outras palavras, podemos traduzir esse termo por “branqueamento”. Então, negros e mulatos buscavam a ascensão social e econômica, o que poderia trazer-lhes a oportunidade de clarear a raça, por meio da miscigenação.⁹

A coexistência do desenvolvimento de uma sociedade industrial pautada numa ordem social competitiva com a permanência de valores e padrões culturais do passado escravocrata se tornava o *no górdio* para esses intelectuais que estavam vivendo num período de democratização do país.

⁹ Sabemos que esses acontecimentos não se realizam de forma automática, pois estão inseridos numa formação histórica que envolve ações sociais complexas, como foi o processo de desagregação da ordem social-escravocrata. E, obviamente, não pretendemos fazer uma leitura simplista da obra do autor.

Aliado a esse e também a outros fatores (que não tratamos), Octavio Ianni elabora sua Tese de Doutorado *Negros na sociedade de castas* (1961), que passa a se chamar *Metamorfoses do Escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil Meridional*, após a sua publicação pela editora Difel. Nesta obra o autor faz uma análise, como bem assinala o subtítulo do livro, do período concernente ao apogeu e à crise da escravatura no Brasil meridional.

Com isso, Ianni investiga as transformações econômicas responsáveis pelo processo de desagregação da ordem escravocrata, que, por sua vez, também influenciaram na metamorfose do escravo em negro e mulato. Contudo, a sua cidadania ainda não podia ser vivenciada de forma plena, pois a discriminação, que era um mecanismo de manutenção da distância social que foi gerada no regime escravocrata entre brancos e negros, ainda não havia sido dissolvida, e, portanto, o negro e o mulato eram vistos ainda como ex-escravos.

Neste trabalho, o autor está claramente se contrapondo à tradição de pesquisa do século XIX, influenciada por cientistas europeus que, baseados no darwinismo, atribuíam ao negro uma posição de inferioridade biológica, o que lhes faziam assegurar que a mestiçagem era algo maléfico para a etnicidade branca. (MARTÍNEZ-EÇHAZÁBAL, 1996). Neste sentido, Ianni aponta a visão etnocêntrica de Raymundo Nina Rodrigues, denominando-o de ideólogo, na medida em que este fazia uso da ciência para fundamentar sua ideologia racista.

Todavia, Ianni também se contrapõe à vertente analítica da antropologia culturalista boasiana, tendo, a partir da década de 30, Gilberto Freyre como a figura emblemática. Nestes estudos a mestiçagem era percebida como um fator positivo, na medida em que era um elemento fundante e favoravelmente diferenciador.

Dessa maneira, era propalado o mito da democracia racial por meio das análises culturalistas, tendo em vista que tais análises consideravam a aceitação dos elementos culturais africanos e a alforria como concessões do patriarcalismo e como algo propulsor do avanço da democracia no Brasil. Contrariamente a essas posições, Ianni pensa que tais “concessões” apenas reforçavam o paternalismo e dificultavam os negros de definirem sua identidade, pois, após a abolição eles ainda eram parte de uma categoria social à margem, não estando integrados nem política nem economicamente. (BASTOS, 1996).

Do ponto de vista teórico-metodológico, Octavio Ianni está alicerçado na análise dialética do materialismo-histórico. Dessa forma, demonstra a

importância da ordem social escravocrata para a acumulação de riqueza do então sistema capitalista que passa a solapar o regime escravocrata na medida em que ele se expande a ponto de transformar os meios de produção. Em outras palavras, a força humana escrava passa a ser substituída por instrumentos de trabalho mais eficazes e por uma quantidade menor e menos dispendiosa de trabalhadores livres.

Neste sentido, o autor analisa os elementos de singularidade que vão configurando a metamorfose do escravo em negro e mulato, negando, assim, as análises dualistas que os colocam numa categoria de marginalidade e, a exemplo de Gilberto Freyre e Euclides da Cunha, que dividem o Brasil em dois mundos heterogêneos e subordinados, como bem assinala Maria Lúcia Braga acerca da crítica de Bastide a essas interpretações.

A experiência no grupo de estudos “O Capital”

Em 1958, jovens intelectuais – os sociólogos Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso, o então estudante de história Fernando Novais, o filósofo José Arthur Giannotti, o economista Paul Israel Singer e a antropóloga Ruth Cardoso – formam o grupo de estudos interdisciplinar denominado “O Capital”, com o objetivo principal de constituir um olhar crítico e científico superior no âmbito acadêmico da USP. Nesse sentido, a escolha da obra clássica de Karl Marx se daria pelo fato desta fornecer instrumentos importantes para a compreensão da singularidade sócio-política do Brasil. (SCHWARZ, 1998).

Por essa razão, inauguravam uma “nova maneira de compreender Marx”, ou seja: “ ‘Nova’ em relação ao marxismo oficial adotado pela maioria dos partidos comunistas, ‘nova’ por estar longe da relação teoria / prática, ‘nova’, pois se inseria na universidade [...]” (SILVA, 1997, p. 72)

No cenário internacional, configuram-se tribulações geradas pelos acontecimentos na União Soviética – com a morte de Stálin em 1953 – e na América Latina com a Revolução Cubana (1959), que se tornavam referências para as análises e ações dos partidos comunistas, o que na ótica dos intelectuais paulistas conferiam-lhes um dogmatismo.

No âmbito nacional, o país vivia o governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira, cujas propostas políticas estavam respaldadas pela implementação de um modelo desenvolvimentista. Dessa forma, o Brasil ganhava tons de um

país moderno na tentativa de solapar o atraso que o distanciava dos países de capitalismo avançado. (SCHWARZ, 1998).

Além disso, num contexto imediato, esses intelectuais procuravam dialogar com a produção científica vigente e, com isso, em fins dos anos cinquenta e início dos sessenta, os principais alvos de crítica eram os estudos metodológicos da corrente estrutural-funcionalista. E, posteriormente, da década de setenta, refutaram o althusserianismo. Desse modo, tanto Ianni, como José Arthur Giannotti e Fernando Henrique Cardoso, procuram:

[...]relacionar categorias marxistas (modo de produção, classes sociais, força de trabalho, consciência de classe) ao referencial conceitual weberiano (ação social, conexão de sentido, racionalização, etc.). Em outras palavras, tentou-se uma abordagem analítica dos fenômenos sociais, tendo como parâmetro um referencial histórico-estrutural, ao lado de uma referência sobre a subjetividade (consciência social) [...] (SILVA, 1997, p. 72-3)

Em outras palavras, Octavio Ianni ao analisar a inserção do Brasil no sistema capitalista mundial e a sua transição para uma ordem social competitiva se utiliza dos referenciais marxistas. Por outro lado, ao se tratar da sociedade senhorial escravocrata e de sua organização estamental, está alicerçado na vertente analítica weberiana. (VIANNA, 1999). Assim, de acordo com Luiz Werneck Vianna, podemos afirmar que da abordagem weberiana faz surgir : teoria do populismo.

Dessa forma, o grupo “d’O Capital” se contrapunha às concepções sobre o subdesenvolvimento elaboradas pelo Centro de Estudos Para a América Latina (CEPAL), que estavam influenciadas pelo método estrutural funcionalista. Superficialmente podemos dizer que se posicionava contra a tese de que a estrutura produtiva agro-exportadora colocava os países periféricos em desvantagens em relação aos países centrais, assim, para que esta situação fosse superada deveria haver um projeto nacional autônomo no qual o Estado, aliado à burguesia industrial, incentivasse o mercado interno e o desenvolvimento industrial a fim de elevar o nível de vida das massas e romper com a dependência externa. Essa linha de pensamento vai ao encontro das teses do PCB, com base no programa da III Internacional, que apostava na revolução democrático-burguesa como meio de os países periféricos chegarem ao socialismo.

Também refutava com veemência o nacionalismo teórico do ISEB. Um dos pontos de discordância é o fato de que, na análise de alguns membros

desse órgão, a principal contradição não se encontrava no antagonismo de classes e sim na contradição entre a nação – que compreende a burguesia nacional, intelectuais, operariado e estudantes – e a anti-nação – sinônimo de imperialismo, latifúndio, direita militar, etc.

Neste viés, a concepção dualista, a exemplo das análises de alguns membros do ISEB, passa a ser rechaçada, pois, na visão desses autores, é um tipo de análise a-histórica e mecanicista, na medida em que percebe as desigualdades como coisas antagonicas e não como algo contraditório que está articulado à realidade nacional.

As formulações acerca do Brasil moderno no CESIT

Notadamente, em fins dos anos 50 ocorre uma nítida expansão da cadeira I de Sociologia, verificada na ampliação de sua relação com a FAPESP e com as editoras (Difusão Européia do Livro, Martins, Nacional, Pioneira), o que facilitaria a divulgação de seus trabalhos. Além da fundação do CESIT (Centro de Estudos de Sociologia Industrial e do Trabalho), em 1962, cujos recursos para a sua criação adivinham do governo do Estado de São Paulo, Carvalho Pinto, e, posteriormente da Confederação das Indústrias de São Paulo.

A implantação do projeto do CESIT em torno da cadeira I de Sociologia implicou na consolidação institucional, na diversificação das atividades e na reorientação da temática do grupo de assistentes dirigidos por Florestan, na medida em que a tônica de seus estudos passava a ser o desenvolvimento sócio-econômico do Brasil moderno e os efeitos da industrialização de São Paulo, marcando a emergência de uma espécie de Sociologia crítica. (ARRUDA, 1995)

A partir de então suas reflexões passariam a girar em torno do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, de sua dependência e de sua associação ao capitalismo internacional. A percepção dessa nova realidade criaria questionamentos acerca das interpretações que pensavam a construção de um projeto nacional alavancado pela burguesia industrial brasileira (ARRUDA, 1995). São expressivas desta guinada a obra de Octavio Ianni: *Industrialização e Desenvolvimento Social no Brasil* (1963) e especialmente a sua Tese de Provimento de Cátedra: *O Estado e o Desenvolvimento Econômico no Brasil*

(1964). Estes trabalhos são frutos do projeto “Economia e sociedade no Brasil: análise sociológica do subdesenvolvimento”.

Em seu livro *Industrialização e Desenvolvimento Social no Brasil* (1963), Ianni tem como objetivo central avaliar alguns dos principais problemas sociais que foram gerados pelo desenvolvimento da industrialização num país fortemente agrário como o Brasil, são eles:

[...] a formação da sociedade de classes; os obstáculos e as possibilidades abertas à instalação de formas racionais de organização das atividades produtivas e da administração pública; as manifestações da ideologia empresarial na época de formação da indústria; o nacionalismo; as condições e as expressões da consciência proletária; a proletarização e o radicalismo no comportamento político operário; a crise das instituições tradicionais, com o esgotamento de todas as possibilidades; as perspectivas abertas à reorganização das instituições. [...] (IANNI, 1963, p. 11-2).

O livro *Estado e Capitalismo: estrutura social e industrialização no Brasil* (1965) – na verdade é a sua tese de cátedra que adquire este nome após a sua publicação – contribuiu para o debate em torno dos conceitos de dualidade e capitalismo de Estado. Nele, o autor analisa a forma como o Estado diversifica e amplia suas atribuições devido à metamorfose do capital que se converte da economia agrícola-exportadora em economia agrário-industrial, encontrando, assim, possibilidades de expandir o mercado interno e transformar as estruturas. Nessa perspectiva, após 1930, o Estado caracteristicamente patriarcal, se transforma em Estado burguês e a industrialização brasileira passa a definir suas estruturas de modo a se associar ao capitalismo internacional, tendo como principal objetivo a consolidação da acumulação capitalista, propiciada pelo dirigismo estatal.

Contextualizando o golpe militar de 1964

O golpe político de 1964 rompe com o fluxo democrático, ocasionando, paradoxalmente, um incremento do debate político nas universidades e o fortalecimento de uma cultura de oposição, sob a hegemonia da esquerda.

Baseada na historiadora Ângela de Castro Gomes, verificamos que a década de 1960 é o ponto de mudanças para os “estudos políticos”, na medida em que os intelectuais, tomados pelo impacto do autoritarismo, passam a escolher temas de análise relativos ao momento em que viviam.

O ambiente acadêmico da Faculdade é marcado pela mudança de temas devido à idéia de “dependência estrutural”. Nesse sentido, buscavam compreender as novas forças da economia externa e das relações sociais internas e, por conseguinte, o que teria levado à instalação do regime militar, fatores estes que, para Octavio Ianni¹⁰ e Francisco C. Weffort, indicavam o fim do fenômeno populista.

Em confronto com o modelo de desenvolvimento econômico autônomo e da política externa independente, o Governo do M. H. A. Castello Branco põe em prática o padrão de interdependência. Trata-se de negar o modelo getuliano, em sua prática e como ideologia [...] (IANNI, 1968, p. 182)

Para Ianni há o rompimento da democracia populista que fundamentava a política de massas, sendo que esta última se organizava durante a transição da economia tradicional para a urbano-industrial. Isto posto, Luiz W. Vianna afirma que Ianni, na mesma direção de Weffort, imputava à classe operária a incapacidade de defender a democracia e as suas conquistas devido ao legado, adquirido com o nacional-populismo, de subordinação à “burguesia nacional”. (VIANNA, 1998)

Assim, o comportamento político das massas seria de subalternidade, consequência do pacto populista que integra categorias antagônicas.

Dentro de seu papel de líder carismático, Vargas, ao estimular o crescimento do setor industrial, vê a necessidade de implementar políticas trabalhistas a fim de amenizar a pauperização crescente e de manter as relações de produção em conformidade com as exigências do desenvolvimento econômico. Com isso, abre-se o acesso da camada assalariada nas instituições políticas. Sobretudo, como já foi assinalado, cria-se a política de massas.

Nesse viés, Ianni, ao se utilizar das categorias analíticas de Georg Lukács, afirma que o fato do Estado tomar a frente do desenvolvimento econômico criou-se na consciência do proletariado uma visão reificada do Estado, colocando o aparelho estatal como o objeto e o sujeito da História, isto é, este último passa a ser visto como se fosse um órgão que atendesse a todos os objetivos da classe operária. (IANNI, 1989a).

Essa concepção, característica da burguesia, passa a ser tomada como verdade pela classe operária. Em especial, reflete-se a inexperiência política

¹⁰ Ver: *O Colapso do Populismo no Brasil*, publicado em 1968.

de trabalhadores sem tradição política, cujo “horizonte cultural está profundamente marcado pelos valores e padrões de poder, de liderança e submissão, etc.”... (IANNI, 1968, p. 57)

Concomitante a estas elaborações, pode-se ressaltar a importância de estudos fundamentados numa leitura marxista, – a exemplo de Rui Mauro Marini, Theotônio dos Santos e André Gunder Frank – que em boa parte são tributários da derrota da esquerda tradicional em toda a América Latina. Nessas discussões predominava a idéia de que o capitalismo estava condenado à estagnação tendo como única solução o socialismo, portanto, não vislumbravam a possibilidade de desenvolvimento com dependência e ausência de democracia política.

Em congruência às elaborações feitas por Marini e Theotônio estava a posição tomada por Octavio Ianni, pois a situação de desenvolvimento pela qual o país passava era determinada pela dependência estrutural constituída pelas forças políticas da elite dirigente e nesse esteio o golpe de 64 representava a opção pelo capitalismo dependente e associado. Portanto, nas palavras do cientista político Milton Lahuerta, Ianni não acreditava na “[...] possibilidade de desenvolvimento econômico autônomo, sustentado no nacionalismo econômico, numa política externa independente e na política de massas.” (LAHUERTA, 1999, p.102)

Logo após a conflagração do golpe de 1964, o grupo de Seminário sobre Marx se dissolve e Octavio Ianni é convidado a participar da *Revista Civilização Brasileira*¹¹ em 1965, fazendo parte do Conselho de Redação até 1968, quando a revista é fechada em virtude do AI-5. Em 1969, Ianni, juntamente com outros professores, é aposentado compulsoriamente pelo regime militar e neste momento se integra com alguns ex-membros do Grupo de Seminário e outros pesquisadores para fundarem o CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), que se inicia com incentivos da Fundação Ford e posteriormente da Fapesp e do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). O CEBRAP torna-se uma referência para os intelectuais de oposição, quebrando com a relação puramente acadêmica e projetando-os internacionalmente. (LAHUERTA, 1999).

¹¹ De acordo com Carlos Guilherme Mota a revista foi “[...] um dos marcos fundamentais na história da cultura e do pensamento político progressista no Brasil no século XXI...” (2000, p. 205)

Referências

- ARRUDA, M. A N. A sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a escola paulista. In: MICELI, S. (Org.). **História das ciências sociais no Brasil**. São Paulo: Sumaré, 1995. v.2.
- BASTOS, E. R. Octavio Ianni: a questão racial e a questão nacional. In: CRISPO, R. A.; FALJEIROS, M. L. (Org.). **Humanismo e compromisso: ensaios sobre Octávio Ianni**. São Paulo: Ed. UNESP, 1996.
- CARDOSO, F. H.; IANNI, O. **Cor e mobilidade social em Florianópolis**: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil meridional. São Paulo: Editora Nacional, 1960. (Brasiliana, 307).
- IANNI, O. **Raça e mobilidade social em Florianópolis**. 1956. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- IANNI, O. **Negros na sociedade de castas**. 1961. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- IANNI, O. **Industrialização e desenvolvimento social no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963. (Retratos do Brasil, 19).
- IANNI, O. **O Estado e o desenvolvimento econômico no Brasil**. 1964. Tese (Cátedra) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- IANNI, O. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. (Retratos do Brasil, 70).
- IANNI, O. **O ABC da classe operária**. São Paulo: Hucitec, 1980.
- IANNI, O. **As metamorfoses do escravo: apogeu e crise da estrutura no Brasil meridional**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1988.
- IANNI, O. **Estado e capitalismo: estrutura social e industrialização no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1989a
- IANNI, O. **Sociologia da sociologia: o pensamento sociológico brasileiro**. 3.ed.revista e aument. São Paulo: Ática, 1989b.
- IANNI, O. **A idéia do Brasil Moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- LAHUERTA, M. **Intelectuais e transição: entre a política e a profissão**. 1999. 271f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MARTÍNEZ-ECHAZÁBAL, L. O culturalismo dos anos 30 no Brasil e América Latina: deslocamento retórico ou mudança conceitual? In: MAIO, M. C. (Org.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1996.

MOTA, C. G. **Ideologia da cultura brasileira 1933-1974**: pontos de partida para uma revisão histórica. São Paulo: Ática, 2000.

SCHWARZ, R. Um seminário de Marx. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n.50, p.91-8, 1998.

SILVA, L. F. A discussão teórico-metodológica nos marxistas acadêmicos do grupo de “O Capital”. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v.3, p.71-86, 1997.

VIANNA, L. W. Caminhos e descaminhos da revolução passiva. In: AGGIO, A **Gramsci**: a vitalidade de um pensamento. São Paulo: Ed. UNESP, 1998.

VIANNA, L. W. Weber e a interpretação do Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n.53, p.33-47, 1999.

RELIGIÃO E MODERNIDADE: ALGUMAS CONCLUSÕES ACERCA DO PROCESSO DE SECULARIZAÇÃO NO OCIDENTE

Marcos Renato Holtz de ALMEIDA¹

Resumo: Um dos conceitos chave para compreender a modernidade é o conceito de secularização. Este conceito tem alimentado, nos últimos séculos, inúmeros debates acerca de sua definição e aplicação. Falar em secularização significa falar em modernidade, pois ela é um produto da modernidade e ao mesmo tempo uma de suas características mais evidentes. O conceito **secularização** tem diversas definições, mas praticamente todas remetem a esta definição: a deslegitimação do poder da esfera eclesiástica – defensora e reprodutora dos valores do **sagrado** – para a legitimação do poder da esfera civil e laica, que possui como orientação valores **não-sagrados**, portanto, **profanos** aos olhos do religioso. Essa deslegitimação do poder da esfera eclesiástica fez-se presente em todo o continente europeu após o século XVII e, logo depois, no mundo ocidental. O processo de secularização, ao invés de promover a derrocada da religião na Era moderna, revitalizou-a através da perda da plausibilidade das religiões tradicionais e pela liberdade religiosa que ela promoveu. Nos séculos XIX e XX a religião sofreu influências das ideologias modernas e adaptou-se. O pluralismo e os novos movimentos religiosos são frutos do processo de secularização na modernidade, denotando as modificações ocorridas no campo religioso ocidental.

Palavras-Chave: Secularização; modernidade; ocidente.

Abstract: One of the key concepts to understand the modernity is the secularization concept. This concept has been fed in the last centuries by countless debates concerning its definition and application. To speak about secularization means to speak about modernity, which is result of the modernity and, at the same time, one of its more evident characteristic. The concept secularization has several definitions, but practically

¹ Doutorando do Programa de Pós-graduação em Sociologia – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – Universidade Estadual Paulista – 14800-901 – Araraquara – SP.

all of them addres to this definition: the delegitimation of the power of the ecclesiastical sphere – defender and reproducer of the values of the sacred – for the legitimation of the power of the civil and lay sphere, which possesses as orientation no-sacred values, therefore, profane to the eyes of the religious person. That delegitimation of the power of the ecclesiastical sphere had been present in the whole European continent after the 17th century and, after that, in the western world. The secularization process, instead of promoting the overthrow of the religion in the modern Era, revitalized it through the loss of the plausibility of the traditional religions and for the religious freedom that it promoted. In the 19th and 20th centuries, the religion suffered influences of the modern ideologies and adapted itself to them. The pluralism and the new religious movements are results of the secularization process in the modernity, denoting the modifications happened in the western religious field.

Keywords: Secularization; modernity; western world.

Introdução

O tema da religiosidade abordado neste estudo tem sua centralidade na análise das questões da dessacralização da sociedade e do processo de secularização da religião, ambas modificadoras da estrutura social européia. Na adoção dessa perspectiva, remete-se às conseqüências e aos choques que o devir da modernidade apresentam ao homem. Tais conseqüências são entendidas como as diversas modificações sócioeconômicas e político-culturais ocorridas com o desmantelamento da sociedade feudal e o desenvolvimento da sociedade capitalista.

O processo de secularização deve ser entendido como um processo racional empreendido pela esfera civil desde o princípio da Era Moderna e suas transformações e conseqüências ainda ecoam no modo de vida contemporâneo. A secularização também deve ser compreendida, no limite, como a deslegitimação do poder da esfera eclesiástica – defensora e reprodutora dos valores do **sagrado** – para a legitimação do poder da esfera civil e laica, possuindo como orientação valores **não-sagrados**, portanto, **profanos** aos olhos do religioso, diferenciando-se assim das instituições que se serviam da ideologia religiosa dominante.

Esses efeitos não se limitam apenas à separação da esfera religiosa da laica. O processo de secularização, entendido também como dessacralização do homem impõe-lhe a libertação da esfera religiosa, legando-lhe a autonomia

para se orientar ética e moralmente por esferas não-religiosas, nas quais predominam as conseqüências do pensamento racionalista herdado do Renascimento e do Iluminismo. Como conseqüência do processo de secularização, houve a ruptura dos esquemas tradicionais que faziam das instituições religiosas agências reguladoras do pensamento e da ação dos indivíduos. Logo, desses escombros surge o pluralismo religioso, ou seja, uma variada gama de opções religiosas destinadas à libertação individual. Essa situação propiciou a disputa e rivalidade de grupos de crentes pelo “comprador” religioso, cuja lealdade é disputada no “mercado religioso”, levando vantagem quem trabalhar melhor o *marketing* da fé. Conseqüência desse processo é a necessidade de a religião e as instituições religiosas passarem a trabalhar sob a pressão racionalizadora, causando uma situação competitiva que acarreta uma racionalização das estruturas socioreligiosas. Portanto, nesse contexto, proliferam os “consumidores religiosos” que buscam produtos padronizados, descartáveis ou não, com o intuito de procurar nas mais diversas religiões a sua satisfação espiritual ou a sua própria compreensão do mundo religioso (BERGER, 1985; CAMPOS, 1997).-

Outra característica oriunda do processo de secularização é o surgimento e desenvolvimento dos novos movimentos religiosos, resultado tanto do processo de secularização como do pluralismo religioso. Com essas características adquiridas com o advento da modernidade, o homem religioso torna-se um andarilho ou um religioso peregrino marcado pela pouca coerência, inconstância de escolhas e volubilidade. Esse ser mutante e mutável se locomove em um mundo de escolhas religiosas plurais. Cabe a ele a palavra final sobre a sua compreensão do mundo e do universo.

Essas vicissitudes geradas pelo processo de secularização na modernidade, proporcionando o aparecimento de novas religiões e do pluralismo religioso, segundo a opinião de alguns sociólogos da religião, se devem a um “reencantamento do mundo” nas décadas finais do século XX (ALVES, 1978; NEGRÃO, 1994; KOLAKOWSKI, 1977). Essa discussão se tornou emblemática para os sociólogos e teólogos da secularização, pois ela se defronta com o maior mito moderno: o mito do progresso, alimentado pelas teorias evolucionistas dos positivistas do século XIX. Esse mito se referia ao processo de racionalização do mundo e ao fim das religiões devido ao progressivo desenvolvimento das técnicas e da Ciência. Desse modo, o pensamento místico-religioso seria superado pelo pensamento orientado pela luz da razão e

sustentado pelas teorias científicas. Para os positivistas, a sociedade do futuro seria a-religiosa e altamente racional, de modo que as religiões não poderiam sobreviver nessa sociedade. Sendo assim, o “reencantamento do mundo” torna-se um importante tema para se entender a religiosidade que se alicerça fortemente no limiar do novo milênio vivido pela humanidade.

Conseqüências do processo de secularização

Na modernidade avançada nos deparamos com novas características do processo de secularização: o surgimento dos novos movimentos religiosos, o pluralismo religioso, a mercantilização da religião e o reencantamento do mundo. Esses fatos nos indicam que o processo de secularização não segue uma orientação unilateral e contínua, mas está permeado de descontinuidades e de deferência em relação às próprias revoluções iniciadas pela consolidação da modernidade.

Com a intensificação do processo de secularização na modernidade, os séculos XIX e XX apresentam novos desafios à Sociologia da Religião e à própria religião. Nesse período, a relação entre o pensamento religioso e o pensamento racionalista redefiniu o campo religioso ocidental. As mudanças mais sensíveis ocorreram dentro do âmbito das religiões tradicionais e mais profundamente na religião cristã, principalmente no catolicismo e em suas ramificações, como o protestantismo e o pentecostalismo.

O racionalismo científico, aliado à consolidação do sistema capitalista como modo de produção das riquezas, proporcionou uma nova mentalidade capaz de ser adotada pela sociedade ocidental. Essa nova mentalidade estava baseada na assimilação da Ciência como característica inerente a ser difundida pelos indivíduos dessa época e influenciou a relação entre os indivíduos e a religião e entre as instituições religiosas e seus seguidores. Por um lado, a partir das influências dessa nova mentalidade, apareceu o sujeito religioso autônomo, distinto de seu predecessor porque livre para definir qual cosmologia e universo simbólico assumir ou rejeitar; por outro lado, ocorreu a assimilação de algumas vicissitudes da modernidade pelas instituições religiosas, acarretando a racionalização das práticas e dos discursos religiosos. A mentalidade racionalista e científica contrapunha-se à mentalidade religiosa judaico-cristã inerente à cultura ocidental. Desse modo, a relação entre modernidade e religião, e mais

amiúde entre secularização e formas de expressão religiosa, adquiriu uma dinâmica pautada, em alguns momentos, por “afinidades eletivas” (WEBER, 1981) e, em outros momentos, por sujeição das instituições religiosas à modernização incontinenti.

No século XIX verificou-se e evidenciou-se a periferação da religião como instituição doadora de sentido em virtude da ascensão e consolidação do pensamento racionalista e cientificista. Porém, as instituições religiosas, para não sucumbirem ao “destino de nosso tempo”, se viram obrigados a assimilar algumas propostas da modernidade, ou seja, necessitaram adotar uma postura mais racional e menos mística, ao mesmo tempo em que mantiveram seu lado arcaico e tradicional. Portanto, na modernidade, a esfera religiosa se compôs de seu aparato mítico e místico, porém necessitou desenvolver uma postura e um discurso mais racional que abrangessem as mudanças ocorridas no seio da sociedade europeia para assim adaptar-se a uma época que privilegiou a razão em detrimento da emoção.

Todos esses fatos evidenciam que o processo de secularização na modernidade avançada, isto é, nos séculos XIX e XX, revelou-se dinamicamente diferente em relação aos primeiros séculos da era moderna. Nesses primeiros séculos, o processo de secularização primava pela dessacralização da sociedade e pela deslegitimação e desautorização da esfera religiosa nos assuntos referentes ao Estado e à Sociedade. A partir das revoluções econômicas e sociais dos séculos XVIII-XIX – isto é, devido às revoluções seculares engendradas pela primeira e pela segunda Revolução Industrial no campo da técnica e da divisão social do trabalho, pela mentalidade científica desenvolvida pelo movimento Iluminista, pela Revolução Francesa e suas transformações ocorridas no campo da política e na área social (HOBSBAWN, 1981) e pela perda da plausibilidade das religiões tradicionais doadoras de sentido (BERGER, 1985) –, o processo de secularização incluiu entre suas características principais elementos novos que na modernidade avançada revelaram-se distantes do que ele propunha em primeira instância.

Em primeiro lugar, a eliminação de todo conteúdo metafísico da sociedade europeia não era mais o foco orientador do processo. A religião, periférica, era vista como fator de inclusão social e não mais afetava o andamento do processo emancipador da humanidade, a qual estava atrelada diretamente à idéia de progresso econômico e material, tal qual na primeira concepção dos filósofos liberais iluministas.

O progresso era, portanto, tão 'natural' quanto o capitalismo. Se fossem removidos os obstáculos artificiais que no passado lhe haviam colocado, se produziria de modo inevitável; e era evidente que o progresso da produção estava de braços dados com o progresso das artes, das ciências e da civilização em geral. Que não se pense que os homens que tinham tais opiniões eram meros advogados dos consumados interesses dos homens de negócios. Eram homens que acreditavam, com considerável justificativa histórica nesse período, que o caminho para o avanço da humanidade passava pelo capitalismo. (HOBSBAWM, 1981, p. 259).

A análise marxista de François Houtart (1994) considera que:

O desenvolvimento do sistema capitalista foi resultado de uma evolução das forças produtivas, dialeticamente condicionada por novas relações sociais de produção que [...] se representa como fruto de um trabalho humano e não de uma decisão divina. Isso criou as condições para o desenvolvimento de filosofias atéticas vinculadas a uma dupla crítica. Por um lado, uma crítica da representação religiosa da natureza, que foi um primeiro passo, e que esteve condicionado pelo desenvolvimento da ciência e das correntes filosóficas que lutavam contra o 'obscurantismo', ou seja, a explicação mítica da relação com a natureza. E, por outro lado, uma crítica das representações das relações sociais de produção e da dominação política do feudalismo, que se referiam a uma origem divina: o rei o era pela graça de Deus; o terratenente, por decisão divina. (HOUTART, 1994, p. 63).

Em segundo lugar, o processo de secularização, que inspirou diálogos entre a racionalização e o desencantamento do mundo, permitiu uma maior proximidade entre modernidade e religião, expondo n' *A ética protestante e no espírito do capitalismo* a sua interface entre o Sagrado e o Profano (WEBER, 1981). Revelou-se aí uma das características mais importantes da modernidade: a de conjugar as contradições existentes entre religião e racionalismo moderno e apontar para as possíveis sínteses, entre elas, a de atrelar o pensamento econômico moderno ao comportamento ético-religioso.

Weber observa que o processo de racionalização que constituiu a sociedade moderna recebe seu impulso inicial, da desmagização da natureza realizada pela mensagem bíblica, consolidando-se, em seguida, de maneira estável, graças ao poderoso impulso ascético que a ética puritana lhe forneceu. A tese de Weber é que o 'espírito do capitalismo' - comportamento de cálculo dos meios em relação aos fins, de inovação econômica e de exigência ascética de poupança para investimentos em posteriores atividades -, conseguiu se afirmar estavelmente no Ocidente somente graças à racionalização de todos os aspectos da vida, encorajada pela reforma protestante, de modo particular pelo comportamento de ascese intramundana difundido pelo Calvinismo e por outras seitas protestantes. Contudo, seria uma grave incompreensão pensar que Weber

atribuísse ao Protestantismo o mérito (ou a culpa, conforme o ponto de vista) do surgimento do capitalismo: ele sublinha claramente que se trata de um efeito não intencional, não previsto pelos reformadores e que, além do mais, hoje repercute sobre o próprio protestantismo e, em geral, põe em crise qualquer religião. O capitalismo, hoje vitorioso, construiu uma sociedade regida unicamente pelo cálculo econômico; a sociedade moderna, para Weber, está baseada em interações impessoais, como se fosse um mecanismo auto-regulador, do qual o antigo espírito religioso, que inclusive a ajudou a nascer, desapareceu. (MARTELLI, 1995, p. 77).

O desenvolvimento da cultura moderna teria sofrido, na visão de Weber, uma influência causal significativa do *ethos* racional da conduta da vida existente nas concepções protestantes, que trouxeram os rigores da ascese, presentes no mundo católico, para os costumes do mundo – a Reforma Protestante. Para os protestantes, a vocação humana estaria direcionada ao cumprimento das tarefas seculares, impostas ao indivíduo pela sua posição no mundo. A certeza da graça, da salvação, viria por meio de uma dedicação exclusiva ao trabalho, em que o homem estivesse condenado a seguir sozinho ao encontro de um destino que lhe fora designado na eternidade. Ninguém poderia ajudá-lo – nenhuma Igreja, nenhum sacerdote, nenhum sacramento e, finalmente, nenhum Deus – o que significa a eliminação da magia do mundo. Portanto, segundo a teoria de Weber o mundo estaria sendo desencantado por meio da adoção de uma mentalidade voltada aos fundamentos do pensamento racional e científico, os quais através do devir histórico eliminariam os vestígios de magicização e sacralização do mundo, da sociedade e de seus habitantes.

A fé tinha de ser provada por seus resultados objetivos, a “*fides efficax*”, em que uma intensa atividade profissional da graça - a *certitudo salutis*, fundamentada num método consistente e consciente, faria com que a vida do indivíduo protestante passasse a ser completamente racionalizada e dominada pela finalidade de aumentar a glória de Deus na Terra. Essa conduta ética sistematizada, metodicamente racionalizada, teria influenciado o planejamento racional da vida moderna.

Pluralismo religioso e reencantamento do mundo

O processo de secularização nos séculos XIX e XX permitiu o desenvolvimento dos novos movimentos religiosos como resposta à relação entre modernidade e religião, caracterizando-se como um processo que, ao

mesmo tempo, negava a religião para depois dinamizar e complexificar o campo religioso com o desenvolvimento e o surgimento de outras formas de expressão religiosa.

O pluralismo religioso foi outro fator avançado do processo de secularização em relação à modernidade e aos indivíduos, pois na modernidade dos séculos XIX e XX, com a “secularização subjetiva” (BERGER, 1985, p. 139), coube ao indivíduo optar por qual religião e por qual instituição religiosa ele deveria pautar sua espiritualidade e seu comportamento ético.

Um outro fator importante da relação entre religião e modernidade e a relação desenvolvida entre o campo econômico e o campo religioso foi a forma como a racionalização do mundo atingiu as instituições religiosas, fazendo com que elas tivessem que se adaptar à dinâmica da modernidade através da racionalização de suas ações e discursos. Essa adaptação e ajustamento das instituições religiosas aos princípios da era moderna (racionalização/secularização/descantamento do mundo), deu-se por meio da burocratização do aparato clerical. Seguidor de Weber, Berger observa que

a situação contemporânea da religião caracteriza-se, portanto, por uma progressiva burocratização das instituições religiosas. Esse processo deixa marcas quer nas relações sociais externas, quer nas internas. Com relação a estas, as instituições religiosas são administradas burocraticamente e suas operações cotidianas são dominadas pelos problemas típicos e pela ‘lógica’ da burocracia. Externamente, as instituições religiosas relacionam-se com outras instituições sociais, umas com as outras, através das formas típicas da interação burocrática. ‘Relações públicas’ com a clientela consumidora, ‘*lobbying*’ com o governo, ‘levantamento de fundos’ em agências privadas e governamentais, envolvimento multifacetado com a economia secular (particularmente por meio de investimentos) - em todos esses aspectos de sua ‘missão’, as instituições religiosas são compelidas a buscar ‘resultados’ por métodos que são, necessariamente, muito semelhantes aos empregados por outras estruturas burocráticas com problemas similares. A mesma ‘lógica’ burocrática aplica-se às relações das várias instituições religiosas entre si. (BERGER, 1985, p. 151-2).

Concomitantemente à burocratização das instituições religiosas, houve também a necessidade de desenvolver uma relação de concorrência com as demais instituições voltadas para a sacralidade, fossem elas Igrejas consolidadas ou seitas emergentes. Portanto, o processo de secularização, ao contrário do que fora proposto em suas definições filosóficas iniciais, propiciou uma nova leitura religiosa do mundo através do debatido “reencantamento do mundo”, processo que nas décadas finais do século XX se tornou evidente e merecedor

da atenção dos sociólogos da religião. O recencantamento do mundo refere-se ao denominado “despertar religioso” observado nas sociedades pós-industriais e à multiplicação e à diversidade das instituições religiosas. Para um dos ramos da sociologia da religião, o “despertar religioso” está atrelado a um “eclipse da secularização”; Martelli (1995, p. 411) assim conclui:

interpretamos o presumido ‘despertar religioso’ dos últimos anos, dentro da hipótese do ‘eclipse da secularização’, que deve ser entendido no sentido da co-presença, na sociedade contemporânea, de elementos de secularização e dessecularização.

Porém, essa hipótese permite controvérsias a respeito da dessecularização pelo fato de encontrarmos na contemporaneidade sociedades que estão em processo de secularização, especialmente as regidas pela religião islâmica, como o Irã e o Iraque antes da queda de Saddam Hussein em 2003. Nas sociedades ocidentais talvez seja melhor afirmar que a secularização não significou o fim completo da religião e das formas de expressão religiosa, pois presenciamos um encantamento ainda presente e, em alguns pontos, maior que no século XIX.

Algumas reflexões à guisa de conclusão

A idéia de secularização categoriza uma diversidade de movimentos e significados histórico-conceituais que parece expressar o clássico princípio da lógica formal: “quanto maior a extensão, menor a compreensão”. De fato, a compreensão dessa categoria compõe um quadro variado e amplo de sentidos e aplicações nas diversas áreas das ciências humanas. Uma tal extensão tem incluído desde uma ampla compreensão da história do Ocidente até a explicação de movimentos religiosos contemporâneos. De qualquer forma, parece ser uma das categorias explicativas do processo de formação do Ocidente, assim como a categoria modernidade.

Os primeiros usos do termo secularização, que como já vimos, ecoam nos anos finais do século XVI, procuravam dar conta da passagem do religioso “regular” para o estado “secular”, ou a redução à vida laica de quem recebeu ordens religiosas. Tratava-se, portanto, de uma conceituação interna ao universo religioso.

Marramao (1997), ao analisar o conceito, classifica-o segundo as acepções mais correntes. Nesse sentido, aponta as seguintes tendências:

- Decadência da religião: seria a perda do prestígio e influência dos símbolos, doutrinas e instituições religiosas. Ao final, teríamos uma sociedade sem religião. Podemos ver, nessa visão, uma forte tendência evolucionista: de uma época de ouro da religião para uma sociedade racionalizada;
- Conformidade com o mundo: de uma atitude de recusa e de rechaço do mundo, passa-se para sua aceitação tal como ele é;
- Separação entre religião e sociedade: a religião deixa de ser a principal instância legitimadora da sociedade e se torna, cada vez mais, um assunto de foro íntimo. A religião perde a sua função pública;
- Despojamento do caráter sacral e mágico do mundo: o mundo torna-se mais adequado à manipulação racional, científica e empírica. Não há lugar para o mistério no mundo desencantado. Para Weber, a sociedade desencantada é a conseqüência do desenvolvimento de uma racionalidade econômica e científica (no sentido de administrativa e burocrática);
- Descomprometimento da sociedade para com a religião. Ela pode até existir, mas não faz muita diferença;
- Transposição de crenças e modelos de comportamento da esfera religiosa à secular. É a idéia de uma religião invisível (BERGER & LUCKMANN, 1997), ou ainda da emergência do *homo religiosus* de Eliade (1999), quando fala da camuflagem da religião que aparece como “religião substitutiva” (marxismos, naturalismos, etc.).

Isso, ainda que de maneira breve, já aponta para possíveis confusões e o verdadeiro *imbráglío* que é tratar do tema. Cremos que uma limpeza “da área” se faz não apenas pertinente como extremamente necessária.

A secularização é uma questão complexa e não parece resultar no desaparecimento completo da atividade e do pensamento religiosos. Ao contrário do que Weber afirmava, a secularização não desencantou o mundo, como também não significou o declínio da magia. Para Bryan Wilson (MARTELLI, 1995), secularização significa um processo de transferência de poder e atitudes das instituições com quadros de referência sobrenatural para instituições operadas de acordo com critérios empíricos, racionais e pragmáticos. Em termos cognitivos, secularização significou o processo de racionalização das explicações da realidade. Em termos institucionais representou a substituição, no campo de diferentes funções, da instituição religiosa para instituições autônomas. E, por fim, em termos de comportamento, significou

a privatização da própria experiência religiosa. Não há a extinção da religião, mas seu deslocamento para a esfera do sujeito.

O significado profundo de secularização é o do declínio geral do compromisso religioso na sociedade. A religião deixa de ser o conhecimento fundante da visão de mundo, dos comportamentos e da ética. A sociedade moderna conta agora com outros elementos de controle que independem da religião.

Creemos aqui que muita confusão foi armada pelos próprios estudiosos do tema. Para os arautos de uma civilização racional, livre de qualquer crença e superstição, o processo de secularização representava a libertação do ser humano e seria um fenômeno irreversível. Para seus opositores, a secularização seria permeada por momentos de dessecularização. A revanche de Deus, ou o retorno do sagrado foram bradados em alta voz para anunciar a volta daquele que tinha sido expulso mas, inevitavelmente, voltaria.

Mas a secularização não significou um aumento linear da não-crença. A sociedade não se encontra mais descrente ou cética. Pelo contrário, a modernidade elabora um significado ambivalente da secularização. Apresenta uma dessacralização e ao mesmo tempo uma mitificação do profano. Essa dupla postura é causadora das confusões.

Creemos que uma grande confusão se faz quando se mistura modernidade com secularização e desencantamento. Se nos dois primeiros casos a relação é inevitável, entre secularização e desencantamento parece haver um certo consenso de que não são apenas sinônimos, mas duas faces de uma mesma moeda.

A nosso ver, encontra-se aqui uma grande matriz das confusões semânticas. Uma mudança da perspectiva analítica pode nos oferecer um quadro em que a secularização avança a passos largos, mas nem por isso a sociedade (e seus membros, é bom frisar) deixam de viver em mundos encantados. As explicações científicas são, muitas vezes, assemelhadas a narrativas míticas repletas de encantamento. A vida das pessoas, por outro lado, é movida por crenças e magias o tempo todo, sem necessariamente precisarem de religião.

Em suma, o processo de secularização, em suas características iniciais, promoveu de modo contundente a deslegitimação de algumas atribuições sociais e políticas conduzidas pela Igreja Católica – como, por exemplo, no campo da política e da educação – visando dar maior autonomia à esfera laica e civil. A subjugação da religião ao racionalismo e, mais precisamente, ao racionalismo

científico, propiciou de vez a entrada do ser humano na Era da Razão. Segundo a percepção de Immanuel Kant sobre essa época, a consolidação da modernidade e o avanço do processo de secularização representaram a saída do homem da menoridade (KANT, 1985, p. 101).

A secularização, como característica inerente da modernidade, desenvolveu-se atrelada às vicissitudes sociais por ela engendradas. O espaço social estava agora envolvido com a consolidação do modo de produção capitalista e com a ascensão da Era da Razão instrumental e do pensamento burguês. O pensamento místico-religioso perdia paulatinamente espaço para o pensamento racional e utilitário. O papel relegado à religião foi o de ser uma instituição com importância social, mas não mais com poder de decisão sobre o Estado, a Arte, a Cultura, etc.

O Estado moderno, ao desvincular-se da religião, aderiu ao racionalismo político e passou a gerir-se por leis abstratas e racionais, não mais fundamentadas na origem divina das coisas. Ao mesmo tempo, a onda racionalizadora tocou as bases das instituições religiosas. Devido à perda de sua influência sobre a sociedade civil, estas necessitaram adaptar-se aos novos tempos e à nova dinâmica dessa sociedade, o que significa que elas deveriam, sem perder o seu conteúdo, racionalizar-se e modernizar-se em suas funções e atribuições para assim tentarem manter-se como instituição ativa e de importância social. Porém, devido à perda da plausibilidade das religiões tradicionais (BERGER, 1985), modernizar as instituições religiosas significou aderir ao modelo de mercado e assumir seus meios e seus riscos.

Portanto, o processo de secularização e de racionalização do mundo, ambos oriundos da modernidade, mudaram as relações entre religião e sociedade. No século XIX os dois processos intensificaram-se, confluindo num movimento que pretendia abolir as formas de vida religiosa para a definitiva ascensão da Era da Razão. Ao mesmo tempo em que a racionalização atingia as esferas não religiosas, atingia também a esfera religiosa, revelando o fato de as instituições religiosas necessitarem aderir ao racionalismo para poderem continuar existindo numa era que não mais lhes convinha.

No que diz respeito ao fenômeno da secularização, parece que a única conclusão edificada, até então é de que se trata de processo complexo e sobrejamente contraditório. Devido à sua capacidade de mutabilidade como fenômeno sociocultural, a teoria sobre o fenômeno da secularização permanece amplamente discutida e revisada na Sociologia, revelando que mesmo após

mais de um século de debates e pesquisas sobre o fenômeno, ainda não chegamos a uma formulação definitiva sobre suas características e capacidades mais específicas.

A Sociologia encontrará no século que se inicia um novo impulso dinamizador do estudo do fenômeno da secularização, pois o campo religioso ocidental cada vez mais complexo devido à assimilação das características da globalização, mostrar-se-á um campo de estudos altamente profícuo para compreensão de um dos temas mais debatidos e controversos da modernidade.

Referências

- ALVES, R. *A volta do sagrado: os caminhos e a sociologia da religião no Brasil. **Religião e Sociedade***, Rio de Janeiro, v.3, 1978.
- BERGER, P. L. *O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. São Paulo: Paulus, 1985.
- BERGER, P. L.; LUKMANN, T. *Construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- CAMPOS, I. S. *Teatro, templo e mercado: organização e marketing de um empreendimento neopentecostal*. Petrópolis; Vozes, 1997.
- ELIADE, M. *Tratado de história das religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- ELIADE, M. *O sagrado e o profano*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- HOBSBAWM, E. J. *A era das revoluções (1789-1848)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- HOUTART, F. *Sociologia da religião*. São Paulo: Ática, 1994.
- KANT, I. Resposta à pergunta: que é esclarecimento? In: _____. *Textos seletos*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- KOLAKOWSKI, L. A revanche do sagrado na cultura profana. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v.1, 1977.
- MARRAMAIO, G. *Céu e terra: genealogia da secularização*. São Paulo; Ed. USP, 1997.
- MARTELLI, S. *A religião na sociedade pós-moderna*. São Paulo: Paulinas, 1995.
- NEGRÃO, L. Intervenção. In: MOREIRA, A.; ZICMAN, R. (Org.). *Misticismo e novas religiões*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- WEBER, M. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1981.

COESÃO SOCIAL E INDIVIDUALIZAÇÃO: ANÁLISES E INTERPRETAÇÕES DA OBRA DE ÉMILE DURKHEIM – *DA DIVISÃO DO TRABALHO SOCIAL*¹

Wagner Francisco MOURÃO²

Resumo: Este artigo é um estudo sobre o processo de consolidação da coesão social e da individualização na obra de Émile Durkheim. A análise desenvolvida procurou interpretar as noções de coesão social e individualização através da interseção e do processo pela qual elas se formavam no pensamento de Durkheim e as conseqüências de tais acontecimentos gerados por esse processo contínuo. Nosso caminhar revelou-nos, entre outras coisas, que o processo educativo altera-se no interior da sociedade para a promoção da individualização e a reorganização da coesão social. Isso nos permite entender a distinção entre dois tipos de “Solidariedade Social”: “mecânica ou por similitudes” e “orgânica”. Além disso, demonstra claramente como se constroem culturalmente as relações sociais no interior de uma sociedade, como correntes de pensamentos se formam e ganham autonomia na coletividade proporcionando novas maneiras de se relacionarem.

Palavras-Chave: Coesão social; individualização; relações sociais.

Abstract: This article is a study about the process of consolidation of the social cohesion and the individuality action in Émile Durkheim’s works. The analysis developed tried to interpret the notions of social cohesion and individuality action through the intersection and of the process for which they were formed in the thought of Durkheim and the consequences of such events generated by that continuous process. Ours

¹ Título do doutoramento de Émile Durkheim em 1893, publicado em forma de livro com o mesmo nome (DURKHEIM, 1999).

² Graduando em Ciências Sociais – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – Universidade Estadual Paulista – 14800-901 – Araraquara – SP.

developed revealed us, between other things, that the educational process change inside the society for the promotion of the individuality action and the reorganization of the social cohesion. This let we understand each other the distinction among two types of “Social Solidarity”; the “mechanics or for similarity” and the “organic.” Besides, it demonstrates clearly as are built the social relationships culturally inside a society, as currents of thoughts are formed and they win autonomy in the collectivity, conceiving new ways of they mix.

Keywords: Social cohesion; individual action; social relationships.

Nossos objetivos pautam-se na tentativa de captar as preocupações de Durkheim em propor um enfoque diferente da sociedade e também no fato de reivindicar uma ciência específica para entender a sociedade, a Sociologia. As interpretações e análises dessas noções tiveram como pressuposto a leitura da idéia de divisão do trabalho na obra que iremos discutir. Com isso entenderemos o caráter implícito do valor da divisão do trabalho na construção da sociedade, bem como suas transformações e as conseqüências promovidas por essa divisão na sociedade. Essa releitura possibilitará um maior esclarecimento de sua obra e de seu pensamento.

A realidade aparece como um conjunto de fatos morais constituindo-se naquilo que Durkheim (1999) propõe como “realidade moral”. Essa realidade é a síntese das ações humanas praticadas socialmente. Porém, ela aparece como uma névoa que impede adentrar no interior do estudo das sociedades e das relações que os homens mantêm entre si. Partimos para o entendimento da “realidade moral”, e conseqüentemente, das noções de coessão social e individualização. Num primeiro momento analisaremos de que maneira as noções de moral, de direito e de solidariedade social, entre outras, explicitam a “realidade moral”. No segundo momento trataremos de verificar se as noções de coessão social e individualização correspondem à leitura dessa realidade edificada pela “divisão do trabalho social” na sociedade.

Interpretar as ações dos homens nesse contexto requer uma maneira de visualizar a sociedade com uma certa distância para se perceber as relações existentes nessa “realidade moral” refletida nos fatos morais (resultados das ações dos homens), ponto de partida para as leituras e para a compreensão da sociedade na obra analisada.

A reivindicação por uma ciência específica permitiu a Durkheim (1999) trabalhar com a idéia de uma “Ciência da Moral”. A elaboração de uma “ciência

da moral” busca as respostas nas ações humanas expressas através do direito. É essa maneira exata, promulgada sob forma de regras e normas jurídicas que sintetizam a complexidade das relações sociais. A “determinação do fato moral” (DURKHEIM, 1970, p. 43 et seq.) é o meio para poder contemplar essas relações dadas que ditam ao indivíduo a maneira de ser e agir em relação à sociedade.

No conjunto, ao considerar todo fato como sendo solidário numa cadeia de elos de fatos atrelados e o direito como a síntese de todas as relações morais da sociedade, cristalizada de forma exata, pode se concluir que a sociedade é um sistema solidário. A “solidariedade social” é a forma cristalizada desse movimento de relações sociais presentes numa sociedade, representadas pelo direito que a exprime. É através do direito, ou melhor, dos tipos de direitos que serão classificados os tipos de solidariedade social.

A solidariedade social, porém, é um fenômeno totalmente moral, que por si não se presta à observação exata, nem sobretudo, à medida. Para proceder tanto a essa classificação quanto a essa comparação, é necessário, portanto, substituir o fato interno que nos escapa por um fato externo que o simbolize e estudar o primeiro pelo segundo. Esse símbolo visível é o direito [...]. De fato, a vida social, onde quer que exista de maneira duradoura, tende inevitavelmente a tomar uma forma definida e a se organizar, e o direito nada mais é que essa mesma organização no que ela tem de mais estável e de preciso. A vida geral da sociedade não pode se estender num ponto sem que a vida jurídica nele se estenda ao mesmo tempo e na mesma proporção. Portanto, podemos estar certos de encontrar refletidas no direito todas as variedades essenciais da solidariedade social. (DURKHEIM, 1999, p. 31-2).

A determinação do direito como forma exata da solidariedade social e a necessidade de entrar no entendimento do fato moral se fazem necessárias para entender as determinações dos tipos de direito. É a idéia de “organização” estruturada na simbologia do “direito” vai nos permitir entender a análise de Durkheim (1999) acerca da coesão social e da individualização. A vida na sociedade é representada pelas “variedades essenciais da solidariedade social” representadas pelo direito. O fato moral instituído por Durkheim (1999) é o efeito cristalizador do fato social. A leitura do fato moral, instituída na forma de direito, permite o entendimento da divisão do trabalho de um modo mais abrangente do que aquele interpretado pelos economistas da época.

A divisão do trabalho é para Durkheim (1999) o elemento central de uma solidariedade especial porque é uma regra imperativa de conduta, como ele

próprio diz: “Sem dúvida, parece que a opinião se inclina cada vez mais no sentido de tornar a divisão do trabalho uma regra imperativa de conduta, a impô-la como um dever” (DURKHEIM, 1999, p. 4). Coube a ele identificar os elementos constitutivos de uma solidariedade baseada na divisão do trabalho. Nesse aspecto, a divisão do trabalho não é uma mera consequência, mas um efeito moral que se estende a toda a sociedade na forma de regra instituída:

A divisão do trabalho produz a solidariedade, não apenas por fazer de cada indivíduo um **trocador**, como dizem os economistas, mas por criar entre os homens um sistema completo de direitos e deveres que os unem uns aos outros de modo durável. Da mesma forma que as similitudes sociais dão origem a um direito e a uma moral que os protegem, a divisão do trabalho dá origem às regras que garantem o concurso pacífico e regular das funções divididas. (DURKHEIM, 1999, p. 429; grifo do autor).

A solidariedade social, por se tratar de um fato social, depende dos organismos individuais. Isso ocorre porque a solidariedade social é a expansão da “realidade moral” e se expressa pelo direito, sendo um efeito que age em um nível superior aos organismos individuais, regendo-os e lapidando-os para o convívio social. “De fato é certo que a solidariedade, ao mesmo tempo que é, antes de mais nada, um fato social, depende do nosso organismo individual” (DURKHEIM, 1999, p. 34). Através da leitura do sistema solidário, remetemo-nos à focalização dos agentes existentes. Esses agentes são peças-chave para a formação da solidariedade e é por esse motivo que Durkheim (1999) escreve na obra *Da divisão do trabalho social*, que para existir um sistema solidário é necessário que exista um organismo individual. Isso porque é através da reunião dos indivíduos que pode existir a solidariedade social. O grande ponto em questão é demonstrar como a solidariedade social se transforma e em que grau essa transformação ocorre no indivíduo. Mas para entender as ações dos agentes no sistema solidário é necessário entender que a solidariedade só pode existir porque há uma relação entre os indivíduos num conjunto de regras e normas jurídicas expressas pelo direito.

A subordinação dos indivíduos a um conjunto de regras e normas jurídicas só pode existir porque há em nós uma consciência dividida em duas consciências. A divisão da consciência em duas se dá pelo processo que impregna no indivíduo a marca da sociedade em que foi educado. A clarividência dessa argumentação apresenta-se a todo instante, à medida que nos relacionamos com pessoas do mesmo grupo, da mesma comunidade. Existem nelas um

conjunto que nos identifica como semelhantes porque partilhamos das mesmas regras de ser e agir:

[...] há em cada uma de nossas consciências, como dissemos, duas consciências: uma que é comum a nós e ao nosso grupo inteiro e que, por conseguinte, não somos nós mesmos, mas a sociedade que vive e age em nós: a outra que, ao contrário, só nos representa no que temos de pessoal e distinto, no que faz de nós indivíduos.³ (DURKHEIM, 1999, p. 106);

portanto existem características específicas que determinam o agir de cada indivíduo conforme a sua sociedade. Mas é da sociedade que parte a educação, e essa educação é que nos dá o caráter de ser pertencente àquela sociedade. Tanto é assim que o princípio educativo é que colocará o processo de massificação da divisão do trabalho a todos os membros da sociedade. A divisão do trabalho, como sabemos, é uma regra imperativa de conduta, uma regra moral. A solidariedade baseada na divisão do trabalho cria os mecanismos que vão dar sustentação a essa maneira de agir. A educação, nesse caso, é o elemento formador do processo de assimilação, que entendemos por impregnação da regra moral a todos os membros da sociedade:

Cada vez mais julgamos necessário não submeter todas as nossas crianças a uma cultura uniforme, como se deversem levar todas a mesma vida, mas formá-las de maneira diferente, tendo em vista as diferentes funções que serão chamadas a preencher. (DURKHEIM, 1999, p. 6).

Existe no pensamento durkheimiano um antagonismo aparente entre o mecanismo da ação moral, a divisão do trabalho sendo um dever a ser praticado por todos, e a maneira para promover a realização da divisão do trabalho através da educação diferenciada. Porém, uma leitura criteriosa nos permite entender que a diferenciação dada a cada criança no processo educativo só coloca em ascensão e equilíbrio o que Durkheim (1999) havia promulgado a respeito da consciência, sendo que a consciência é constituída de partes distintas, uma individual e a outra coletiva. A noção moral do dever da divisão do trabalho adentra na consciência coletiva, mas a liberdade de escolha à realização da divisão e sua inserção se realiza na consciência individual. Para tanto devemos

³ Essa afirmação categórica coloca em evidência a característica social que nos impregna enquanto membro dessa sociedade. Afinal, existe em cada um de nós, e é esse o ponto central dessa argumentação, um pouco da nossa sociedade, dessa sociedade que nos transmite suas características à medida que a compartilhamos.

entender como agem no interior de nossas consciências as relações entre essas regras sociais que ditam as normas a serem seguidas pelos indivíduos e a individualidade que nos permite escolher a maneira pela qual nos comportamos frente a essas regras sociais. A relação existente entre essas duas consciências e suas exteriorizações na solidariedade social e em que medida isso pôde ser captado pela “realidade moral” se expressam no direito.

Se existe um tipo de solidariedade pautada pela “divisão do trabalho social”, há outro tipo de solidariedade que não se pauta por essa divisão do trabalho. Esses postulados metodológicos, impregnados pela experiência sensível do observador, nos permitem entender o pensamento de Durkheim (1999) ao estudar o direito como representação exata da “realidade moral”. Isso dá um caráter para o qual poucos atentaram nas análises da obra durkheimiana: a necessidade da história como ferramenta do processo de retrocesso da complexidade social existente na sua época.

Na obra *Da divisão do trabalho social* como também na obra *As formas elementares da vida religiosa* o que cabe à história é demonstrar aquilo que se perpetuou das sociedades ancestrais⁴ até as sociedades atuais. A argumentação ganha sustentação quando vemos que em toda sociedade existiram e existem regras e normas de conduta legalizadas pelo direito. O método de análise durkheimiano tem a visibilidade centrada na realidade ancestral para entender aquilo que perpetuou e aquilo que se modificou e a maneira como ocorreram essas modificações.

As sociedades ancestrais, através de documentações e acervos arqueológicos comprovam a existência do direito. Na sociedade romana, por exemplo, o direito detinha uma determinada forma; já na sociedade egípcia inexistia o direito. Isso não quer dizer que as duas sociedades detinham as mesmas normas e regras de agir. O que existia em comum só pode ser verificado através do método comparativo, para Durkheim (1999) a única ferramenta que permite distinguir as especificidades obtidas através da experiência sensível; é a comparação que nos demonstra claramente aquilo que difere ou não nas partes comparadas. Essa comparação é realizada naquilo que evolui socialmente, mas para tanto é necessário nos despojarmos das idades de cada sociedade, tentando entendê-las cada qual na sua idade correspondente.

⁴ A nossa leitura de sociedades ancestrais diz respeito diretamente aos grupos sociais que existiam anteriormente à sociedade atual. São ancestrais porque são sociedades que vão dar forma à existência da sociedade atual.

Cabe à Sociologia demonstrar comparativamente a evolução social de um determinado fato (DURKHEIM, 1995, p. 139 et seq.). E nesse caso o que foi eleito foi o direito, a maneira pela qual era exercido e sua evolução até os dias atuais. A conjunção entre o direito e a divisão do trabalho, sendo esta última considerada um elemento chave de solidariedade em especial, demonstrará como os homens agiam e agem sob esse imperativo geral: a divisão do trabalho.

Na solidariedade social que não é baseada na divisão do trabalho, o direito possui a forma repressiva, ao passo que na solidariedade social baseada na divisão do trabalho o direito se expressa pela forma restitutiva. Essas maneiras que expressam os tipos de direito têm uma ligação direta com a forma como os indivíduos se comportam socialmente. Nessa solidariedade social os indivíduos são intimamente ligados por um conjunto de regras e normas religiosas que exigem uma participação geral de toda a comunidade. As rupturas das regras e normas colocavam aquele que as rompeu numa relação de ofensa à sociedade em geral e essa ruptura era designada como crime. Esse tipo de relação colocava todos os indivíduos intrinsecamente ligados à sociedade. Nesse momento, a solidariedade social caracterizava uma semelhança extrema entre os elementos que a compunham, o que deu respaldo a Durkheim (1999) determiná-la como “solidariedade social mecânica ou por similitudes”⁵.

A solidariedade que deriva das semelhanças se encontra em seu apogeu quando as consciências coletivas recebem exatamente nossa consciência total e coincide em todos os pontos com ela. Mas nesse momento, nossa individualidade é nula. Ela só pode nascer se a comunidade ocupar menos lugar em nós. (DURKHEIM, 1999, p. 106-7)

O necessário a destacar de antemão é que a existência e caracterização desse tipo de solidariedade social descrita por Durkheim (1999) se dão pela amplitude que o direito repressivo alcança nessas sociedades. O que existe é uma perpetuação do direito penal, porém num grau cada vez menor à medida que as formas restitutivas vão ganhando autonomia. O destaque dado ao direito penal na “solidariedade social mecânica ou por similitudes” é a função que ela exerce sobre o grupo que a detém. Esse caráter detentor está relacionado não à questão da propriedade em si, mas da sociedade ser, ao mesmo tempo, produtora e produto desse tipo de solidariedade, tendo em vista que o indivíduo

⁵ O presente termo encontra-se sob forma de título de um capítulo na obra *Da divisão do trabalho social*.

é composto por uma consciência dividida em duas e que procura seguir as vontades coletivas em geral:

Há em nós duas consciências: uma contém apenas estados que são pessoais a cada um de nós e nos caracterizam, ao passo que os estados que a outra compreende são comuns a toda a sociedade. A primeira representa apenas nossa personalidade individual e a constitui; a segunda representa o tipo coletivo e, por conseguinte, a sociedade sem a qual ele não existiria.⁶ [...] Ora, embora distintas, essas duas consciências são ligadas uma à outra, pois, em suma, elas constituem uma só coisa [...]. Logo, elas são solidárias. Daí resulta uma solidariedade *sui generis*, que nascida das semelhanças, vincula diretamente o indivíduo à sociedade [...] não consiste apenas num apego geral e indeterminado do indivíduo ao grupo, mas também torna harmônico o detalhe dos movimentos. (DURKHEIM, 1999, p.79)

A coesão social aparece implicitamente pelo princípio *sui generis* da solidariedade porque o indivíduo é composto pela consciência, que tem em seu substrato a individualidade, e coletividade num inter-relacionamento; a coesão se dá pela identificação ao grupo do qual faz parte. Nesse momento a individualidade encontra-se quase nula, já que a sociedade coloca-se de forma imperativa na nossa consciência. “Se um indivíduo quase não é distinto do grupo é porque a consciência individual quase não é distinta da consciência coletiva”. (DURKHEIM, 1999, p. 178). Porém, à medida que as sociedades vão ganhando uma complexidade e uma multiplicidade de relações diversas, a divisão do trabalho aponta como uma nova forma reguladora das relações sociais. É com essa perspectiva que vamos procurar demonstrar como a divisão do trabalho promove uma coesão mais intrínseca ao mesmo tempo em que promove o processo de individualização do indivíduo, valorizando sua autonomia aparente.

As causas da promoção da divisão do trabalho são inúmeras e alvos de vários estudos. O nosso procedimento foi avaliar no contexto da obra *Da divisão do trabalho social* aquilo que viabilizou o processo de ramificação da divisão do trabalho e suas conseqüências à vida social.

Ao percorrer a história da civilização, o que observamos é que à medida que há uma relação cada vez mais íntima entre sociedades distintas, essas sociedades perdem sua individualidade para promover novas relações sociais. Essa afirmação

⁶ Essa definição ao nosso ver coloca-se de forma mais clara na obra de Durkheim, **A ciência social e acção**, na qual a noção de individualidade é explicada amplamente. Há uma substituição do termo “nossa personalidade” por algo que consideramos mais correto que é a “nossa individualidade”, porque a personalidade diz respeito àquilo que é construído socialmente, por elementos supra-individuais, e a individualidade é algo inato, característico do homem enquanto ser.

já havia sido aplicada a várias questões acerca da relação homem/sociedade. Na Grécia antiga, focalizando a cidade de Atenas, o que encontramos é uma concentração populacional densa e o seu fruto é uma espantosa ramificação da divisão do trabalho. Existiam os políticos, os comissários, os viajantes, os alfaiates, os agricultores entre outros elementos que compunham a vida social. Já numa sociedade nômade o que vemos é um conjunto de pessoas praticando as mesmas atividades de maneira semelhantes e suas divisões na vida social quase sempre se restringiam às atividades religiosas. Algumas etnografias apresentadas no livro *As formas elementares da vida religiosa* comprovam essa observação. O que importa nesse momento é demonstrar os princípios promovidos pela divisão do trabalho e sua contribuição à promoção da coesão social.

Nas sociedades ditas inferiores⁷ a divisão do trabalho aparece de forma restrita imperceptível à “realidade moral”. A divisão do trabalho só diz respeito a relações familiares, ou seja, à função exercida no interior do núcleo familiar. A base de sustentação da coesão social nesse tipo de sociedade é impregnada de caráter religioso moral. A religião é, num certo sentido, a contemplação da idealização da sociedade e a repressorã dessa sociedade que age diretamente nas ações dos homens. À medida que há um aumento populacional, as relações intersociais aumentam proporcionalmente e com ela a divisão do trabalho. A divisão do trabalho é, contudo, regra instituída, ao mesmo tempo em que é o motor do processo de complexidade social. Se antigamente, nas sociedades, havia um determinado número de totens, as relações com outros segmentos sociais originam uma maior complexidade nas suas representações. Esses totens acabam por ganhar funções definidas assim como os homens nos ritos também se tornam cada vez mais divididos. A divisão de funções aos totens gerados no plano religioso ganha uma densidade na consciência coletiva que determina que tal princípio moral seja aplicado socialmente. É tal princípio que dará o elemento para a transformação do tipo de solidariedade social porque

A vida social, em vez de se concentrar numa multidão de pequenos focos distintos e semelhantes, se generaliza. As relações sociais – diríamos mais exatamente intra-sociais – se tornam, por conseguinte, mais numerosas, pois se estendem, de todos os lados, além de seus limites primitivos. Por conseguinte, a divisão do trabalho progride

⁷ O caráter de inferioridade não é dado pela acumulação ou pelo processo civilizador, base do etnocentrismo europeu. Na verdade esse princípio de inferioridade é uma relação direta da sociedade com o processo de divisão do trabalho. As ditas sociedades inferiores tinham a divisão do trabalho quase nula, restringindo-se às relações no interior familiar.

tanto mais quanto houver indivíduos suficientemente em relação aos outros. Se conviermos em chamar de densidade dinâmica ou moral essa aproximação e esse intercâmbio ativo que dela resulta, poderemos dizer que os progressos da divisão do trabalho são diretamente proporcionais à densidade moral ou dinâmica da sociedade. Mas essa aproximação moral só pode produzir seu efeito se a própria distância real entre os indivíduos tiver diminuído [...]. **Portanto a densidade moral não pode aumentar sem que a densidade material aumente ao mesmo tempo, e esta pode servir para medir aquela.** Aliás, é inútil procurar saber qual das duas determinou a outra; basta constatar que são inseparáveis. (DURKHEIM, 1999, p. 252-3; grifos nossos)

Essa relação direta entre a densidade material e a densidade moral é que vai proporcionar uma leitura criteriosa sobre as considerações acerca da solidariedade social baseada na divisão do trabalho. A harmonia que era dada pela semelhança intrínseca dos homens pertencentes ao grupo social deve mudar. Essa mudança de agir social fica evidente na transformação, ou melhor, reorganização daquilo que é expresso pelo direito.

O direito repressivo, de caráter penal, através do qual o indivíduo se relacionava diretamente com a sociedade, começa a dar espaço à relação entre os indivíduos. As ofensas praticadas por alguém dizem respeito primeiramente à vítima e não à sociedade como era comumente. Ou seja, ao mesmo tempo que ocorre uma redução do direito repressivo há um aumento do direito restitutivo; porém, esse direito repressivo ganha um espaço específico na sociedade, mantendo-se num nível que diz respeito às ofensas que a sociedade em geral condena.

O direito restitutivo diz mais respeito àquilo que não há um consenso *stricto sensu* e que atinge diretamente os indivíduos particulares. As relações tornaram-se mais complexas, há um movimento aglutinador de novos grupos semelhantes e distintos do primeiro. Se no plano religioso há uma mobilização para caracterizar a função de cada totem, na realidade social cabe a cada indivíduo encontrar a sua função específica na vida social. Parte daí o princípio da metáfora da “solidariedade social orgânica”. Os indivíduos existentes nesse tipo de solidariedade social criam vínculos por participarem da vida social com uma função definida e necessária a ela como parte de um organismo vivo. Passam a se relacionar entre si e não mais com o todo social, criando apenas relações entre indivíduos, rompendo o ideal da “solidariedade social mecânica”. Esse mecanismo viabiliza as relações diretas entre os indivíduos ao mesmo tempo que coloca a relação com a sociedade da forma indireta, se podemos dizer assim.

O princípio regulador social está impregnado nas consciências sob a forma de uma consciência coletiva que detém uma parte da nossa consciência, lembrando que existe em cada um de nós uma consciência dividida em duas partes distintas. A primeira diz respeito à nossa individualidade e a segunda diz respeito à nossa sociabilidade.⁸ Se por um lado a nossa individualidade é cada vez mais enaltecida, a nossa sociabilidade também porque confere ao princípio social a divisão do trabalho. Os homens são educados por essa sociedade a agir de tal forma. É por esse motivo que a divisão do trabalho, tal como Durkheim (1999) promulga, é tão diferenciada das utilizadas usualmente pelos economistas da época, que tratavam o homem como um “trocador”.⁹ Essa nova maneira de se relacionar deu uma nova roupagem à “realidade moral”.

Se nas sociedades inferiores as relações entre os homens se davam diretamente com a sociedade e tendo como apogeu o direito repressivo, expresso pela pena, essa nova maneira de agir dos homens que se relacionam de maneira particular com seus pares fez com que o apogeu fosse evidenciado por uma forma de direito que não punisse por punir, mas restituísse, que tentasse trazer os momentos passados ao presente, que abonasse as perdas da vítima e obrigasse à compensação por parte do agressor:

O que distingue essa sanção é que ela não é expiatória, mas se reduz a uma simples restauração. Um sofrimento proporcional a seu malefício não é infligido a quem violou o direito o menosprezou; este é simplesmente condenado a submeter-se a ele. (DURKHEIM, 1999, p.85).

Essa maneira de punir, restrita à restauração, modificou as relações sociais existentes pelo simples fato de tratar os indivíduos como particulares, elementos que devem ter o respaldo social para manter suas relações interpessoais em um nível de privacidade. Essa privacidade das relações interpessoais é resultado direto da divisão do trabalho porque permite a existência de contratos entre indivíduos num sistema solidário de participação mútua na realização de um amplo trabalho. O indivíduo passa a participar de maneira autônoma nas decisões perante esses contratos, já que nas conhecidas sociedades inferiores

⁸ O termo sociabilidade é empregado aqui de uma maneira diferenciada daquela usualmente abordada. Ela está intimamente ligada à idéia da ação da sociedade em nós. Ou como Durkheim (1999) colocava – a existência da sociedade em nós.

⁹ Este termo foi empregado por Durkheim (1999) para demonstrar que a divisão do trabalho promove um conjunto de relações de direitos e deveres cabíveis a todos os participantes, o que promove um sistema moral. (p. 428 et seq.)

a sua posição no meio social era determinada por um conjunto de regras sociais de cunho religioso e impregnada desde o seu nascimento. Com a divisão do trabalho esse tipo de visão do indivíduo é rompido porque é colocado em confronto com um sistema solidário de participação direta entre os indivíduos. Quando as relações eram muito estreitas e segmentárias, o que ocorria era um rompimento de maneira mais fácil, dada a insuficiência das normas estabelecidas que deixavam frôuxa a coesão social. A densidade moral à vida social limitava-se à prática da coerção pelo ideal constituído e pela semelhança existente entre todos e a sociedade. Isso porque nas sociedades inferiores é que encontramos um número maior de desagregados sociais que vão partilhar suas ações com outros grupos diferentes do seu. “Ora, é nas sociedades inferiores, em que a solidariedade por semelhanças é a única ou quase única que essas rupturas são mais freqüentes e mais fáceis” (DURKHEIM, 1999, p. 129).

A divisão do trabalho é uma regra imperativa de conduta que age no meio social de forma coercitiva para promover a coesão social. Mas o fundamento para isso ocorrer é dado por aquilo que é essencial à natureza humana, a sua dualidade enquanto ser (DURKHEIM, 1975). Para tanto é necessário entendermos que essa dualidade não é vista de forma negativa, mas essencial para a condição humana. É essa dualidade que vai dar espaço à promoção da divisão do trabalho como regra geral e imposta como um dever social, pois, para o indivíduo se caracterizar como ser diferente do grupo, ele necessita viver em sociedade e a sua individualidade só pode ser expressa se colocada em contato com a alteridade. O indivíduo, para se reconhecer como tal, necessita da sociedade para realizar os seus anseios. Porém, a sociedade necessita do indivíduo para ser composta, pois é a reunião de indivíduos em torno de regras e normas semelhantes para todos que se funda uma sociedade, uma coesão social:

Como o indivíduo não se basta, é da sociedade que ele recebe tudo o que lhe é necessário, como é para ela que ele trabalha [...] Por seu lado, a sociedade aprende a ver os membros que a compõem não mais como coisas sobre as quais tem direito, mas como cooperadores que ela não pode dispensar e para com os quais tem deveres. (DURKHEIM, 1999, p. 218).

A idêcia entre cooperadores se manifesta pela relação intrínseca entre a divisão do trabalho e a promoção da individualidade. A alteridade gerada por um mecanismo que fragmenta o trabalho e todo seu conjunto de regras sociais se faz através do contato entre a coesão social e a relação de igualdade entre as

partes. Em decorrência disso Durkheim explicita a idéia de contrato estabelecido diretamente entre as partes que compõem o corpo social, porque a individualidade é valorizada.

Fica evidente para nós que a coesão social sempre esteve presente na sociedade. Ela garante a reunião de vários indivíduos em torno de uma instituição pautada por um regimento aceito pelos membros e ao qual eles estão subordinados, instituição fundada numa moralidade supra-individual, mas que ocupa um determinado espaço dentro das consciências individuais. Tal acontecimento só é possível porque vemos na definição de “consciência” a presença de duas consciências em cada um de nós. Como já esboçamos, a coletiva deriva daquilo que é comum a toda sociedade e a individual nos identifica como indivíduos, diferentes uns dos outros. Todos nós sabemos que ela encontra-se distante de nós, que nela habita os imperativos de conduta que regem o agir. Mas ao mesmo tempo encontra-se presente nas nossas consciências, num determinado espaço, colocando-se em evidência; quando presenciamos a infração desses imperativos, estimula-nos a reconhecer a transgressão.

No caso específico da obra *Da divisão do trabalho social* (1999), a coesão social é colocada como a consequência de um efeito moral, ou seja, uma “força” que regula o agir dos homens em sociedade, dando mobilidade a ações humanas segundo algumas regras preestabelecidas pela própria sociedade. Esse efeito moral existente é representado pelo direito, tornando-se uma expressão exata da “realidade moral”. A divisão do trabalho é um fato eminentemente moral porque age sob a forma de regra instituída e a ser praticada por todos. A sua expansão é realizada através de um processo educativo que valoriza as diferenças individuais, porém deixa a marca da coletividade quando educa o ser especializado, individualizando-os dos demais para promover uma relação solidária pela interdependência.

Com efeito, esse processo de individualização só pode ocorrer no interior da sociedade porque há em cada um de nós uma consciência dividida em duas partes. Essas partes se relacionam através de um vínculo estreito entre a submissão e a vontade particular. A vontade particular é valorizada quanto à inserção ao meio social e a submissão parte do princípio de que a regra é parte formadora de nossa consciência, ao mesmo tempo que é dinamizada para a satisfação da vontade particular. É esse caráter dualista entre a vontade da alma e a submissão social para a convivência que permite ao homem realizar a dinamização da “realidade moral” equilibrando aquilo que deseja e a

representação do seu desejo à “realidade moral”. A divisão do trabalho só pôde ser possível porque existia, nas consciências individuais, espaço para que ela aflorasse, espaço garantido pela dualidade existente no ser, tornando-se regra imperativa que ganha autonomia e impregna os indivíduos de forma coercitiva para promover a coesão social:

Com efeito, os direitos dos indivíduos, tanto sobre si mesmos como sobre as coisas, só pode ser determinado graças a compromissos e a concessões mútuas, pois tudo o que é concedido a uns é necessariamente abandonado pelos outros. (DURKHEIM, 1999, p. 95).

A vida social, portanto, deriva das relações que os homens mantêm mutuamente e com a sociedade em geral. A sociedade é o resultado dinâmico desse relacionamento mútuo e contínuo. Se nas sociedades ditas inferiores os indivíduos se relacionavam pela semelhança por não ter a individualidade trabalhada a fim de torná-los diferentes, é porque a sociedade constrangia os homens a se verem como iguais. À medida que a sociedade ganha uma densidade populacional maior, cabe para aqueles que a compõem uma nova posição frente a essa realidade. Os homens ganham atividades pessoais e distintas que caracterizam a diferença e a valorizam, assim como as relações entre esses homens tornam-se necessárias para a realização social. A divisão do trabalho procura manter o vínculo social pela necessidade de o homem se reconhecer como indivíduo. Essa necessidade é inata ao ser, porém cabe à sociedade destiná-la a um fim comum. Nesse ponto é que a educação diferenciada a cada criança deve ser realizada, a fim de torná-las capazes de ocupar uma função específica na sociedade. A educação, porém, ao mesmo tempo que diferencia deve dar conta de impregnar nas consciências o sentido da solidariedade, ensinando as regras e normas gerais pertencentes a essa sociedade. Essa maneira de impregnar deve ser executada de uma forma que promova o equilíbrio entre a individualidade, leia-se consciência individual, e a sociedade que age e vive em nós, a consciência coletiva.

Assim vemos que a individualização é um processo construído socialmente, mas que parte daquilo que é inato ao ser, a sua individualidade. Porém, essa individualidade trabalhada socialmente é que vai permitir a relação entre a consciência coletiva e consciência individual de forma harmônica. A especialização e a diferenciação devem estar atentas à condução do homem a um individualismo que não deve ser confundido com o utilitarismo, mas o único resultado possível

que possa abarcar um conjunto de relações morais que permitam a coesão social à “realidade moral” (DURKHEIM, 1975, p. 236 et seq.).

Nossas análises e interpretações realizadas a partir da obra *Da divisão do trabalho social* tornaram evidente a separação, segundo Durkheim (1999), de dois tipos de solidariedade social. É a divisão do trabalho surge como uma regra de conduta que deve ser praticada por todos para assegurar um vínculo social entre todos os membros pela diferença. Ela utiliza a especialização como uma ferramenta que promove a diferença, que garante a autonomia do indivíduo por essa especialidade exigida; mas por outro lado, proporciona uma maior dependência da sociedade para contemplar suas necessidades. O principal resultado promovido pela divisão do trabalho foi a capacidade de modificar uma solidariedade social regrada a partir de um conjunto de crenças, ritos e mitos comuns que atingiam a todos.

A solidariedade social, por sua vez, constitui um conjunto de relações sociais cristalizadas que permitem distinguir e avaliar a sociedade a partir de suas especificidades. É essa especificidade é mensurada através do direito. O direito possui a forma exata das manifestações da “realidade moral”, o que permitiu a Durkheim (1999) tratar primeiramente do fato moral. Esse tratamento dado à observação das ações humanas é que fundamentaram posteriormente a consolidação da Sociologia como ciência. Porém, a solidariedade social, sendo dinâmica e não estática, altera-se constantemente à medida que se modificam as relações entre os homens e em especial na solidariedade orgânica. Para tanto foi necessário um instrumento moral, um imperativo de conduta que obrigasse a todos a se relacionarem dessa forma. Essa regra geral de conduta consolida a divisão do trabalho que dita as novas formas de relações. Os homens devem tornar-se diferentes pela especialidade para cumprirem um papel específico na sociedade, sendo que o principal benefício foi a autonomia dada a cada indivíduo.

No entanto, nossas análises apresentam vários aspectos críticos a esse modelo de solidariedade social. Notamos a existência de um dualismo na formação do próprio ser humano. Esse dualismo é dado e demonstrado a partir da divisão realizada por Durkheim (1999) acerca da consciência: uma é expressão de nossa individualidade, o que nos torna sujeitos diferenciados; outra que diz respeito àquilo que é social, que nos caracteriza como integrantes da sociedade.

O sentido de liberdade na solidariedade social é expresso pela relação que os indivíduos mantêm com essa sociedade. O indivíduo e a individualização

são apresentados na “solidariedade social mecânica ou por similitudes” de uma forma rudimentar, porque a individualidade é suprimida pela coletividade e a necessidade dos homens serem semelhantes entre si. Na “solidariedade social orgânica” a individualização é amplamente valorizada e praticada sob a forma de regra instituída através da divisão do trabalho cujo objetivo é promover a diferenciação entre os homens, dando-lhes funções definidas a serem ocupadas. O seu resultado é uma autonomia que nos conduz a uma liberdade aparente, não correspondendo de fato às expectativas almejadas pelas diferenças das especializações. A liberdade se coloca apenas no âmbito da escolha para que haja da parte dos indivíduos a inserção no meio social.

As noções de coesão social e individualização no interior do pensamento durkheimiano nos permitem um novo olhar sobre a sociedade porque refletem a existência de um sistema “solidário” cada vez mais denso à medida que a densidade material aumenta e com isso ampliam-se as relações entre os homens, isto é, a densidade moral. A originalidade na leitura de Durkheim (1999) se expressa na maneira como demonstra que a divisão do trabalho é um fato eminentemente moral que promove a complexidade das relações humanas, dando uma maior coesão social, valorizando e promovendo a distinção entre os indivíduos. Isso não significa que a divisão do trabalho é uma forma exata de relação equilibrada, harmônica da vida social. Essa “divisão do trabalho social” é uma forma encontrada pelos próprios indivíduos coexistirem numa vida social e poderem expressar tanto a sua individualidade quanto originar uma coesão social mais ampla e de difícil ruptura, já que não há semelhança entre os homens que compõem a sociedade, mas uma interdependência.

Referências

DURKHEIM, E. **Sociologia e filosofia**. Rio de Janeiro: Forense, 1970.

DURKHEIM, E. **A ciência social e a acção**. Lisboa: Bertrand, 1975.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

DURKHEIM, E. **As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

DURKHEIM, E. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.



PRODUÇÃO FAMILIAR E PLURIATIVIDADE NO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA-SP: ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA E REPRODUÇÃO SOCIAL¹

José Carlos Alves PEREIRA²

Resumo: Neste artigo procura-se debater as estratégias de reprodução social do agricultor familiar sob os impactos da modernização tecnológica na base da produção agrícola. Como estudo de caso, tomou-se o Município de Araraquara-SP, onde a monocultura é hegemônica, mas persistem produtores familiares.

Palavras-Chave: Agricultura familiar; estratégia; pluriatividade.

Abstract: We intend to discuss in the paper the small family producer's strategies of social reproduction under the impacts of technological modernization in the base of agricultural production. As a case study, we have chosen Araraquara-SP, where despite monoculture is hegemonic, the family producer persists.

Keywords: Family agriculture; strategy; pluriactivity.

Introdução

Nossas reflexões têm como foco o desenvolvimento de atividades não-agrícolas concomitantemente às atividades agrícolas como estratégia de reprodução social do pequeno produtor familiar do Município de Araraquara-

¹ As reflexões apresentadas neste artigo são resultados parciais do Projeto de iniciação científica "O potencial das atividades agrícolas e não-agrícolas em pequenas propriedades rurais do Município de Araraquara-SP" – financiado pela FAPESP sob a orientação da Profa. Dra. Darlene Ap. de O. Ferreira do Departamento de Antropologia, Política e Filosofia. Período: 01 julho 2002 a 31 julho 2004.

² Graduando de Ciências Sociais e Bolsista Iniciação Científica FAPESP – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – Universidade Estadual Paulista – 14800-901 – Araraquara – SP.

SP, área onde predominam – em extensão – grandes propriedades rurais altamente capitalizadas.

A combinação de atividades não-agrícolas com as atividades agrícolas formam o que muitos autores denominam pluriatividade. Abordaremos o produtor familiar da região e a pluriatividade considerando os impactos do processo de modernização desigual da agricultura brasileira sobre os pequenos agricultores, bem como as influências da pluriatividade na unidade familiar de produção, que a adota como uma estratégia de resistência e permanência numa área consolidada economicamente pelas monoculturas de cana e laranja.

Dividiremos nosso texto em cinco partes. Primeiro abordaremos a pluriatividade numa perspectiva histórica de autores clássicos como Karl Kautsky e Alexander Chayanov; na segunda parte apontaremos a polêmica envolvendo o conceito do fenômeno da pluriatividade nas pesquisas contemporâneas; em terceiro lugar discutiremos a pluriatividade nos estudos da agricultura brasileira e seus impactos no meio rural brasileiro; depois, através da leitura de resultados parciais de nossa pesquisa de campo, centraremos a discussão sobre a pluriatividade no Município de Araraquara-SP, e por último faremos uma breve conclusão sobre os resultados de nossa pesquisa e a discussão teórica sobre a noção de pluriatividade e seus impactos sobre a unidade familiar de produção.

Pluriatividade: um fenômeno histórico

A pluriatividade não é um fenômeno recente nem efêmero, tampouco exclusivo de uma região. Ela é realidade em áreas rurais de países desenvolvidos como os EUA, França, Alemanha, Japão, Espanha, etc. e de países em desenvolvimento como Coreia, México, Chile, Brasil, etc.

Karl Kautsky (1968), no escopo de análise marxista e, Alexander Chayanov (1974), sem descartar tal escopo mas incorporando novos elementos na análise, já chamavam a atenção para a prática de atividades não-agrícolas por famílias camponesas. Contudo, esses pesquisadores não chegaram a trabalhar com a nomenclatura “pluriatividade”. O primeiro trabalhou com a expressão **trabalhos acessórios** e o segundo usou a expressão **atividades não-agrícolas**.

Ao analisar o desenvolvimento do capitalismo no campo e como conseqüência a concentração de riqueza pelos grandes proprietários, Kautsky

(1968) indicava que, nesse processo, o pequeno camponês estaria fadado ao desaparecimento, já que, se quisesse manter sua pequena propriedade, teria que desenvolver trabalhos acessórios. Essa prática era o instrumento que poderia garantir a existência da pequena propriedade no capitalismo. Entretanto, ele apontaria para um processo de proletarização do pequeno camponês.

De acordo com Kautsky, a grande maioria dos camponeses alemães não dispunha de recursos para melhorar seus instrumentos de trabalho ou substituí-los por outros mais eficientes, como o poderiam fazê-lo os agricultores capitalizados que se tornavam mais competitivos no mercado. Tal fato colocava em xeque a reprodução social dos pequenos camponeses, posto que eles não conseguiriam se capitalizar e resistir à concorrência dos grandes agricultores. No entanto, os pequenos agricultores que não conseguissem se capitalizar não ficariam de todo fadados ao desaparecimento. Isso se eles usassem como estratégias de reprodução social de sua categoria formas de **trabalhos acessórios**, ligadas ou não às atividades agrícolas. Ao desenvolver trabalhos acessórios fora de sua propriedade, o pequeno agricultor tomaria cada vez mais o caráter de proletário. Mas, não-se deve

pensar que a pequena propriedade esteja em vias de desaparecer na sociedade moderna, ou que possa inteiramente ser substituída pela grande propriedade. Onde a concentração desta última avançou bastante, a tendência à subdivisão da terra entra em jogo, e o Estado, políticos locais, e mesmo os grandes proprietários intervêm com o objetivo de garantir a pequena propriedade ou os pequenos arrendatários. (KAUTSKY, 1968, p.182)

O pressuposto é que a manutenção da pequena propriedade seria funcional ao capitalismo na medida em que ela se torna uma reserva de mão-de-obra barata para grandes produtores capitalizados ou grandes industriários instalados nas áreas rurais.

Assim, podemos destacar alguns aspectos analíticos fundamentais no pensamento do autor sobre o desenvolvimento do capitalismo na agricultura: a) a intervenção do Estado e/ou das empresas capitalistas é de fundamental importância para a criação de infra-estruturas que viabilizem o desenvolvimento de trabalhos acessórios seja para a agroindústria, seja para indústrias domésticas; b) entretanto, a ação dessas instituições, mais do que proteger aos camponeses visa mantê-los à sua ilhargá porquanto se constituem em modelos para políticas sociais e fonte de mão-de-obra barata (KAUTSKY, 1968).

Percebe-se que para o autor a ação e influência de elementos externos (Estado, grandes produtores capitalizados, indústrias, etc.) ao núcleo familiar camponês são decisivos para a manutenção ou supressão dessa categoria social. Para isso o capital dispõe de e reinventa diversos ardís, sendo que os mais evidentes são os trabalhos acessórios. Estes constituem uma via de duas mãos. Por um lado faz diminuir a produção agrícola na pequena propriedade e o camponês se proletariza; por outro é a única forma de permanência da pequena propriedade diante do desenvolvimento do capitalismo no meio rural.

O outro autor clássico (Alexander Chayanov) destacou que as rendas obtidas com as atividades não-agrícolas são significativas para o processo de reprodução social da família camponesa e que, para compreender a dinâmica desse processo, é de fundamental importância um estudo sobre a organização interna e a composição demográfica desse sujeito social. Ao elaborar a teoria da “Unidade Econômica Camponesa” (UEC) o autor sugere que se deve fazer um

balance subjetivo entre trabajo e consumo para analizar los procesos de continuidad en la unidad económica campesina y para establecer la naturaleza de la motivación de la actividad económica de la familia campesina. Mas allá de sus límites en la esfera de las relaciones entre unidades de explotación agraria, la unidad económica campesina aparece através de sus acciones objetivas y es la única manera que puede hacerlo. (CHAYANOV, 1974, p. 38-9)

Assim, o foco central da análise não recai sobre os elementos externos ao núcleo familiar, mas sobre os elementos internos a ele como a relação entre a demografia do grupo e quantidade de terras disponíveis para trabalhar, ou ainda a quantidade de membros aptos ao trabalho.

Mas, além do equilíbrio entre consumo e trabalho na unidade camponesa, isto é, quantos braços produzem e quantas bocas comem; do caráter demográfico da família (quantidade de membros que a compõem e seu ciclo de vida), Chayanov aponta para a importância de analisar e compreender o núcleo familiar como o centro que regula e operacionaliza a produção. Assim, as decisões não são tomadas por um único membro da unidade – no caso o chefe – mas pelo grupo familiar. Este fator é fundamental para se analisar e compreender os motivos, consequências e estratégias da execução de atividades não-agrícolas pelas famílias camponesas.

Por lo tanto, todas as formas de influencia de la composición y el tamaño de la familia sobre la producción del trabajador de la familia y las otras consecuencias producidas por el equilibrio interno de los factores de producción de la unidad de explotación están naturalmente relacionadas con el

ingreso total de la familia y no con la parte que constituye su ingreso agrícola. (CHAYANOV, 1974, p. 110)

O grupo familiar pode se organizar de diversas formas em função das muitas estratégias de produção e reprodução. Algumas dessas formas de organização no exercício de atividades não-agrícolas podem conduzir à ruptura da família camponesa. Pode acontecer que um ou mais membros da unidade familiar de produção se desvincule dela, sem no entanto constituir uma nova família. Isso acontece, principalmente, com os migrantes. Pode ocorrer também que indivíduos constituam novas famílias e se desvinculem das relações de trabalho do seu primeiro núcleo familiar. Os motivos para isso são diversos, como: desentendimentos na elaboração ou execução de projetos coletivos, casamentos, novas oportunidades que podem melhorar o nível de vida individual, etc. Neste último caso, o exercício de atividades fora da propriedade da família – sem a transferência da renda ou parte dela para o grupo – estaria no princípio do processo de ruptura da unidade familiar de produção.

Chayanov indica também que existem formas de organização que viabilizam a coesão do grupo familiar desenvolvendo ou não atividades não-agrícolas. É o caso de membros que constituem novas famílias, mas permanecem nas terras de sua família de origem, ou até continuam a morar na casa onde já moram pai, mãe e irmãos. Pode ser ainda que trabalhem em propriedades alheias, fábricas, lojas, etc., mas somam seus rendimentos salariais aos dos demais membros da família a fim de que todo o grupo se beneficie de uma renda maior. Essa seria mais uma estratégia, entre outras, pela qual o grupo familiar estaria se organizando internamente para administrar e gerir atividades agrícolas e não-agrícolas, dentro e/ou fora de sua propriedade visando atingir um nível de vida confortável e manter sua reprodução social. Assim, o exercício de atividades agrícolas e não-agrícolas por membros de uma família, fora da propriedade, não informa necessariamente a desagregação do núcleo familiar. Essa ruptura depende de como a família consegue organizar seus projetos coletivos e individuais. Nessa perspectiva de análise das famílias pluriativas e sua ruptura ou coesão, deve-se considerar: a) o desenvolvimento de atividades agrícolas e não-agrícolas dentro e fora da propriedade; b) a constituição de novas famílias sem que seus membros mudem de propriedade ou percam vínculos de produção com a família de origem; c) migração em busca de trabalho devido à quantidade insuficiente de terras próprias que ocupem todos os indivíduos aptos ao trabalho, etc.

Feitas essas breves explanações sobre os respectivos pensamentos de Kautsky e Chayanov, pode-se concluir que: a) Kautsky destacava em sua análise da questão agrária a influência dos arranjos institucionais e dos aspectos macroeconômicos do capitalismo (elementos externos) influenciando a produção familiar; b) já Chayanov, embora não descartasse a influência desses fatores, deu ênfase à compreensão de elementos internos (equilíbrio entre braços aptos ao trabalho e bocas para consumir, organização da família, etc.) influenciando a reprodução socioeconômica das famílias camponesas. Seu foco analítico é direcionado aos fatores microeconômicos e sociais, não desvinculados do capitalismo, mas forjados no seio familiar.

A noção de pluriatividade nas pesquisas contemporâneas

Para os pesquisadores contemporâneos a noção de pluriatividade não difere muito daquilo que Kautsky e Chayanov chamavam respectivamente de “trabalhos acessórios” e “atividades não-agrícolas”. Procura-se investigar o fenômeno sem perder de vista aqueles elementos internos e externos ao grupo familiar, mas trazendo para o debate a questão da modernização tecnológica e a modernidade social. Contudo, não há um consenso acerca de um conceito e as implicações da pluriatividade na reprodução social dos pequenos produtores rurais. A noção mais aceita até o momento é a de que a pluriatividade é

um fenômeno através do qual membros das famílias que habitam o meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades, ou mais rigorosamente, optam pelo exercício de atividades não-agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural. (SCHNEIDER, 2003, p. 25-6)

É importante destacar essa idéia de produção inerente à atividade agrícola, pois a família rural que não tem no seu arco de atividades a agricultura, escaparia do conjunto de atores e fenômenos sociais que o conceito alcança. A pluriatividade ocorre em

unidades de produção multidimensionais, onde se pratica a agricultura e outras atividades, tanto dentro como fora da propriedade, pelas quais são recebidos diferentes tipos de remuneração e receitas (rendimentos, rendas em espécies e transferências). (FULLER, 1990, p. 367)

Alguns autores concebem a pluriatividade como um fenômeno de ruptura da unidade de produção familiar e/ou a falência da atividade agrícola. Como as rendas geradas pelas atividades agrícolas em geral são inferiores às rendas geradas pelas atividades não-agrícolas, o pressuposto é que estas últimas passem a ocupar mais tempo das famílias em detrimento da agricultura. Outro pressuposto ainda é que a prática de atividades diferenciadas em lugares distintos desencadeie um processo de individuação³ dos membros, o que elimina o caráter coletivo, e conseqüentemente inviabiliza a reprodução social da unidade familiar de produção (LACOMBE, 1984). Nessa perspectiva, o destino desse sujeito social seria, além do trabalho em caráter de assalariamento, a desagregação do núcleo familiar como unidade social de produção.

Porém, outros pesquisadores indicam que a renda obtida das atividades não-agrícolas pode complementar e garantir o investimento na exploração agrícola, significando ainda uma secundarização estratégica desta no processo de reprodução social do grupo familiar como unidade social de produção. Nesse argumento, o pressuposto é que o caráter familiar da produção possibilita maior plasticidade aos membros na organização do trabalho interno e na utilização de rendas provenientes de fontes externas (CARNEIRO, 1999).

Moreira (1999, p.102) observa que a investigação das unidades familiares de produção agrícola deve considerar dois aspectos: as relações entre os indivíduos e os valores que dão sentido a essas relações. A idéia é que, como toda relação social, os arranjos familiares (seja na esfera do parentesco, seja na esfera da produção) consideram uma parte ideal do pensamento ou de representação que informa valores e atitudes. Estes refletem uma “tradição que é acionada na formulação das estratégias familiares orientando as escolhas coletivas e informando os projetos individuais possíveis” (CARNEIRO, 1999, p.329). Assim, família não opera sem considerar a individualidade de seus membros seja na organização do trabalho, seja na obtenção de rendas. Assim, a pluriatividade se apresenta como um fenômeno potencial e não fatal de desagregação do grupo familiar. Desagregação ou coesão não ocorrem de forma linear e não dependem exclusivamente de fatores externos ao grupo, pois a

³ Individuação: “enfraquecimento de certas formas de controle social, exercido pela família, pelo grupo vicinal, ou pela comunidade local” (WILLEMS, 1961).

multiplicidade de fontes de ganhos, de distribuição de ganhos e de acumulação familiar de patrimônios só se explica e se compreende se levamos em conta a multiespacialidade e a multitemporalidade da família agrícola. Ela é mais uma rede de relacionamento de várias gerações, em vários lugares, do que simplesmente um agrupamento nuclear como supõem os organizadores dos Censos e supõem, no geral, os pesquisadores interessados em temas econômicos (MARTINS, 2001, p.22).

Isso nos leva a trabalhar com a hipótese de que os produtores familiares têm como principal característica no seu rol de estratégias de reprodução social a capacidade de se adaptar a diversas formas de sociabilidade temporal, espacial e cultural para a manutenção de seu *status quo*. Mais que isso, esse sujeito é capaz de reinventar suas tradições para garantir seus espaços político, econômico, cultural e social na sociedade moderna.

A modernização sem modernidade é perniciosa ao conjunto da sociedade, mas o é de modo mais intenso aos grupos minoritários ou mais frágeis política e economicamente, tanto nas sociedades urbanas quanto nas rurais. Nos países desenvolvidos, esse problema não foi resolvido definitivamente, mas seu debate é aberto e conta com ampla participação de diversos setores sociais. Já nos países em desenvolvimento, e no caso específico do Brasil, não há o debate político e social que leve à reflexão sobre a modernização tecnológica e seu contrapeso, sadio e necessário, a modernidade social.

A despeito da fundamental importância do produtor familiar na geração de empregos e gêneros alimentícios básicos para o abastecimento do mercado interno, no Brasil esse sujeito/ator social é politicamente bloqueado e socialmente desvalorizado (WANDERLEY, 1995). Em função das nossas tradições históricas no que se refere à apropriação dos espaços (grande ou pequena propriedade), organização do trabalho, etc., nossa sociedade ainda não se mostrou capaz de reconhecer formas sociais de produção que não se pautem exclusivamente pela lógica capitalista.

Os estudos da pluriatividade e seus impactos no meio rural brasileiro

É basicamente a partir do fim dos anos de 1980 e início da década de 1990, que as pesquisas sobre pluriatividade no meio rural brasileiro começam a se multiplicar. A maior parte dos trabalhos se alinham conceitual e metodologicamente a autores como Marsden (Economia Política), na tradição

européia; a Anthony Fuller na Sociologia da Agricultura nos EUA; às perspectivas de Kautsky e Chayanov respectivamente.

Salvo algumas exceções, as pesquisas realizadas no Brasil revelam que os agricultores têm recorrido à pluriatividade como uma estratégia para complementar suas rendas e assim garantir a reprodução social de sua família, porquanto seu acesso a políticas públicas para o setor seja limitado por trâmites burocráticos ou ainda pelo caráter incipiente dessas políticas.

No que se refere aos impactos da pluriatividade no meio rural brasileiro, as pesquisas realizadas a partir da década de 1990 apontam para a transformação da dinâmica do campo, principalmente na região Centro-Sul. De modo geral, os estudos revelam que o meio rural não é mais apenas sinônimo de atividades agropecuárias. Os resultados da Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar (PNAD) de 1990 revelaram que, no Brasil, o crescimento da PEA (População Economicamente Ativa) rural, a partir de 1985, tem sido maior que o crescimento da PEA agrícola, sendo que o crescimento desta já era negativo. Na década de 1980, a PEA agrícola teve crescimento negativo de 0,3% e 0,6% nas regiões Sul e Sudeste respectivamente. Já a PEA não-agrícola teve um crescimento superior a 2,6% a.a., sobretudo na região Sudeste. Em 1990, mais de 40% da PEA rural já estava ocupada em atividades não-agrícolas na região Sudeste. O setor que mais absorveu mão-de-obra foi o agroindustrial. As PNADs mostram ainda que, no estado de São Paulo, a PEA rural vinha caindo nos anos 1980, mas no período 1992-95 ela tem um crescimento de 2,3% a.a.. Este crescimento da PEA rural paulista foi superior ao da PEA urbana que crescem 1,5% a.a. no mesmo período.

O crescimento das atividades não-agrícolas no espaço rural não indica que os salários dos trabalhadores rurais tenham melhorado e sejam iguais ou superiores aos dos trabalhadores urbanos. Os dados da PNAD de 1992 mostram que, de modo geral, as rendas dos trabalhadores rurais, assalariados ou não, além de continuarem mais baixas que as dos trabalhadores urbanos sofreram uma queda entre 1990 e 1992. Mas a mesma pesquisa mostra também que as rendas dos trabalhadores rurais, em especial das unidades familiares de produção pluriativas, a despeito de terem caído em relação a 1992, caíram menos e continuam mais altas que as dos trabalhadores que só se ocupam com atividades agropecuárias (SILVA, 2000).

É sabido que tanto nos países desenvolvidos (EUA, Alemanha, Inglaterra, etc.) bem como nos países em desenvolvimento (Brasil, México, países do Leste europeu, China, etc.), a renda dos trabalhadores urbanos é superior à renda dos trabalhadores rurais (MENDRAS, 1969; ABRAMOVAY, 1998). Diante desse quadro, a análise científica sobre a realidade do fenômeno se faz necessária, a fim de que se possa compreender e esclarecer a verdadeira natureza da pluriatividade, bem como as ações e relações sociais dos sujeitos/atores sociais com ela envolvidos. É sobre esses aspectos que nos debruçaremos no próximo tópico.

Pluriatividade e produção familiar: o caso de Araraquara-SP

As pesquisas realizadas por cientistas sociais brasileiros entre o período de 1980 e 2000 apontam para a modernização da base tecnológica da agricultura brasileira, no entanto indicam também a permanência do latifúndio em detrimento do minifúndio. Tal qual a tecnologia, a instalação dos Complexos Agroindustriais (CAIs), a partir de 1970 não provocou mudanças substantivas na estrutura agrária do país, no sentido de viabilizar o pleno desenvolvimento da agricultura familiar ou facilitar a desconcentração da propriedade de terras. Os assentamentos de reforma agrária começam a surgir a partir de 1980, mas ainda são pouquíssimos e, no geral, não dispõem de infra-estrutura adequada a uma produção sustentável.

A modernização não atingiu de forma homogênea todo o espaço rural do país, tampouco levou benefícios a todas as categorias sociais que nele atuam. A região que mais se desenvolveu foi a Centro-Sul, ao passo que a Norte e a Nordeste se caracterizam por uma exploração agropecuária insatisfatória por meio de bases técnicas rudimentares. Por outro lado, a agricultura familiar – inclusive na região Centro-Sul, mas principalmente nas outras regiões do país – foi posta à margem das políticas públicas que privilegiaram os médios e grandes produtores capitalizados ou em vias disso. Substituídos pela máquina ou sem condições de manter a propriedade, um grande contingente de trabalhadores e pequenos produtores rurais descapitalizados tiveram de abandonar o campo e partir em direção aos grandes centros urbanos.

No que diz respeito à questão fundiária e à elaboração de políticas que viabilizassem a permanência no campo e a competitividade dos pequenos produtores, essa modernização foi deficitária e, em algumas regiões, inexistente. A conclusão a que se pode chegar é que a modernização do meio rural brasileiro foi feita de forma desigual, dolorosa e excludente (SILVA, 1982; WANDERLEY, 1995; GONÇALVES NETO, 1997).

Tendo em vista o processo desigual de modernização da agricultura brasileira, que privilegiou os grandes produtores em detrimento dos pequenos, e o fenômeno da pluriatividade nas unidades de produção familiar, nosso objetivo é analisar o potencial e a dinâmica de uma área – Município de Araraquara-SP – onde predominam as grandes lavouras capitalizadas (citricultura, voltada para exportação de suco, e a cultura canavieira para produção de açúcar e álcool), mas persistem produtores familiares. De acordo com os cadastros de 1995, do INCRA, há no Município de Araraquara-SP, aproximadamente 890 propriedades rurais, sendo que desse número cerca de 750 propriedades medem entre 0,1 ha e 50 ha.

Como parte de nossa pesquisa, aplicamos 308 questionários aos produtores familiares com propriedades de 0,1ha até 50ha. Os produtores foram divididos em três grupos: 0,1ha a 20ha; 20,1ha a 40ha, e de 40,1ha a 50ha. Assim, cobrimos o que o INCRA define como minifúndios e pequenas propriedades e analisamos os impactos da pluriatividade nos respectivos extratos de áreas. As informações levantadas foram sistematizadas em Banco de dados *Access* e Banco de dados *Excel*.

Para a elaboração deste texto, selecionamos algumas informações para análise. São elas: a) índice de famílias pluriativas; b) número de famílias que têm acesso ou não a financiamento para a atividade agrícola; c) tempo ocupado com as atividades não-agrícolas; d) local onde as atividades não-agrícolas são desenvolvidas; f) caráter da mão-de-obra das atividades não-agrícolas; g) destino da renda das atividades não-agrícolas; h) por quais motivos, eventualmente, a família venderia sua propriedade rural. Como nossa proposta central é investigar a possível proletarização do produtor familiar pluriativo e a possível individualização dos membros dessa unidade, analisaremos com mais profundidade os três últimos tópicos. Na Tabela 1 procuramos esboçar um diagnóstico preciso dessas informações.

Tabela 1: Caracterização dos produtores com propriedade de até 50ha no Município de Araraquara-SP

famílias analisadas 308	famílias com 0,1 a 20 ha	Famílias com 20,1 a 40 ha	famílias com 40,1 a 50 ha
famílias	175	97	36
pluriativas	136	65	31
têm financiamento	46	44	11
atividade não-agrícola em tempo parcial	66	40	15
atividade não-agrícola em tempo integral	70	25	16
atividade não-agrícola na propriedade	33	20	12
atividade não-agrícola fora da propriedade	103	45	19
mão-de-obra assalariada	57	15	6
mão-de-obra própria	79	50	25
renda não-agrícola para investir na lavoura	35	20	7
renda não-agrícola para consumo familiar	63	19	12
renda não-agrícola para investir na lavoura e consumo familiar	31	23	9
renda não-agrícola para consumo individual	8	4	4
Venderia a propriedade p/ comprar outra maior	23	19	8
Venderia a prop. para mudar-se p/a cidade e abandonar a agricultura	3	0	0
Venderia a prop. para ajudar um filho em dificuldade financeira	7	9	7
Venderia a prop. por outros motivos	19	3	4
Não venderia a prop. por motivo nenhum	123	66	17

Fonte: Trabalho de Campo realizado de fevereiro a maio de 2003

Nossas análises indicam que 75,3% das famílias estudadas são pluriativas. Entre outros, dois elementos ajudam a explicar esse alto índice de pluriatividade. O primeiro é a necessidade de obtenção de uma renda extra para complementar a renda agrícola das famílias e dessa forma satisfazer às necessidades do grupo. O segundo é a iniciativa do poder público local e estadual em desenvolver políticas de apoio aos produtores. Sobre essas políticas, vale ressaltar que são relativamente

reduzidas, tampouco atendem às principais necessidades dos contemplados, como o acesso ao crédito e escoamento e comercialização da produção. Além disso, a falta de informação sobre as políticas, ou seus trâmites burocráticos impedem que um número maior de produtores seja atendido. Assim, o principal elemento que leva os produtores familiares analisados a desenvolverem atividades não-agrícolas dentro ou fora de suas propriedades é a necessidade de uma renda extra que complemente a renda obtida com as atividades agrícolas. Em geral, a renda extra (complementar) é destinada à satisfação das necessidades do grupo familiar (roupas, eletrodomésticos, remédios, artigos escolares, etc.) e também ao investimento na lavoura (compra de sementes, adubos, equipamentos, etc.). Nota-se que são fatores externos ao grupo familiar (políticas públicas, parcerias com fundações, etc.), mas principalmente fatores internos (necessidades básicas de consumo familiar) que o influenciam diretamente no desenvolvimento ou não dessas atividades. Discorreremos sobre cada um desses dois aspectos, procurando apontar suas influências sobre as famílias ao optarem ou não pela pluriatividade.

a) Políticas públicas

O Sebrae-SP, em parceria com a Prefeitura Municipal de Araraquara, oferece cursos de capacitação profissional aos produtores do município e sua região. O objetivo desses cursos é capacitar profissionalmente os produtores para que eles mesmos possam transformar seus produtos *in natura* e com isso agregar-lhes mais valor. O pressuposto é que essa medida permita que o produtor amplie sua renda e surjam novas ocupações para outros membros da família ainda desocupados. Nesse sentido foram elaborados os projetos “Direto do Campo” e “Sistema Agroindustrial Integrado” (SAI). O primeiro projeto permite ao produtor vender os seus produtos diretamente numa feira livre organizada semanalmente nas imediações do centro da cidade. Atualmente o “Direto do Campo” atende a cerca de 48 produtores.

O segundo projeto oferece cursos de artesanato, padaria caseira, confeitaria, apicultura, turismo rural, doceria, etc. Como esse projeto é mais amplo que o primeiro, de 2002 a 2003 ele atendeu a cerca de 300 produtores. Contudo, nem todos os atendidos organizam suas pequenas indústrias domésticas, pois muitos têm dificuldades financeiras para adquirir os equipamentos necessários ou ainda não têm em vista locais de venda para seus produtos.

b) Necessidade de rendas complementares

Esse fator é o que mais influencia diretamente na decisão das famílias em desenvolverem ou não as atividades não-agrícolas como forma de dar ocupação aos membros sem trabalho, mas principalmente como estratégia para atender às necessidades do grupo. Para se ter uma idéia disso, 40,5% dos produtores analisados usam a renda das atividades não-agrícolas para o consumo familiar e 27,1% deles usam essa renda para investir na lavoura e o consumo familiar concomitantemente. Vale ressaltar que 43,6% dos produtores que usam a renda das atividades não-agrícolas para o consumo familiar têm propriedades com até 20 ha. É interessante destacar que, se considerarmos o universo total (232) dos produtores pluriativos, veremos que 94,4% deles destinam a renda das ANAs para consumo familiar e o investimento nas lavouras. Isso reflete a tentativa de suprir suas necessidades domésticas, bem como a dificuldade de obtenção de crédito agrícola, já que 67,0% dos produtores não conseguem financiamento para as lavouras. Apenas 5,6% usam a renda não-agrícola para o consumo individual. Isso quer dizer que, no caso analisado, a pluriatividade não provoca uma fragmentação da unidade familiar de produção como pressupunham alguns autores.

No que se refere ao tempo parcial ou integral ocupado pelas atividades não-agrícolas, há um “ligeiro” equilíbrio: 47,9% das famílias as desenvolvem em tempo integral, e 52,1% o fazem em tempo parcial. Para as que desenvolvem em tempo integral, não significa dizer que elas não se ocupam com a agricultura. Na verdade, enquanto um ou mais membros da família se ocupam em tempo integral fora da agricultura, os outros se ocupam com as lavouras.

Sobre o local onde as atividades não-agrícolas são desenvolvidas, constatamos que 28,0% das famílias o fazem na sua propriedade e 72,0% as praticam fora. Nesse ponto é interessante verificar qual o caráter da força de trabalho ocupada nessas atividades. Sua principal característica é a autonomia, pois 33,6% dessa força de trabalho é contratada formalmente com registro em carteira e 66,4% é autônoma, sem registro em carteira.

Não se pode depreender daí que não há uma relação de assalariamento do produtor familiar e as atividades desenvolvidas por ele fora de sua propriedade em função do caráter autônomo de sua mão-de-obra. Uma análise mais perspicaz revela um assalariamento dissimulado, já que o produtor vende sua

força de trabalho. Além disso, há uma precarização do trabalho, pois 66,4% dos trabalhadores não gozam dos benefícios garantidos pelo contrato formal em carteira de trabalho. Isso vale para os três estratos de área estudados. Pode-se dizer também que não há uma relação direta de perda de vínculo com a atividade agrícola e o trabalho não-agrícola fora da propriedade. Dos 308 produtores, apenas 0,9% venderiam suas propriedades para mudar-se para a cidade e não mais praticar a agricultura. Vale destacar que esses 0,9% são produtores situados no estrato de área de 0,1 a 20 ha. 16,3% dos produtores venderiam a propriedade para comprar outra maior; 7,5% o fariam para ajudar um filho em dificuldade financeira; 8,5% venderiam por outros motivos como doença, velhice, carência total de recursos para investir na lavoura, etc. Já 66,8% não venderiam suas propriedades por motivo nenhum. Dentre os produtores com propriedades até 20 ha, o percentual dos que não as venderiam chega a 70,3%.

Essas estatísticas revelam ainda a questão do *ethos* camponês. A identidade e o vínculo com a terra se apresentam muito imbricadas com as estratégias elaboradas tendo em vista sua reprodução social. Nesse caso, a tradição camponesa é ressignificada, mas não sucumbida pelo processo de modernização. Além disso, embora não hegemônicos político e economicamente, os produtores familiares não são passivos, mostram-se ativos no processo histórico.

No aspecto da organização do trabalho e da reprodução social da unidade de produção familiar, a pluriatividade aparece como uma de suas principais estratégias visando suprir a falta de créditos e a ineficiência das políticas públicas para o setor. Dentro das propriedades as principais atividades não agrícolas são: pesque-pague, restaurante caseiro, produção de queijos, doces, artesanatos, costuras etc. Fora delas, as atividades desempenhadas com maior frequência são: comércio (lojas e/ou bares), feirante, pedreiro, pintor, tratorista, apicultura, doméstica, artesanato, cabeleireiro, etc. As atividades não-agrícolas desenvolvidas na propriedade não diferem muito das apresentadas por Balsadi (2002), em recente trabalho sobre as ocupações não-agrícolas em áreas rurais do estado de São Paulo. De igual modo, a zona rural do Município analisado não se diferencia de outras da região Centro-Sul do Brasil, já que nessas também há um percentual significativo de famílias pluriativas, como mostram as PNADs de 1992 e 1995.

Considerações finais

Nossas reflexões se aproximam parcialmente das conclusões de Karl Kautsky (1968), as quais apresentamos no início deste texto. Ao contrário dos grandes proprietários da região em análise, os pequenos produtores não são capitalizados. Este fator está na base das pressões econômicas e políticas engendradas pelos grandes produtores, cuja consequência, entre outras, é a desestabilização dos produtores familiares como categoria social, visto que não dispõem de mediadores eficientes para garantir o equilíbrio. Como os pequenos produtores não conseguem concorrer com os grandes em termos de preços e nem sempre dispõem de recursos técnicos e financeiros para transformar seus produtos agregando-lhes mais valor, assim como não conseguem financiamento, a saída mais propícia é obter renda de atividades não-agrícolas dentro ou fora de suas propriedades para complementar a renda agrícola e assim satisfazer suas necessidades domésticas, como mostramos na análise da Tabela 1. Mas no que diz respeito à individualização do produtor familiar, nossas conclusões se afastam das de Kautsky (1968), bem como das de Lacombe (1984). Como vimos, para esses autores, as atividades não-agrícolas indicariam, além da proletarianização, a individualização do produtor familiar. Contudo, nossas investigações indicam que a despeito de 72% dos produtores pluriativos atuarem fora de suas propriedades, 94,4% destinam a renda não-agrícola para o consumo familiar e o investimentos na lavoura.

Nossas conclusões se aproximam mais daquelas de Alexander Chayanov (1974), Maria José Carneiro (1999) e José de Souza Martins (2001). Chayanov não descarta a influência de fatores externos, mas centra sua análise sobre a “Unidade Econômica Camponesa” na organização do grupo familiar. Para o autor, é a demografia do grupo e suas reais necessidades que determinam a quantidade de trabalho a ser desenvolvido fora ou dentro da propriedade, visando à reprodução social do grupo. Ora, no nosso caso, os pequenos produtores também não estão interessados em aumentar sua quantidade de trabalho para concorrer diretamente com os grandes produtores, tanto que apenas 16,3% dos nossos entrevistados venderiam suas terras para comprar outras maiores. Nesse sentido, a organização do seu trabalho não se pauta exclusivamente pela lógica do capital (lucro), mas principalmente pela satisfação das necessidades do grupo familiar. Mais ainda, o produtor familiar consegue se adaptar a distintos modos de produção em distintos lugares concomitantemente, tendo como principal objetivo sua reprodução social.

É nesse aspecto em especial que nossas conclusões se aproximam das reflexões de José de Souza Martins e Maria José Carneiro. Para Martins (2001), o fato de membros de uma unidade familiar de produção desenvolverem atividades não-agrícolas em tempo parcial ou integral fora de sua propriedade não significa necessariamente que eles estejam fora da lógica da organização do trabalho do grupo familiar, pois a unidade de produção familiar se caracteriza também por ser multitemporal e multiespacial. Quanto ao processo de individuação dos membros da família relacionado às atividades não-agrícolas dentro e/ou fora da propriedade, Carneiro (1999) indica que tal processo pode ocorrer, pois a unidade familiar de produção não é uma estrutura rígida a ponto de ser totalmente refratária à influência de fatores externos como migrações forçadas, educação e mesmo de fatores internos como casamentos, projetos individuais, etc. Contudo, a influência desses fatores não chega a comprometer de todo a unidade do grupo, pois é justamente o caráter familiar da organização do trabalho que permite uma maior plasticidade aos membros no momento de organizarem seus projetos coletivos e/ou individuais. Isso é mais difícil de ocorrer numa forma social de produção que não é organizada pelo grupo familiar. Como mostramos anteriormente, dos 232 produtores pluriativos que analisamos somente 5,6% usam a renda das atividades não-agrícolas para a execução de projetos individuais. Os outros 94,4% usam essas rendas para a execução de projetos coletivos, o que demonstra o alto grau de coesão do grupo familiar no processo de sua reprodução social.

Nossas conclusões não pretendem esgotar o debate sobre a pluriatividade, pois a organização dos sujeitos sociais com ela envolvidos é muito complexa e requer estudos mais duradouros. Cabe analisar ainda a influência do grau de escolaridade dos produtores familiares, sobretudo os jovens em contexto de pluriatividade; analisar as possíveis transformações culturais das famílias pluriativas, bem como seu vínculo com a tradição, etc.

Referências

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1998.
- BALSADI, O. V. **Mudanças rurais e o emprego não agrícola no Estado de São Paulo**. São Paulo: Annablume, 2002.

- CARNEIRO, M. J. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. In: COSTA, L. F. de C.; MOREIRA, R. J.; BRUNO, R. **Mundo rural e tempo presente**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p.323-45.
- CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.
- FULLER, A M. From part-time farming to pluriactivity: a decade of change in rural Europe. **Journal of Rural Studies**, New York, v.6, n.4, p.361-73, 1990.
- GONÇALVES NETO, W. **Estado e agricultura no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968.
- LACOMBE, P. La pluriactivité et l'évolution des exploitations agricoles. In: _____. **La pluriactivité dans les familles agricoles**. Paris: ARI, 1984.
- MARTINS, J. S. Impasses sociais e políticos em relação à reforma agrária e à agricultura familiar no Brasil. In: SEMINÁRIO INTERNO SOBRE DILEMAS E PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO BRASIL COM ÊNFASE AGRÍCOLA E RURAL NA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI, 1., 2001, Santiago do Chile. **Anais...** Santiago do Chile: FAO, 2001.
- MENDRAS, H. **Sociologia rural**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.
- MOREIRA, R. J. Agricultura familiar. In: COSTA, L. F. de C.; MOREIRA, R. J.; BRUNO, R. **Mundo rural e tempo presente**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.
- SILVA, J. G. da. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- SILVA, J. G. da. **O novo rural brasileiro**. Campinas: Ed. UNICAMP, 2000.
- WANDERLEY, M. N. B. A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. **Reforma Agrária**, São Paulo, v.25, n.2/3, p.37-68.
- WILLERNS, E. Industrialização. In: **DICIONÁRIO DE SOCIOLOGIA**. Rio de Janeiro: Globo, 1961.

APONTAMENTOS SOBRE AS CATEGORIAS RURAL, URBANO, CAMPO, CIDADE: A PERSPECTIVA DE UM *CONTINUUM*¹

Lucelina Rosseti ROSA²

Resumo: O presente texto objetiva contribuir para o debate sobre a problemática rural-urbana, desenvolvida nos últimos anos em suas dimensões teórica e prática. Verificando como as categorias campo, cidade, rural e urbano foram trabalhadas por acadêmicos brasileiros, em diferentes disciplinas, a reflexão tem como ponto de partida o recente debate sobre a produção de estatísticas acerca dos espaços do campo e da cidade, ao mesmo tempo que resgata trabalhos representativos das décadas de 60, 70 e 80 que abordaram os aspectos socioculturais da relação rural-urbano. O esforço na presente reflexão é, primeiramente, pontuar de maneira sistematizada parte das discussões teóricas, propondo a retomada da noção de *continuum*; em segundo lugar, chamar a atenção para o uso destas categorias empiricamente e para a importância de se discutir esta problemática em nível intramunicipal.

Palavras-Chave: Campo; cidade; contigüidade rural-urbano.

Abstract: This article objective contribute for debate about the problematic rural-urban, develop in last years, in yours measurements theoretical and practical. Checking as the categorys countryside, city, rural, urban have been labouriou from brazilians academics, in differents disciplines, the reflection is as starting the recent debate about the production of statistics about the space's countryside and city, and rescue studies representatives in the decades of sixty, seventy and eighty that approach the features socials and cultural of the relation countryside-city. The effort in the reflection is to organize is as way method thes debates theoretical, consider the notion of continuum;

¹ O texto é resultado do Projeto de Pesquisa em andamento intitulado *Do campo à cidade, da cidade ao campo - ruralidade e urbanidade em territórios contíguos: o caso de Araraquara-SP*, com fomento do CNPq.

² Graduanda em Ciências Sociais - Faculdade de Ciências e Letras - UNESP - Universidade Estadual Paulista - 14800-901 - Araraquara - SP e bolsista CNPq/PIBIC - 2003/2004.

in the second place, to call attract attention for the use of categories (empirically), and for importance talk over this problematical in level municipal.

Keywords: Countryside; city; proximity rural-urban

A presente reflexão sobre a problemática rural-urbana faz parte de um estudo mais amplo, cujo objetivo é verificar como se realizam as relações entre campo e cidade, rural e urbano a partir de estudos desenvolvidos no município de Araraquara-SP. O texto que se segue é resultado do levantamento e análise de uma bibliografia, procedimento realizado em um primeiro momento da pesquisa em que o esforço concentrou-se na compreensão de como tais categorias foram trabalhadas na academia brasileira, especialmente no que se refere aos estudos desenvolvidos pelas Ciências Sociais – Sociologia, Geografia e Economia. Buscou-se detectar diferentes abordagens a partir de autores distintos, tendo como ponto de partida as discussões recentes e ao mesmo tempo resgatando alguns trabalhos representativos das décadas de 60, 70 e 80, momento em que se intensificaram as relações existentes entre campo e cidade no país, não apenas no aspecto econômico, mas no político e social. Por outro lado, o trabalho traz a discussão proposta para o nível intramunicipal, pontuando alguns aspectos empíricos desta problemática, referenciando o caso específico do município de Araraquara-SP. O esforço nesta reflexão é, primeiramente, pontuar de maneira mais sistematizada parte das discussões teóricas já produzidas a este respeito no Brasil, propondo a retomada da noção de *continuum* rural-urbano; em segundo lugar, chamar a atenção para o uso destas categorias empiricamente, atentando para a importância do debate em âmbito local.

Um olhar sobre a bibliografia

As categorias campo, cidade, rural, urbano têm sido constantemente discutidas pelas Ciências Sociais, especialmente por economistas e geógrafos que passaram a repensá-las por conta das transformações sociais da contemporaneidade.

Na sociedade do século XXI, o padrão de vida consumista, voltado para a mercantilização das relações e dos espaços resulta na dificuldade de

se trabalhar e caracterizar rural e urbano, tanto em escala nacional quanto regional.

Evidentemente a compreensão teórica destas dimensões do real - rural e urbano - não é uma tarefa recente, pois desde as primeiras décadas do século XX aspectos econômicos, políticos e socioculturais da relação campo-cidade foram abordados, sobretudo por conta do acelerado processo urbano-industrial que se instalava nacionalmente. É nas décadas de 50 e 60 deste mesmo século que os estudos sobre esta temática se intensificam, sendo que a grande maioria deles trabalhava sob um forte viés dicotômico, ou seja, abordava a realidade rural e urbana levando em consideração duas realidades totalmente distintas, de maneira que a existência de uma excluía a outra.

Hoje, contudo, para discutir tais categorias não se pode deixar de situar como marco histórico importante o processo de modernização do campo, intensificado no Brasil a partir da década de 60 do século XX, momento em que as relações entre meio rural e urbano tornaram-se mais intensas, ao mesmo tempo em que esses espaços tornavam-se cada vez mais heterogêneos e diversificados, tanto no que se refere às atividades econômicas desenvolvidas quanto às relações sociais estabelecidas. Especialmente no estado de São Paulo, sabe-se que antes da industrialização da agricultura e da instalação dos Complexos Agroindustriais (CAIs) cada espaço - campo e cidade - tinha funções, paisagens e relações bem definidas. Porém, com a intensificação das atividades capitalistas e com uma maior integração entre estes espaços, as articulações e os fluxos passaram a ser cada vez mais freqüentes.

Neste contexto, gradualmente, a abordagem da relação cidade-campo voltou a ser discutida. O que modifica agora é a orientação e o enfoque dado pelos diferentes profissionais que trabalham com este tema, sendo que o debate sobre a caracterização propriamente dita e a definição dos espaços do campo e da cidade nunca foram tão intensivamente propostos como nos últimos anos, na passagem do século XX para o XXI. Sobretudo a partir da década de 90, surgiram diversos trabalhos acadêmicos questionando os referenciais estatísticos brasileiros, apontando novas tendências. Nesse debate tem-se ressaltado o fato de que muitos dados estatísticos que servem como referência aos pesquisadores se distanciam da realidade. Para os críticos, o Brasil não seria tão urbano quanto parece, uma vez que toda e qualquer sede municipal é considerada urbana, sendo

que a classificação de população rural e urbana dentro dos municípios se dá apenas em função da localidade, como aponta Veiga (2003, p. 55):

Aquí, toda sede de município é cidade, sejam quais forem suas características demográficas e funcionais. Além disso, a delimitação dessas ‘cidades’, prerrogativa das Câmaras Municipais, inexistente em quase 40% dos casos, sendo improvisada às vésperas dos censos demográficos.

Tendo em vista a permanente problemática da relação campo-cidade, rural-urbano, é que pesquisadores reivindicam hoje maior precisão na geração dos referenciais estatísticos. Chamam atenção ainda para o fato de que pequenos municípios, em muitos casos, não propiciam à sua população experiência de vida urbana – por conta das atividades econômicas exercidas pela população, oferta de serviços públicos, modo de vida, etc – apresentando-se esta de maneira frágil e precária (WANDERLEY, 2001).

Por outro lado, coloca-se ainda um outro debate, cujo conteúdo tem dado ressignificação ao meio rural em função das novas formas de produção e trabalho que se desenvolvem no campo, e que resultam na própria modificação da configuração espacial deste meio. Isto porque o meio rural - sempre associado à atividade agrícola - passa a comportar uma série de outras atividades que anteriormente eram desenvolvidas apenas nos centros urbanos, como turismo, moradia, entre outras. Em função destas transformações, surgem no plano teórico uma série de denominações acerca do rural: “novos atores sociais no campo”, “renascimento da ruralidade”, etc.

De maneira mais enfática, alguns pesquisadores salientam que a diversificação das atividades exercidas no meio rural, configurariam o denominado “novo rural”. Nesse “novo rural”, local do exercício de novas funções, marcado pela intensificação da técnica e modernização das atividades econômicas, segundo Silva (1998), estariam presentes o crescimento do chamado *agrobusiness* e o aumento das atividades não-agrícolas – moradia, lazer, prestação de serviços – etc. Tais processos resultariam, segundo esta perspectiva, em uma nova configuração econômica e social, na qual as especificidades do campo e da cidade, bem como de suas populações, tenderiam a se reduzir. Nessa mesma tendência, e influenciados por discussões realizadas no exterior – particularmente na Europa –, pesquisadores brasileiros têm trabalhado com a perspectiva de reafirmar o campo no Brasil como área dinâmica e não como local de atraso ou carência. Pensar que o meio rural seria um obstáculo ao

desenvolvimento social seria ocultar a importância e potencial econômico nele existentes, já que não pode ser considerado mais um meio secundário no que se refere à proposição de políticas públicas, na medida em que teria capacidade de preencher funções necessárias ao desenvolvimento de suas populações e da sociedade (ABRAMOVAY, 2000).

Mas, se admitimos que o meio rural tornou-se diversificado, podemos afirmar que este espaço comporta hoje variadas formas de existência e, nesse sentido, a idéia de um “novo rural” não pode ser generalizada. É preciso considerar neste caso, as disparidades locais e regionais de cada área do país. O campo é hoje espaço de riqueza e de pobreza, de luta pela terra e de grandes latifúndios, do *agrobusiness* e da pequena produção. Porém, alguns estudos não levam em consideração este fato e tendem a aproximar – unicamente do ponto de vista econômico – a relação que se estabelece entre campo e cidade, no sentido de que as transformações estariam homogeneizando-os, não se falando mais em rural, mas em “novo rural”, em “rurbano”.

Todavia, se de um lado estão os pesquisadores que repensam esta problemática na tentativa de resgatar a importância do rural como uma forma particular de vida e de organização social, do outro colocam-se aqueles que consideram o urbano como um processo muito mais complexo, presente nos mais diversos espaços sociais, os quais tenderiam a se homogeneizar. Abordagens tais como as desenvolvidas no âmbito da Geografia – que trabalha com a temática urbana – seguem esta perspectiva. Elas têm como princípio a idéia de que o urbano seria um processo simultâneo ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil, irradiando-se para além do espaço das cidades. O resultado seria a difusão de um padrão de gostos, valores e de vida cada vez mais homogêneos.

Neste sentido, no mundo atual, a sociedade capitalista (o capital e o Estado em conjunção com outros agentes) produz um espaço (fragmentado, homogeneizado e hierarquizado) cada vez mais urbanizado, isto é, as cidades e o campo envoltos em valores e padrões que designam a vida urbana permeada, em todos os instantes, por mercadorias, por um economicismo desenfreado. (FREIRE, 2001, p.449)

Assim, o padrão de vida urbano, produtor e reproduzidor de riqueza estaria integrando os espaços e populações, articulando ideologias, transformando os lugares, costumes, homogeneizando-os, resultado do próprio movimento do sistema econômico.

É por conta da forte aproximação e confluência entre as formas de organização do meio rural e urbano que pesquisadores apontam que caracterizar estes espaços e populações no contexto atual não seria possível, uma vez que as necessidades dos grupos residentes tanto no campo quanto na cidade seriam análogas.

Em função desses processos, se comumente compreendíamos o campo como o espaço típico em que o modo de vida rural predominava e a cidade como o espaço típico do modo de vida urbano, atualmente polarizar ou pensar que estas formas de organização estão muito distantes torna-se tão arriscado quanto afirmarmos que houve a eliminação do rural pelo urbano. E ao refletir sobre esta problemática hoje surge a questão: até que ponto pode-se trabalhar e qualificar estas esferas – rural e urbano –, uma vez que com o avanço das cidades sobre o campo o urbano é visto comumente como a paisagem e o modo de vida predominante?

Aqui cabe resgatar o fato de que muitos estudos produzidos nas Ciências Sociais brasileiras – especialmente na Sociologia e na Antropologia – foram desenvolvidos durante as décadas de 60, 70 e 80 do século XX, e procuraram demonstrar, entre outras perspectivas, as particularidades da vida no campo. Eram trabalhos que não negavam a força do urbano como fenômeno recorrente, mas que chamavam a atenção para o fato de que as especificidades da vida rural não eram facilmente eliminadas. Muitos destes trabalhos levavam em conta a permanência de costumes, de tradições, de valores, mesmo que de forma reelaborada, oferecendo-nos ainda hoje um instrumental teórico pertinente. Em trabalho de 1969, Maria Isaura Pereira de Queiroz (1969, p. 25) apontava:

Não há razão para se supor que venham a se apagar totalmente as diferenças entre o meio rural e o meio urbano, uma vez que a organização do trabalho permaneceu como uma diferenciação de base entre os dois tipos de sociedade. [...] Sem falar que o comércio e serviços também têm características próprias no modo pelo qual se organizam.

Muitos destes estudos consideravam que a forma de organização do trabalho é que seria o traço distintivo entre o modo de vida exercido no campo e aquele exercido na cidade. Também neste momento – décadas de 60 a 80 –, outros estudos produzidos no âmbito da Sociologia enfocaram as transformações dos bairros rurais. Um dos trabalhos pioneiros e mais

significativos foi o de Antonio Candido, *Os Parceiros do Rio Bonito*. Tal estudo demonstrava que as populações tradicionais residentes no campo não eram marcadas pelo isolamento, como tendia-se a considerar. Ao contrário, estes grupos se constituíam pela integração que estabeleciam com outros núcleos em seu entorno.

Ainda assim, algumas análises já chamavam a atenção para a dificuldade em se trabalhar com a ruralidade de uma dada população frente a uma sociedade cada vez mais urbanizada:

Nossa ruralidade, ainda presente nos grandes centros, é hoje fragmentária, resultado da desarticulação cultural em que naufragaram inúmeras subculturas regionais, com suas práticas culturais, suas crenças, suas formas espontâneas de controles sociais. As migrações nada mais fizeram do que trazer para os grandes centros, restos degradados da antiga cultura tradicional ou rústica, folclorizando as manifestações mais resistentes, num evidente processo de desvalorização. (WHITAKER, 1984, p.10)

Do ponto de vista metodológico, pareceu-nos ainda bastante valiosa a proposta de Queiroz (1978), que salientava a importância de se perceber, acima das diferenças, a interdependência entre rural e urbano. Inserindo estas duas esferas do real em uma estrutura mais ampla, a qual denominava sociedade global, a autora ressaltava que rural e urbano são dois fatos que ora se aproximam, ora se distanciam, de acordo com o momento histórico. Esta metodologia de análise dialética permitia, segundo ela, reconhecer que os aspectos econômicos, culturais e demográficos da relação campo-cidade podem ser análogos, mas também diferenciados, de acordo com a conjuntura de cada sociedade. É assim se apresentaria a relação campo-cidade no país. Se no Brasil colônia tínhamos uma perspectiva homogênea, no sentido de que o rural é que predominava na forma de organização social – fomentando o próprio surgimento das cidades –, em um segundo momento, com a industrialização, as relações se invertem e a cidade passa a fomentar o meio rural, fazendo crescer a heterogeneidade social, cultural, econômica e demográfica. Mas, contestando a idéia de que rural e urbano tenderiam à homogeneização, a autora afirmava que a identidade de cada uma destas esferas não se perderia facilmente.

A cultura anteriormente homogênea que apresentavam meio rural e meio citadino vão paulatinamente se diferenciando, o meio urbano afirmando cada vez mais sua supremacia e exaltando sua cultura para o meio rural; porém o meio

rural conserva traços que lhe são peculiares. Quer nos períodos mais antigos, quer nos períodos contemporâneos, rural e urbano mantiveram qualidades que lhe são próprias. (QUEIROZ, 1978, p.309)

Frente a diferentes proposições, coloca-se a questão de como trabalhar com as categorias campo-cidade, rural-urbano no dias de hoje sem perder de vista as relações sociais que são estabelecidas pelos grupos. Adotar um viés economicista, que percebe as populações em sua homogeneidade – porque consumidoras – seria pertinente? Por outro lado, partilhar da idéia de que o urbano estaria moldando à sua maneira os espaços e as populações rurais não seria perder de vista a fluidez que sempre existiu entre campo e cidade?

É diante destes questionamentos que se retoma aqui a validade e atualidade da metodologia supracitada. Em trabalho realizado no município de João Pessoa, Maia (1999) identifica a presença do rural como modo de vida na paisagem urbana. A existência de currais, estábulos, granjas, chácaras demonstram a permanência de atividades rurais não apenas como fonte de renda para alguns, mas também como manutenção de hábitos peculiares de alguns moradores. Segundo a autora, necessidade e desejo se confundem na configuração do que ela denomina de “resíduos” do rural dentro da cidade.

Assim, podemos afirmar que nestes subespaços rurais, além de encontrarmos a criação de animais, temos moradores da cidade que conservam hábitos como: comprar leite ‘*in natura*’ entregue na porta de casa, de praticar a vaquejada nos fins de semana, de acordar cedo para levar o gado para pastar, enfim, de ainda fazer o seu tempo, a sua cidade, por fim a sua vida urbana. (MAIA, 1999, p.219)

O conceito de *continuum* foi inicialmente utilizado pelo antropólogo norte-americano Robert Redfield (em meados de 1930), ao realizar estudos etnográficos em grupos específicos no México. Segundo este autor existiriam variações e continuidades entre os aspectos culturais das populações urbanas e não-urbanas. Com o aumento da heterogeneidade e complexificação dos grupos sociais, este continuum caminharia para o urbano. Assim, a urbanização enfraqueceria os laços estabelecidos pelos grupos rurais, difundindo traços próprios da vida urbana como o aumento da individualidade e a fragmentação das comunidades. Porém, muitas críticas foram feitas ao seu modelo teórico, já que este polarizava rural e urbano, visualizando a homogeneização da sociedade e não levando em consideração a interação e os fatores históricos de cada grupo.

Pode-se afirmar, com isto, uma continuidade entre espaços e populações rurais e urbanas? Nesta perspectiva, estudiosos apontam a configuração de um *continuum* entre campo e cidade. A despeito de não se tratar de um conceito recente³, atualmente esta expressão tem sido utilizada para caracterizar situações em que tanto formas de vida e de trabalho rurais quanto urbanas estariam integradas. Todavia, quando se investiga mais atentamente o seu uso, percebe-se a perspectiva de homogeneização dos aspectos socioculturais e econômicos explícitos nesta abordagem. Em uma perspectiva geográfica, essa relação mútua aparece determinada pelo urbano. Já em Castells (1975, p. 62) nota-se esta tendência:

O rural e o urbano são pólos opostos de um mesmo '*continuum*' em cujo seio podem constatar-se, empiricamente, situações completamente diferentes e matizadas, mas que no fim das contas possuem em comum dois traços essenciais: situam-se todas nesse '*continuum*' e evoluem todas do rural para o urbano.

Tomando como parâmetro a utilização deste conceito no âmbito das Ciências Econômicas, percebe-se que tal noção é ainda mais enfática: "O *continuum* rural-urbano significa que não existem diferenças fundamentais nos modos de vida, na organização social e na cultura, determinados por sua vinculação social." (ABRAMOVAY, 2000, p.16). Tal afirmação parece não considerar a trajetória de vida, bem como aspectos peculiares da cultura das coletividades. Observa-se no entanto que assim como compreender as categorias campo, cidade, rural e urbano pode levar a distintas concepções e caracterizações definidas pelas diferentes disciplinas, o conceito de *continuum* segue a mesma tendência, pois é utilizado de maneira diferenciada a partir de cada área do conhecimento.

Nos últimos anos, poucos são os estudos que tratam, a partir de uma perspectiva sociológica, especificamente da qualificação das categorias rural e urbano, sendo que a própria temática rural parece deixar, gradualmente, de ser tema de pesquisa. Todavia, duas reflexões ganham importância nesse sentido: a primeira, de Ferreira (2000), faz um resgate dos significados atribuídos à noção de rural no debate acadêmico nacional e internacional; a segunda, de Marques (2002), reorganiza de forma sistemática diferentes discussões acerca do conceito de rural, chamando atenção para o fato de que o desenvolvimento

³ Sobre a abordagem do autor, ver: (QUEIROZ, 1978)

só pode ser concebido a partir do momento em que campo e cidade forem pensados como elementos constituintes de uma totalidade.

Vale ressaltar que nestas últimas abordagens o rural passa a ser concebido à luz de dois elementos chaves: a **heterogeneidade** da sociedade brasileira, que nem sempre pode ser avaliada a partir de modelos prontos ou concebidos em outras sociedades; a **esfera local** como escala mais adequada para realização de diagnósticos e proposição de soluções para os problemas enfrentados pelas populações rurais.

Diante desse conjunto de situações, bem como de algumas abordagens que tratam as populações rurais e urbanas como homogêneas, nota-se a necessidade de estudos que discutam o modo de vida das populações e a própria ruralidade, já que algumas questões ainda permanecem: pode-se realmente afirmar a eliminação dos valores – e da cultura – rurais em meio à sociedade contemporânea, denominada cada vez mais como urbana? Por outro lado, pode-se afirmar que toda população residente nas cidades tem o urbano como padrão de vida? Em que medida os valores de grupos rurais estariam eliminados? Pode-se considerar a existência de um “novo rural”, e para quem? Como compreender o fato de que dentro de áreas urbanas existem locais em que a paisagem nos revela a presença da ruralidade?

Em meio aos constantes processos de transformações tanto no campo, quanto na cidade, considera-se que estudos sobre esta problemática partindo do nível intramunicipal são extremamente pertinentes, sobretudo porque surgem, cada vez mais, novas configurações na organização espacial dos municípios, a serem avaliadas paralelamente à elaboração de planos e projetos de desenvolvimento mais amplos.

Temos no Brasil uma ruralidade em reconstrução sob um processo complexo, não unidirecional, e que se revitaliza na sua complementariedade intrínseca com o urbano e que ainda carece de análises, estudos locais e regionais acerca de suas singularidades. (FERREIRA, 2002, p.41)

Considera-se, no entanto, que campo e cidade só podem ser concebidos – na contemporaneidade – em suas relações. Relações estas que podem ser avaliadas a partir de diferentes eixos: legal, espacial, paisagístico, demográfico, sociocultural, econômico, histórico, entre tantos outros que informam sobre as proximidades e os distanciamentos entre rural e urbano. Nesse contexto, acredita-se que o conceito de *continuum* possa ser repensado não para reforçar

a dicotomia urbano-moderno *versus* rural-atrasado, mas para salientar a perspectiva de que tanto o campo quanto a cidade – e tanto a população rural, quanto a população urbana – são partes de uma mesma sociedade.

Do teórico ao empírico: rural e urbano em uma perspectiva intramunicipal

É diante dos questionamentos supracitados que se partiu, em um primeiro momento da pesquisa, para o estudo empírico da problemática em escala intramunicipal, com o objetivo de verificar como eram concebidos o espaço rural e urbano e suas relações em Araraquara, região central do estado de São Paulo.

Um primeiro aspecto a ser salientado é o fato de que, em Araraquara, a atividade agrícola e a política exercida pelos grandes fazendeiros fizeram parte da construção de sua história. Ganhando independência administrativa em 1832, quando se institui a Câmara dos Vereadores, o município passou por diferentes momentos em sua ocupação. Ao longo de todos os anos, o que se percebeu foi uma transformação gradual da vila – antes eminentemente ruralizada – em cidade média devido ao crescimento das funções e diversificação das atividades econômicas. As atividades agrícolas, sendo complementadas e consolidadas no espaço urbano, estiveram presentes praticamente em todos os momentos caracterizando, de certa forma, um dos vínculos estabelecidos entre campo e cidade. Posteriormente, contudo, o município também sofreu as conseqüências do processo de modernização do campo. Os números oficiais obtidos sobre a sua população ilustram as conseqüências deste processo:

Tabela 1: Crescimento demográfico do município de Araraquara, SP - 1940/2000

PERÍODO/ POPULAÇÃO	1940	1950	1960	1970	1980	1990	2000
URBANA	33.172	36.476	60.591	84.582	118.778	152.203	173.569
RURAL	34.552	26.212	22.307	15.884	9.331	10.152	8.902
TOTAL	67.724	62.688	82.898	100.466	128.109	162.355	182.471

Fonte: Brasil (2000).

Em parte, o aumento da população urbana e o crescimento físico da área urbanizada do município podem ser explicados por um processo mais geral, em que grande parcela da população rural – por conta da instabilidade das condições de vida no campo e das políticas de modernização – se dirigia para as cidades. Contudo, deve-se atentar para o aspecto qualitativo desta expansão. Particularmente em Araraquara-SP, o crescimento físico pautou-se por uma forte política de especulação imobiliária e valorização das terras urbanas. O crescimento da cidade insere-se em um contexto, nas décadas de 70 e 80, de supervalorização das terras urbanas, ao mesmo tempo em que crescia o número de loteamentos em função da industrialização e da migração rural-urbana (DAVID, 1993). Conseqüentemente, aumenta o número de habitações construídas e destinadas, principalmente, às camadas populares. Juntamente com este processo e com a diminuição da população residente no campo, poderíamos pensar que o modo de vida rural, no município trabalhado, foi gradualmente eliminado. No entanto, identificam-se nos limites da área urbana locais em que, por meio da paisagem, é possível notar que a ruralidade ainda se encontra presente. Em estudo realizado por Coelho (1991), observa-se a permanência de um modo de vida diferenciado, mesmo que nas proximidades da área urbana. “Um passeio pelo bairro é a melhor prova de que a sua ruralidade continua forte. As paisagens são encantadoras, marcadas até por um certo bucolismo, que alguns pensam não mais existir” (COELHO, 1991, p.50).

Tendo em vista a permanência de locais como este, pode-se dizer que “signos” e elementos de ruralidade estão presentes no município de Araraquara. Tal fato é perceptível tanto na visualização da paisagem (forma) quanto na maneira diferenciada como alguns grupos se organizam (conteúdo), denunciando a vida urbana singular produzida por parte de sua população⁴.

Porém, tão importante quanto a vivência dos moradores em seus locais de moradia, um outro aspecto significativo a ser avaliado nesta discussão é a concepção dos espaços físicos. Para compreender como se estabelecem essas relações, um dos objetivos propostos pela pesquisa foi compreender como eram concebidos os espaços do campo e da cidade no município, partindo de duas fontes principais de pesquisas: as definições estabelecidas pela Prefeitura

⁴ Tal fato pôde ser constatado na etapa posterior do presente estudo, que investigou a existência e resistência de elementos representativos de um estilo de vida diferenciado, sendo reproduzido em bairros compostos por chácaras dentro do espaço considerado urbano pelo município.

Municipal e pelo referencial estatístico mais significativo no município, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Atentando assim para os critérios de classificação do espaço físico e das populações rurais e urbanas em Araraquara, constatou-se incompatibilidades na leitura do seu território.

Segundo definições estabelecidas no último Censo Demográfico (2000), a situação do domicílio, bem como da localização da população, pode ser **urbana** ou **rural**.

Segundo a localização do domicílio, a situação é urbana ou rural, conforme definido por lei municipal em vigor em 1^o de agosto de 2000. Em situação urbana consideram-se as áreas urbanizadas ou não, correspondente às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. A situação rural abrange toda a área situada fora desses limites, inclusive os aglomerados rurais de extensão urbana, os povoados e os núcleos. Este critério é também utilizado na classificação da população urbana e rural. (BRASIL, 2000)

Por outro lado, as leis que descreviam o perímetro urbano do município de Araraquara datavam dos anos de 1986 e 1988 sendo que após 1988, toda modificação realizada na área urbana foi regulamentada através de leis complementares, anexas à lei principal do perímetro. A última lei criada para incluir loteamentos na zona urbana do município data de 16 de agosto de 2000⁵. Esta lei, no. 5.472, incluía na zona urbana do município de Araraquara cerca de 14 loteamentos⁶. Logo, foi possível constatar, a partir da coleta dos dados, que os loteamentos supracitados foram, durante o último Censo Demográfico, computados como pertencentes à *área rural* do município, pois ainda não se encontravam legalizados -- a despeito de existirem há alguns anos. Vale salientar que esses bairros já eram urbanizados de fato -- no sentido de que possuíam todos os equipamentos urbanos necessários -- mas cujos dados foram incorporados à população rural do município trabalhado.

Segundo informações disponibilizadas, se um bairro urbanizado não é legalizado (pela prefeitura) no momento do Censo Demográfico, ele será

⁵ Como nos informou o setor de Planejamento Urbano da prefeitura local, no momento de coleta dos dados.

⁶ Os loteamentos, hoje considerados transformados em bairros, são: Conjunto Habitacional Victório De Santi; Conjunto Habitacional Victório De Santi II; Jardim dos Industriários; Jardim Santa Júlia II; Jardim São Rafael I e II; Jardim Maria Luiza IV; Jardim Residencial Lupo I; Jardim Residencial Lupo II; Parque Igaçaba; Jardim Veneza; Jardim Urupuru; Maria Luiza III; Jardim Pinheiros II; Altos do Jardim Pinheiros.

considerado pelo IBGE como rural. Por conta da morosidade dessa legalização e da ausência de parceria entre os órgãos municipais, verifica-se que muitos dos dados estatísticos produzidos acabam se distanciando da realidade.⁷ Chamou-nos atenção, diante disso, o descompasso na geração das informações em âmbito local, fato que pode se transformar em uma barreira para a própria formulação de políticas públicas.

O fato é que ainda é comum a desconexão de informações produzidas pelas cidades. Não raramente se encontram municípios onde cada setor ou órgão da Prefeitura Municipal ou de outras esferas governamentais e não-governamentais possuem diferentes formas de divisão territorial. Ou seja, cada organização ou setor estabelece um código de leitura a respeito do mesmo território, dificultando ou impossibilitando o cruzamento dessas informações. (KOGA, 2002, p. 28)

Frente à reflexão em nível intramunicipal, nota-se que a dimensão legal da relação campo-cidade pode não acompanhar, na prática, os aspectos paisagísticos, espaciais e as novas configurações resultantes dos fluxos estabelecidos pelas atividades econômicas e populações residentes em ambos os espaços. Nesse sentido, considera-se que a concepção de rural e de urbano passa, antes de qualquer definição realizada em instância macro e burocrática, pela forma de organização da vida da população. Entende-se assim que investigar como se configura localmente o espaço do campo e da cidade é relevante, uma vez que a produção dessas informações é fundamental para qualquer prática ou ação política municipal.

Considerações Finais

Diante dos elementos teóricos aqui pontuados e da investigação prática desenvolvida, constatou-se a existência de diferentes posições acerca da problemática rural-urbana e que as contradições quanto à qualificação destas

⁷ É importante salientar, no entanto, que a discussão sobre campo e cidade no município de Araraquara insere-se em um momento particular, de transição, em que será implementado o Plano Diretor Municipal – discutido com maior intensidade ao longo de todo o ano de 2003. Deve-se ressaltar, assim, que há uma clareza por parte do poder público sobre os problemas que as definições antes vigentes de área rural, área urbana e área de expansão urbana causaram e ainda estão causando. Todavia, a concepção espacial do território araraquarense tem sido reelaborada, com o intuito de abranger as mais diferentes atividades produtivas desenvolvidas no município, e com uma forte preocupação com os impactos ambientais causados por essas diferentes atividades. Paralelamente, o intuito é minimizar parte dos problemas gerados pela divisão espacial anteriormente concebida.

esferas ainda permanecem. Na prática, existem inúmeras limitações no que se refere à caracterização do espaço do campo e da cidade – como se pôde observar no caso de Araraquara-SP. Assim, acredita-se que a necessidade de dados estatísticos mais eficazes é emergencial. Por outro lado, é necessário superar as visões dicotômicas ou as que tentam negar uma destas esferas (rural e urbano) para avançar na discussão. Pensar ainda que o urbano estaria moldando à sua maneira os espaços rurais, seria negar a fluidez existente entre ambos. Por outro lado, não se pode negar a relação da sociedade com o território, pois o espaço geográfico é ponto de partida e ao mesmo tempo produto das relações sociais.

Diante da presente reflexão, acredita-se que a abordagem do campo e da cidade, bem como do rural e do urbano, deve levar em consideração a noção de um *continuum*, já que a riqueza das informações surge quando percebemos a relação prática que se estabelece entre essas esferas. Todavia, verifica-se que é necessário repensar o conceito de *continuum*, não abandonando as formas de produção e consumo, as relações sociais e a própria configuração espacial dos grupos em uma dada área.

Nesse sentido, abordagens interdisciplinares parecem ser instrumentos importantes na investigação dessa relação. Torna-se fundamental, ainda, levar em consideração a história, as raízes, a trajetória dos grupos, uma vez que tais elementos determinam, em muitos casos, a reprodução cotidiana de coletividades.

Não se pode negar que existem distinções - espaciais, paisagísticas e culturais - entre a vida no campo e na cidade, mas as especificidades só podem ser avaliadas quando se leva em consideração a contigüidade, a articulação das duas esferas em constante fluidez.

Referências

ABRAMOVAY, R. Do setor ao território: funções e medidas da realidade no desenvolvimento contemporâneo. In: _____ . **Inter-relações entre as transformações demográficas e agenda social**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. (Texto para Discussão, 702).

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico: característica da população e dos domicílios**. Rio de Janeiro: FIBGE, 2000.

- CANDIDO, A. **Os parceiros do rio bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Duas Cidades, 1971.
- CASTELLS, M. **Problemas de investigação em sociologia urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1975.
- COELHO, M. **Bairro dos Machados**: entre o sonho e a realidade. 1991. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.
- DAVID, E. **Morar e viver no Selmi-Dei**: conquista e apropriação do espaço na periferia de Araraquara. 1993. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.
- FERREIRA, A. D. D. Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade: indagações sobre algumas especificidades brasileiras. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n.18, 2000.
- FERREIRA, D. A. O. **Mundo rural e geográfico**: geografia agrária no Brasil 1930-1990. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.
- FREIRE, A. L. O. As práticas socioespaciais urbanas; contribuições para refletir sobre a cidade. In: SPÓSITO, M. E. B. (Org.). **Urbanização e cidades**: perspectivas geográficas. Presidente Prudente: UNESP, 2001. p.445-60.
- KOGA, D. Cidades entre territórios de vida e territórios vividos. **Serviço Social e Sociedade**, v.23, p.22-52, 2002.
- MAIA, D. S. Hábitos rurais em vidas urbanas. In: DAMIANI, A L.; CARLOS, A T; SEABRA, O. C. (Org.). **Espaço no fim do século**: a nova raridade. São Paulo: Contexto, 1999. p.214-20.
- MARQUES, M. I. M. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**, São Paulo, v.18, n.19, p.95-112, 2002.
- QUEIROZ, M. I. P. (Org.). **Sociologia rural**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.
- QUEIROZ, M. I. P. **Cultura, sociedade rural, sociedade urbana**: ensaios. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.
- SILVA, J. G. da. O novo rural brasileiro. In: SILVA, J. G. da.; SHIKI, S.; ORTEGA, A. C. **Agricultura, meio ambiente e sustentabilidade do cerrado brasileiro**. Uberlândia: UFU, 1998. p.75-99.
- VEIGA, J. E. **Cidades imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2003.

WANDERLEY, M. N. B. Urbanização e ruralidade: entre a pequena cidade e o mundo rural. In: _____. **Estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco**. Recife: [s.n.], 2001.

WHITAKER, D. C. **A ideologia e práticas culturais: o conceito ideológico dos trabalhadores de cana**. 1984. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

GLOSSOLALIA: ÉTICA E DIMENSÃO SIMBÓLICA NO PENTECOSTALISMO

Maurício RICCI¹

Resumo: Este artigo analisa as mediações simbólicas no Pentecostalismo, especialmente a **glossolalia** – o **dom de línguas**, tema mais importante na Teologia Pentecostal. Os fiéis acreditam que o **dom de línguas** seja a evidência explícita do batismo do Espírito Santo e elaboram sua identidade e sua alteridade por meio desse dom.

Palavras-Chave: Glossolalia; mediações simbólicas; trajeto antropológico.

Abstract: This article analyses the symbolical mediations in the Pentecostalism churches, specially, the **glossolalia** – the **gift of tongues**, the most important subject within the Pentecostal Theology. The devoted believes that the gift of tongues is the explicit evidence of Holy Ghost's baptism, and they build their identity and their alterity by means of this gift.

Keywords: Glossolalia; symbolical mediations; anthropological trajet.

Audição de vozes, visões, sonhos premonitórios, psicografia, projeção astral, jornadas fora do corpo, passes espirituais, entre outros, compõem um leque de fenômenos aos quais nossas ciências nunca deram a devida atenção, ou como faz o modelo biomédico, classificam-nos como patologias. Entretanto, outras culturas e religiões – Kardecismo, Candomblé, Pentecostalismo e outros sujeitos, benzedeiros, curandeiros, etc. – entendem essas manifestações de modo distinto e as concebem como uma graça e uma benção dos deuses: os dons.

Desenvolvo um trabalho cujo tema é a **glossolalia**, fenômeno que encontramos em diversas tradições religiosas, em especial nas igrejas evangélicas

¹ Mestrando do Programa de Pós-graduação em Sociologia – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – Universidade Estadual Paulista – 14800-901 – Araraquara – SP.

pentecostais e no movimento de Renovação Carismática Católica. Pesquisei o tema em uma comunidade das Assembléias de Deus em São Carlos. Escolhi essa denominação religiosa por se tratar de uma igreja evangélica de grande expressão no Brasil e pela ênfase dada ao **dom de línguas** no conjunto doutrinário do grupo. As questões que pretendo problematizar são: o que é a **glossolalia**? Como, nesse fenômeno tão singular, inúmeros símbolos constroem um sentido epifânico para a Igreja e para os fiéis? Para abordar essas questões necessitamos adentrar na complexa questão da **causalidade** dos acontecimentos e compreender duas condições inseparáveis: a **natureza da realidade** e a **natureza do conhecimento**.

Alguns autores definem a **glossolalia** como “a invenção, em período de transe, duma língua desconhecida, que não é uma língua estrangeira, mas uma pura criação da personalidade mística” (BASTIDE, [19-], p. 76) ou “uma manifestação lingüístico-religiosa na qual o falante/crente, no contexto da oração e tomado pelo êxtase, produz uma linguagem emocional, ritmada, silábica, quase melódica” (BAPTISTA, 1989, p. 17). O

‘falar em línguas’ é uma prece que não obedece a nenhum tipo de prece: nem formular pedidos, nem recitar fórmulas prontas ou inspirar-se nelas na improvisação de salmos, nem adorar – quer dizer, rezar sem a utilização (mesmo mental) de linguagem (CORTEM, 1996, p. 56)

e ainda, “entre os murmúrios e as invocações pode-se perceber uma linguagem diferente, monossilábica e reiterativa, que não faz sentido, mas cujo ritmo poderia ser confundido com o de uma língua” (AUBRÉÈ, 1985, p. 1072).

A **glossolalia** é o eixo principal da Teologia Pentecostal, pois é concebida como uma manifestação explícita do **batismo no Espírito Santo** (ORO, 1996, p.19; CORTEN, 1996, p.57; CAMPOS JÚNIOR, 1995, p.24). Segundo as **representações sociais** construídas pelos cristãos pentecostais existem dois tipos de batismo: aquele feito por homens por imersão, o **batismo nas águas**, e o feito pelo próprio Jesus Cristo, o **batismo de fogo** ou no Espírito Santo. Quando os fiéis estão **falando em línguas** eles podem cair, deitar-se (CAMPOS JÚNIOR, 1995; CORTEN, 1996), pular, rolar, dar cambalhotas (MARIANO, 1995), chorar, rir (ORO, 1996), eles dizem sentir uma grande emoção, alegria, exultação, transbordamento (ORO, 1995). Interessante notar, como observou Rolim, que na oração coletiva e em **línguas** os condicionantes sociais

sobrepõem-se aos condicionantes religiosos, confluindo seu pensamento com os estudos de Bourdieu (1992).

Considerando os vários grupos que compõem as classes subalternas no Brasil, nas Igrejas Pentecostais – cujos fiéis apresentam poder aquisitivo maior do que em outros grupos religiosos freqüentados por subalternos – os gestos e expressões são mais comedidos, ou seja, os gestos, expressões, tonalidade da voz “se alteram na medida em que se altera a composição social dos integrantes dos cultos” (ROJIM, 1985, p.197). Por isso, é necessário compreender o **dom das línguas estranhas** levando em conta a complexidade do mesmo – que abarca, além da questão social, a ontológica e a cosmológica – para não construir uma visão fragmentada e redutora do dom, mas compreendê-lo como parte do paradigma da dádiva, fenômeno pouco compreendido no pensamento social.

Analiso o processo de aquisição da **glossolalia** através de uma **trajetória do dom**, que se estende desde um **mundo imponderável** até as relações que o fiel desenvolve com um **cosmo intencional**, lugar mítico no qual o crente concebe a si mesmo como um **eleito**, alguém que se diferencia dos demais por possuir um dom e uma **missão** no mundo. Nesse itinerário construo uma visão interna ao grupo, uma visão de dentro, ou seja, como cada fiel define, vive e sente a **glossolalia** em seu cotidiano, estabelecendo relações entre o dom e a visão de mundo e símbolos oferecidos pela cultura pentecostal.² O reconhecimento de ser escolhido por eleição divina é uma importante condição, pois só é apto a receber o **dom de línguas** aquele que **nasceu duas vezes**, o iniciado pentecostal que, simbolicamente, morreu e renasceu. A iniciação lança o neófito em uma rede de conexões, significados e sentidos novos para a existência: a) o corpo torna-se receptáculo do sagrado, o **templo do Espírito Santo**; b) as dilacerações interiores recebem outro equacionamento na transcendência do biográfico; c) no contato com o outro, por meio do dom, reconhece-se a filiação divina, cumpre-se uma **missão** no mundo.

² Emprego o conceito de cultura no sentido construído pela Antropologia da Complexidade: “A cultura, que é a característica da sociedade humana, é organizada/organizadora via o veículo cognitivo que é a linguagem, a partir do capital cognitivo coletivo dos conhecimentos adquiridos, das aptidões aprendidas, das experiências vividas, da memória histórica, das crenças míticas de uma sociedade. Assim se manifestam ‘representações coletivas’, ‘consciência coletiva’, ‘imaginário coletivo’. E, dispondo do seu capital cognitivo, a cultura institui as regras/normas que organizam a sociedade e dirigem os comportamentos individuais. As regras/normas culturais geram processos e regeneram globalmente a complexidade social adquirida por essa mesma cultura. Assim a cultura não é nem ‘superestrutura’ nem ‘infraestrutura’, sendo esses termos impróprios numa organização recursiva onde o que é produzido e gerado se torna produtor e gerador daquilo que produz ou gera” (MORIN, [19-], p. 17).

A **glossolalia** como um dos elementos de integração da identidade pessoal, social e mítica me conduz a compreender as **mediações simbólicas** – as **estruturas profundas** – motivadoras dessa expressão do **numinoso**. A *Antropologia da Complexidade* de Edgar Morin e a *Antropologia do Imaginário* de Gilbert Durand, duas hermenêuticas que convergem fundando uma *Antropologia Profunda* (CARVALHO, 1984, p. 5), orientam-me epistemologicamente nesta pesquisa que abarcará a utilização do AT-9³. Apresento abaixo dois momentos desta pesquisa.

Em *A epifania do dom* construo a história da **glossolalia** desde sua origem na Bíblia, como se deu a reativação do dom no começo do século XX com o Movimento Pentecostal e, na década de 1960, na Renovação Carismática Católica. No **itinerário do dom: do mundo imponderável à intencionalidade do cosmo** descrevo a trajetória de aquisição do **dom das línguas estranhas** por meio das **mediações simbólicas**. Nesse caminho busco refazer a cisão deixada pelo sentimento de desamparo e sofrimento vivido quando abordo positivamente o dom, resgatando uma posição de potência que eles (os fiéis) desenvolvem diante das adversidades da vida em uma sociedade como é a nossa, pautada pelo individualismo.

A epifania do dom

Ao se tomar a tradição bíblica como uma outra maneira de se falar sobre a realidade – uma realidade mítica que não segue os mesmos condicionantes apreendidos pelo pensamento social, dominante na academia – utilizo metáforas, símbolos e analogias que seguem uma lógica redundante.

A **efusão** do Espírito Santo e os dons que dele emanam, dentre eles a **glossolalia**, são vistos pelos pentecostais como a promessa de Deus para os **últimos dias**⁴: “e há de ser que, depois derramarei o meu Espírito sobre toda a carne, e vossos filhos e vossas filhas profetizarão, os vossos velhos terão sonhos, os vossos jovens terão visões” (JOEL, 1994. Cap. 2, vers. 28). A figura

³ “O AT-9 envolve a realização de um desenho seguido de uma pequena estória e completado pelo questionário AT-9. Os nove elementos ou estímulos-arquétipos criam ‘fatos simbólicos’ materializados por uma imagem (desenho) e um ‘sentido’ (relato), liberando a angústia original numa produção imaginária” (BADIA, 1999, p. 73).

⁴ O mitólogo Joseph Campbell interpreta os últimos dias ou o fim do mundo como “a metáfora do nosso começo espiritual e não o nosso fim cruel e ígneo” (CAMPBELL, 2002, p.25).

mítica de Jesus caracterizava esse acontecimento como promessa de um outro **consolador**, o Espírito Santo, confortando e capacitando os discípulos para o serviço evangélico: “e eis que sobre vós envio a promessa de meu Pai; ficai, porém, na cidade de Jerusalém, até que do alto sejais revestidos de poder” (LUCAS, 1994. Cap. 24, vers. 49). Em depoimento dos fiéis da Assembléia de Deus sobre a **glossolalia** encontramos a mesma noção de promessa, algo que funda e reproduz as relações simbólicas que se explicitam nessas trocas sociais que se dão entre eles:

o Espírito Santo, a partir de que você aceita Jesus, você recebe este consolador que vai te consolar. [...] muitas vezes você está triste, caído e parece que vem uma voz e fala ‘meu filho não fica triste’, o consolador te conforta, te dá consolo. O dom de línguas você recebe como promessa, é o selo da promessa que você recebe a partir do momento em que você buscar. (23 anos, operador industrial).

A interpretação dos discípulos da suposta orientação de Jesus para permanecerem em Jerusalém, cinquenta dias após a morte de Cristo, no dia de Pentecostes, é relatada em Atos dos Apóstolos:

e, cumprindo-se o dia de Pentecostes, estavam todos concordemente no mesmo lugar; E de repente veio do céu um som, como de um vento veemente e impetuoso, e encheu toda a casa em que estavam assentados. E foram vistas por eles línguas repartidas, como que de fogo, as quais pousaram sobre cada um deles. E todos foram cheios do Espírito Santo, e começaram a falar noutras línguas, conforme o Espírito Santo lhes concedia que falassem (ATOS DOS APÓSTOLOS, 1994, Cap. 2, vers. 1-4).

Esses acontecimentos de Pentecostes – daí o adjetivo Pentecostal – foram interpretados pelo cristianismo nascente como um cumprimento da profecia do profeta Joel. Pedro, o apóstolo, ao perceber que muitos pensavam que os discípulos estavam bêbados, interpreta essa epifania:

estes homens não estão embriagados, como vós pensais, sendo a terceira hora do dia. Mas isto é o que foi dito pelo profeta Joel: E nos últimos dias acontecerá, diz Deus, que do meu Espírito derramarei sobre toda a carne; E os vossos filhos e as vossas filhas profetizarão, Os vossos jovens terão visões, E os vossos velhos terão sonhos (ATOS DOS APÓSTOLOS, 1994, Cap. 2, vers. 15-17).

Os acontecimentos de Pentecostes registrados nas Escrituras são uma espécie de mito de origem do Movimento Pentecostal. Dizem os crentes pentecostais que é possível reviver o que aconteceu com a igreja primitiva

quando da grande efusão do Espírito no Pentecostes. Uma das funções do mito é de eternização do tempo: o passado se faz presente, o presente abarca o passado e o tempo se inscreve no eterno retorno.

Uma Babel às avessas

Outro episódio que se consolidou como tradição no imaginário judaico-cristão refere-se à Torre de Babel e a confusão dos idiomas:

e era toda a terra de uma mesma língua e de uma mesma fala. E aconteceu que, partindo eles do Oriente, acharam um vale na terra de Sinar; e habitaram ali. E disseram uns aos outros: Eia, façamos tijolos e queimemo-los bem. E foi-lhes o tijolo por pedra, e o betume por cal. E disseram: Eia, edifiquemos nós uma cidade e uma torre cujo cume toque nos céus, e façamo-nos um nome, para que não sejamos espalhados sobre a face de toda a terra. Então desceu o SENHOR para ver a cidade e a torre que os filhos dos homens edificavam; e o SENHOR disse: Eis que o povo é um, e todos têm uma mesma língua; e isto é o que começam a fazer; e agora, não haverá restrição para tudo o que eles intentarem fazer. Eia, desçamos e confundamos ali a sua língua, para que não entenda um a língua do outro. Assim o SENHOR os espalhou dali sobre a face de toda a terra; e cessaram de edificar a cidade. Por isso se chamou o seu nome Babel, porquanto ali confundiu o SENHOR a língua de toda a terra, e dali os espalhou o SENHOR sobre a face de toda a terra (GÊNESIS, 1994, Cap. 11, vers. 1-9).

Dois movimentos, interpretados miticamente, conectam fenômenos que são interpretados como epifânicos. Conforme a tradição escriturística, Deus confundiria as línguas (idiomas) para que os homens se espalhassem pela terra e, no dia de Pentecostes, ocorresse o movimento inverso, os homens seriam congregados, por meio da **glossolalia**, para ouvir as boas novas do Evangelho:

e em Jerusalém estavam habitando judeus, homens religiosos, de todas as nações que estão debaixo do céu. E, quando aquele som ocorreu, ajuntou-se uma multidão, e estava confusa, porque cada um os ouvia falar na sua própria língua. E todos pasmavam e se maravilhavam, dizendo uns aos outros: Pois quê! não são galileus todos esses homens que estão falando? Como, pois, os ouvimos, cada um, na nossa própria língua em que somos nascidos? Partos e medos, elamitas e os que habitam na Mesopotâmia, Judéia, Capadócia, Ponto e Ásia, e Frígia e Panfília, Egito e partes da Líbia, junto a Cirene, e forasteiros romanos, tanto judeus como prosélitos, cretenses e árabes, todos nós temos ouvido em nossas próprias línguas falar das grandezas de Deus (ATOS DOS APÓSTOLOS, 1994, Cap. 2, vers. 5-11).

Babel cinde **coisa e nome**, “a linguagem perde seu poder de presentificação do ser e sua relação direta com o objeto” (OLIVEIRA JÚNIOR, 2000, p.60). É a palavra que nomeia o sagrado. É o lugar de onde se fala, a Igreja, que assegura um possível retorno a um estado primordial de unidade, ainda que temporária, entre signo e objeto por meio de mediações simbólicas. Os ritos religiosos – orações, **glossolalia**, bênçãos – operam uma recondução do sentido, de modo que o que era dual faz-se Um com o Ser, o que estava perdido foi encontrado, o que era morto agora revive, o paraíso perdido torna-se paraíso restituído.

Os trechos selecionados para essa exposição, indicam a origem mítica tanto do grupo em questão como da **glossolalia**. Quando questionados sobre o que é o **dom de línguas** e o que ele significa para a Igreja, os fiéis pentecostais reativam e atualizam uma relação que funda a origem mítica do grupo nas Escrituras e a própria Escritura como fonte de conhecimento sobre o mundo. Francisco Cartaxo Rolim afirma que a razão desses mitos serem “‘re-contados’, ‘re-narrados’ não significa lembrá-los apenas. Pelo contrário, é para dar sentido existencial ao presente” (ROLIM, 1985, p.222).

Um dom institucionalizado:

Evangélicos e Católicos Romanos: a glossolalia no século XX

Alguns autores apontam marcos para o início do Movimento Pentecostal no meio evangélico: em 1901, nos Estados Unidos, temos sua origem no pietismo (CAMPOS JÚNIOR, 1995, p.17); no começo do século, também nos Estados Unidos, herdeiro do movimento *holiness* e do *metodismo wesleyano* e distinguindo-se do Protestantismo por pregar a atualidade dos dons do Espírito Santo, é destacada a **glossolalia** (MARIANO, 1999, p.10); ou ainda, no ano de 1906, nos Estados Unidos, temos a origem da **glossolalia** precisamente em Azusa Street (ORO, 1995, p.85). Estas são, talvez, as datas mais significativas do início do Pentecostalismo no século XX.

No Brasil, a primeira igreja evangélica pentecostal foi fundada no Brás, na cidade de São Paulo, em 1909. Vindo dos Estados Unidos, um dissidente da Igreja Presbiteriana, Francescon, de origem italiana, tinha a missão de comunicar a seus compatriotas italianos sua experiência religiosa e fundou a igreja Congregação Cristã no Brasil. Poucos anos depois, em 1911, em Belém

do Pará, uma mulher teria falado diversas vezes em **línguas estranhas** durante um culto. Entre os fiéis, os mais ortodoxos não aceitaram tal procedimento na liturgia. Então, os dissidentes, dentre os quais dois missionários batistas americanos de origem sueca, fundaram a Assembléia de Deus (ROLIM, 1985, p.34-45). Inúmeras igrejas surgiram após essas duas, entre elas, poderíamos destacar a Igreja Universal do Reino de Deus, Igreja Internacional da Graça de Deus, Deus é Amor, Igreja do Evangelho Quadrangular, O Brasil para Cristo, e outras.

No meio Católico Romano a **glossolalia** se faz presente no Movimento de Renovação Carismática. O movimento começou nos Estados Unidos em 1967 e rapidamente chegou ao Brasil após o refluxo de outro movimento, a Teologia da Libertação. Em muitos aspectos, a Renovação Carismática se assemelha aos cultos pentecostais na medida em que os membros valorizam a **glossolalia**, os exorcismos, as curas e os milagres (PRANDI, 1998, p.32).

Itinerário do dom:

Do mundo imponderável à intencionalidade do cosmo

Vivemos em um mundo paradoxal. Ao mesmo tempo tudo nos é oferecido – aventura, poder, alegria – e tudo de nós pode ser retirado: nossas posses, amigos, familiares, emprego, aquilo que sabemos e aquilo que somos. Nossas certezas em um instante podem dissolver-se e nos vemos desamparados num ambiente que parece ser de eterna desintegração. Nesses momentos desenvolvemos estratégias para nossa própria sobrevivência física, psicológica/existencial e sócio-cultural (BERMAN, 1992, p.15-21).

Esse ambiente de constante mudança rompe com o que Anthony Giddens (1990, p. 95-102) chama de **segurança ontológica**. Frente aos diversos dissabores da vida, a segurança ontológica refere-se ao mito da continuidade e constância da nossa identidade, da relação do eu com o outro. O autor vincula a idéia de **segurança ontológica** à rotina. Na medida em que a rotina sofre alteração, seja por morte de pessoas próximas, doença, perda de emprego, a ansiedade, ausência de confiança diante da vida, o pavor existencial (*sic*) produz uma cisão do eu biográfico e sócio-cultural alterando aspectos da personalidade do indivíduo (GIDDENS, 1990, p.95-102). Como devemos nos posicionar diante de um mundo tão efêmero e imponderável? Acomodamo-nos e

sucumbimos frente a esse mundo opressor e sem esperanças? Ou lutamos dia a dia pela nossa integridade e sobrevivemos? Reprimiremos sentimentos? Sucumbiremos à apatia, ao consumo, aos modismos, às drogas? Fugiremos do convívio com o outro? (TARNAS, 2002, p. 45-46). Qual é o movimento que nos permite reconhecer a fragmentação do mundo e buscarmos mecanismos integradores dessas experiências? Aqui, parece-nos que o mundo nos coloca diante da exigente busca de recondução de sentido, de inversão da situação por meio de um trabalho da sensibilidade, lugar em que a “subjetividade e a objetividade estão mutuamente co-implicadas” (GARAGALZA, 1990 apud BADIA, 1999, p.57); espaço que alude ao *mundus imaginalis*,⁵ o terceiro incluído (MORIN, [19-], p. 176-8), que redimensiona o que a razão cartesiana cindiu: natureza/cultura, sujeito/objeto, interno/externo.

Fry & Howe (1975), apontam que o recrutamento de fíéis, no Pentecostalismo e na Umbanda, é feito, usualmente, por meio da aflição. Classificam em três os tipos de aflição encontradas no Brasil urbano atual: 1) problemas com a saúde; 2) desemprego, dívidas, questões com as autoridades; 3) dificuldades de socialização (relacionamento amoroso, desordem familiar, problemas com vizinhos). O sofrimento, interpretado sob diversas formas, seria uma pré-condição para a filiação religiosa (p.75). Nessa mesma direção, “é no momento da crise existencial que a conversão se dá, quando se manifesta a cura, quando o problema se resolve, quando a vida recupera sentido” (PIERUCCI & PRANDI, 1996, p. 17). Francisco Cartaxo Rolim diz mais sobre o sentimento de proteção quando da conversão:

A dimensão existencial desta proteção advém não tanto da interpretação dos textos bíblicos, mas do que é sentido, do que é vivido e experimentado como manifestação do Espírito – o dom de línguas, o batismo no Espírito, o poder de cura etc. (ROLIM, 1985, p.226).

O sofrimento exige uma superação das várias cisões do humano por meio de instrumentos cognitivos e simbólicos que tornem o mundo, nossa vida e o universo inteligíveis (OLIVEIRA, 2001, p.7). No Pentecostalismo, quando superadas essas aflições por meio da **conversão**, costuma-se dizer que **se nasce**

⁵ Segundo Paula Carvalho “perdemos, com o averroísmo latino, a partir do séc. XIII, a dimensão do ‘entre dois’, o mundo das mediações e dos mediadores simbólicos que se situava entre o mundo sensível e o mundo inteligível. Esse é o *mundus imaginalis* ou ‘Imaginal’, designação criada por H. Corbin para designar esse ‘mundo intermediário’ onde se espiritualizam os corpos e se materializam os espíritos: mundo dos corpos sutis, é o mundo das visões, revelações, profecias, intuições, sincronicidades, psicóide, transe, estados alterados de consciência, etc. e das figuras mítico-imaginais” (CARVALHO, 1999, p.238).

novamente. O fiel morre para o **pecado** e nasce para Deus. Para Morin (1970, p.103), “todo o nascimento provém de uma morte, toda a mudança é análoga a uma morte-renascimento”. Essa discussão é muito importante na análise da **glossolalia** pois, como já foi dito, só um tipo de pessoa pode receber o dom de orar em **línguas estranhas**: aquele que nasceu de novo, o iniciado pentecostal. Por isso, o estudo da **glossolalia** insere-se na discussão morte-renascimento, tão cara à Antropologia, sobretudo desde Mauss. Uma vez **nascido novamente**, o campo dos arquétipos e símbolos presentes na tradição judaico-cristã – cruz, pomba, diabo, céu, inferno – tornam o mundo, as relações com o outro e seu estado anterior à conversão compreensíveis, ou seja, aquela situação de sofrimento e desamparo ganha sentido e propósito: o mundo ganha um sentido de transcendência. O cosmo passa a ter uma intencionalidade, rompe-se a barreira entre o fora e o dentro, o universo se revela.

A noção de **trajeto antropológico**, elaborada por Gilbert Durand (1997, p. 41), possibilita uma análise hermenêutica das imagens primordiais, os arquétipos. O **trajeto antropológico** equaciona concepções biológicas, psicológicas, sócio-culturais e míticas na formação dos arquétipos. Por meio dessa categoria podemos acessar a **estrutura profunda** presente na constituição dos grupos e instituições. Não temos somente as dimensões instituídas/patentes/redutoras da **glossolalia**, fenômeno aparente do caos, mas com Durand vemos a necessidade de realizar uma convergência de hermenêuticas no sentido de agregar as dimensões instituintes/latentes/instauradoras à discussão, na direção de uma **Antropologia Profunda**. Para além das relações e trocas sociais, preocupamo-nos com as **mediações simbólicas** motivadas pelos arquétipos mobilizados nas relações entre o grupo e os membros do próprio grupo (CARVALHO, 1989, p. 141).

Existem, pelo menos, dois lugares míticos para o crente apresentados inicialmente como maniqueístas: o cosmo pentecostal e o mundo. O mundo é o não-cosmo – lugar do caos, do informe, habitação dos **demônios**. No primeiro reina o Cristo e no segundo o diabo e seus **demônios**. O estado anterior à conversão – os sofrimentos e dissabores da vida – é identificado como sendo do domínio do diabo. A palavra **demônio** tem sua origem no latim eclesiástico *daemoniu(m)*, que por sua vez deriva do grego *daimôn* (δαίμων) que procede do verbo *daíesthai* (δαίεσται), repartir, dividir (BRANDÃO, 1993, p.278). Dessa forma, viver sob domínio do *daimon* remete às cisões natureza/cultura, sujeito/objeto, imanência/transcendência que o pensamento antropológico vem

aprofundando, sobretudo pela via da tradição francesa. Divisão é obscuridade, é caos; é o **pecado** da situação anterior ao **nascer de novo** e à **glossolalia**. O domínio do *daimon* nasce com o **pecado** de Adão. Segundo a tradição bíblica, a morte entra no mundo por meio da **queda** de Adão. A queda, conforme discute a arquetipologia durandiana, toma as formas do **tempo que pune**, da possessão pelo mal (*daimon*) e da morte (DURAND, 1997, p.112-4). Esse símbolo da queda descortina e traz à consciência a condição do homem no mundo e o problema da inevitabilidade da morte. Essa era a condição do fiel antes de aderir ao Pentecostalismo.

Minha história de vida? Olha... quando eu não era evangélico havia, ... muita tribulação na minha família, sabe, desordem, briga, desentendimento sempre havia um vazio na vida. Porque o homem sempre procurou uma resposta para o que ele queria e passando o tempo, eu me desentendi com meus irmãos, eu não tinha alegria na minha família. (23 anos, operador industrial).

O demônio (*daimon*), então, consiste no símbolo das cisões do humano: finito/infinito, sujeito/objeto, corpo/mente. Ken Wilber (1977, p. 94), epistemólogo norte-americano pesquisador da consciência, pensa o tema mítico da **queda** do homem no jardim do Éden como uma metáfora da condição do homem no mundo. No Éden, no princípio, havia unidade. Deus e o homem – infinito/finito – eram Um. No entanto, o fruto da árvore do conhecimento do bem e do mal foi provado, ou seja, surge o conhecimento dualístico/disjuntivo que a ciência cartesiana conduziu ao ponto máximo.

Stanislav Grof (1988, p. 85), psiquiatra tcheco pesquisador dos **estados incomuns de consciência**, afirma que a temática religiosa do **paraíso perdido** é um registro do nosso nascimento biológico. O feto, próximo ao nascimento, sofre com as contrações e espasmos uterinos. Segundo o autor, “sensações agonizantes de solidão metafísica, desvalimento, desesperança, inferioridade, desespero existencial e culpa” se apossam de quem está sob a influência dos símbolos de queda. A repentina mudança de estado faz do nascimento biológico nossa primeira experiência de medo e incerteza (DURAND, 1997, p.112). Para Durand (1977, p. 128), tais imagens – o caos, o diabo, as trevas, a queda – “são desencadeadores psicológicos e morais do heroísmo da ascensão”, isto é, trazem em seu interior a força para a inversão da situação em direção à homeologia, o terceiro incluído. Verdades e padrões morais valorizados pelos grupos, e a respectiva prática desses valores têm sua origem nos **símbolos** e

arquétipos ascensionais. Toda conduta moral no Pentecostalismo é motivada pelos **símbolos ascensionais** como a pomba, a escada, o próprio Espírito Santo. A asa, o voo, demonstram uma vontade de transcendência, reclamam uma inversão da situação e uma metamorfose (DURAND, 1997, p.126-8).

A **glossolalia**, compreendida simbolicamente como manifestação explícita do **batismo no Espírito Santo** e como uma iniciação, coloca em ordem um mundo perturbado pelo **pecado**, ou seja, opera uma transcendência em relação à biografia do crente. O dom reconquista uma potência perdida, muda o destino do fiel e domestica a morte. A palavra, escrita ou falada, tem correspondência com os símbolos de purificação como a luz e o fogo. Permite o controle do Cosmo e da Divindade. A palavra doma o Universo (DURAND, 1997, p.144-157). Nesse ponto, o iniciado não mais se identifica somente com o *daimon*. Concebe a si mesmo como um outro, uma **nova criatura**, um eleito, escolhido de Deus para participar das delícias do porvir. Assim, reabilita-se miticamente o mal e a morte. Eles não deixam de existir. Bem/mal, Cristo/*daimon*, morte/vida são pensados em complementaridade.

...nunca tinha bebido na minha vida e aí comecei a andar com uns colegas, a beber, a jogar, a ficar na rua aí até tarde da noite. Até que um dia minha mãe começou a entrar em desespero vendo o filho dela se acabando na bebida e no jogo [...] e eu não queria mais saber de igreja, pra mim acabou, não tinha mais jeito. Eles sempre me chamavam e eu dizia um dia eu vou lá, mas sabe aquela vontade...um dia eu vou mas sabe quando... um dia que ela chegou em mim e disse 'você vai hoje'? Aí eu fui lá, era uma quarta feira, cheguei no culto e os irmãos me receberam muito bem. Aí começou o culto, aí na hora da mensagem a palavra foi tão forte que eu pensei que só tinha eu ali dentro. A palavra veio diretamente pra mim, falando sobre tudo, sobre o sofrimento meu, aí até o pastor mencionou aquela passagem de Mateus 'vinde a mim os que estais cansados e oprimidos e eu vos aliviarei tomai o meu fardo que é leve e suave' e aí eu comecei a chorar [...] naquele momento ali tive entendimento que Deus tinha um plano na minha vida e na vida de cada um. (23 anos, operador industrial).

A cruz é um símbolo de união dos contrários. Ao invés de eliminar o maior inimigo do fiel, o *daimon*, agrega-o. Tanto os depoimentos colhidos na pesquisa quanto minha própria participação no Pentecostalismo me conduzem a reconhecer que o **dom de línguas** necessita de manutenção. Pode-se perdê-lo, daí o ascetismo pentecostal. Para mantê-lo, deve-se negar as **vontades da carne** e dedicar-se aos **exercícios espirituais** – jejum, oração, leitura da Bíblia, frequência nos cultos, vigílias. Caso contrário, corre-se o risco de um retorno

ao estado anterior à conversão. Parece que essa é a natureza do dom: o cultivo amplia a sua potencialidade, o não cultivo produz a perda do mesmo:

a partir do momento que você se afastou de Deus você deixa de falar com o dom de línguas. Assim...você sabe que Deus ama o pecador mas aborrece o pecado. O que é o pecado? É a mentira, o roubo, o adultério e isso faz o homem se afastar de Deus. Porque a luz, ela não fica com as trevas. A partir do momento que você pratica essas coisas vai se afastando e vai chegando pro lado das trevas e Deus é luz. E como é que pode num templo sujo alguém habitar nele? Nós somos morada do Espírito Santo. A partir do momento que você vai se distanciando de Deus, o Espírito Santo vai se distanciando de você. (23 anos, operador industrial)

Com o despertar do **dom das línguas estranhas** o fiel não somente encontra sentido para a sociedade em que vive, mas também propósito para as adversidades da vida, como ainda, tem sua personalidade transformada; como já disse, o crente sente-se um outro. Como nos processos iniciáticos, as crises têm um grande potencial para a transformação interior (GROF, 1988, p. 73), já os estados de transe operam uma síntese entre o eu e o outro (AUBRÉE, 1983, p.289), reafirmando a condição humana pela identificação com a dimensão religiosa do mundo. A compreensão desses fenômenos somente levando em conta a dissolução do eu, sem analisar os efeitos terapêuticos ou a **metamorfose**, segundo Aubrée (1983, p. 19), “corre o risco de não entender nada do fenômeno religioso”. É necessária a elaboração dessas forças que estão na base do que poderíamos chamar de condição humana. O eu e o outro, a superação dessa e outras duplicidades

não pode ser alcançada em moldes meramente humanos [...]. A conjunção dos contrários só pode ser formulada mediante o recurso à transcendência, ou seja, a vivência da alteridade é particularmente patente na experiência mística (AUBRÉE, 1978, p.57).

O êxtase, nesse sentido, deixa de ser somente a dissolução do eu e passa também a ser um momento único de construção de alteridades, compreensão de si mesmo e do totalmente Outro.

Esse potencial de cura tem origem no fato de o fiel colocar-se em uma posição que transcende sua história de vida, uma perspectiva mais abrangente; agora ele não é somente alguém que se alimenta, trabalha, dorme, adocece e morre, é um eleito, *filho de Deus*. A mensagem dessa identidade mítica é de que o fim não existe; há, então, uma presentificação do tempo, o mundo e a realidade

revelam-se de dentro, o Cosmo descortina-se e comunica sua intencionalidade. Daí poder entender a **glossolalia** como “**epifania**, isto é, aparição, através do e no significante, do indizível” (DURAND, 1993, p.11), é uma forma de exprimir o que é inexprimível na linguagem cotidiana ou profana (BASTIDE, [19-], p.20). É o não-manifesto no manifesto, “como um **pluralismo coerente** em que o significante temporal, material, ao mesmo tempo que é distinto e inadequado, se reconcilia com o sentido, o significado fugaz que dinamiza a consciência e salta de redundância em redundância, de símbolo em símbolo” (DURAND, 1993, p.94).

Considerações finais

Mesmo considerando que um pesquisador, como eu, possa também ser cristão, não tenho a intenção de fazer uma defesa incondicional do Pentecostalismo ou da **glossolalia**. Apesar de passarem por um processo de transformação muitas vezes notável, parece-me que, em vários aspectos, os fiéis permanecem inflexíveis quanto às suas convicções. Quando os pentecostais colocam-se no centro do mundo como eleitos, lançam todos os demais no terreno do *daimon*, dos perdidos. Exemplo maior desse etnocentrismo é a total aversão e repúdio aos cultos afro-brasileiros, pois o caboclo, o preto-velho, a pomba-gira e outros símbolos míticos, são considerados pelos pentecostais manifestações do demônio.

Marilena Chauí (1994, p. 81-2) coloca a religião popular em um movimento que ora é de resignação ora de consciência das adversidades do cotidiano. Ao mesmo tempo em que os pentecostais elaboram críticas à sociedade consumista, submetem-se às autoridades e se ajustam aos ideais dominantes. Seu pensamento conflui com o de Francisco Cartaxo Rolim:

quando o Pentecostalismo exalta o poder de Deus, apresentando-o como remédio para os males presentes e imediatamente sentidos e recebe uma avalanche de adeptos, transfere para o transocial e para o a-histórico uma aspiração de libertação latente nas camadas pobres, encobrendo-lhes a possibilidade de se tornarem autônomas pelas práticas sociais. Quando ainda a religião pentecostal prega o respeito à autoridade, da sua igreja ou ordem estabelecida, servindo-se para tanto de textos bíblicos, legítima a situação social. Pelo contrário, toda vez que os crentes, individualmente ou em grupos, começam a perceber que as carências, a pobreza, os males presentes brotam da própria

ordem social criadora de privilégios e desigualdades, põem-se, sem dúvida, em confronto com o ideologia dominante, leiga e profana. Questionam esta ideologia, mesmo que não se expressem nestes termos. E seu questionamento vai, não mais no rumo do como sair e escapar dos males presentes, e sim no rumo do porquê: por que afinal as coisas são assim tão desiguais? (ROLIM, 1985, p.180-181).

Essas ambigüidades não são erros ou falhas de percepção, são partes constitutivas da **condição humana**. A análise da **glossolalia** implica, para além das relações de trocas sociais, o resgate da dimensão mítica do humano, questão pouco enfatizada na literatura sociológica atual. Este artigo é uma expressão dessa preocupação.

Referências

- ATOS DOS APÓSTOLOS. In: **Bíblia sagrada**. São Paulo: Sociedade Trinitariana do Brasil, 1994. cap.2, vers. 1-11; 15-7.
- AUBRÉE, M. O transe: a resposta do xangô e do pentecostalismo. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v.37, n.7, p.1070-5, 1985.
- AUBRÉE, M. **O ser da compreensão**. Petrópolis: Vozes, 1978.
- AUBRÉE, M. **O duplo e a metamorfose**: a identidade mítica em comunidades nagô. Petrópolis: Vozes, 1983.
- BADIA, D. D. **Imaginário e ação cultural**. Londrina: Ed. UEL, 1999.
- BAPTISTA, S. **Glossolalia**: o sentido da desordem-a simbologia do som na constituição do discurso pentecostal. 1989. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- BASTIDE, R. **Os problemas da vida mítica**. Lisboa; Europa-América, [19-].
- BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- BRÂNDÃO, J. S. **Dicionário mítico-etimológico de mitologia grega**. Petrópolis: Vozes, 1993. v.1.
- CAMPBELL, J. **Isto és tu**: redimensionando a metáfora religiosa. São Paulo: Landy, 2002.
- CAMPOS JUNIOR, L. C. **Pentecostalismo**: sentidos da palavra divina. São Paulo: Ática, 1995.

- CARVALHO, J. C. P. **Energia, símbolo e magia**: uma contribuição à antropologia do imaginário. 1984. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- CARVALHO, J. C. P. Pedagogia do imaginário e culturálise de grupos; educação fática e ação cultural. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v.15, n.2, p.133-51, 1989.
- CARVALHO, J. C. P. **Mitocrítica e arte**: trajetos a uma poética do imaginário. Londrina: Ed. UEL, 1999.
- CHAUÍ, M. **Conformismo e resistência**: aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- CORTEN, A. **Os pobres e o Espírito Santo**: o pentecostalismo no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1996.
- DURAND, G. **A imaginação simbólica**. Lisboa: Edições 70, 1993.
- DURAND, G. **As estruturas antropológicas do imaginário**: introdução à arquetipologia geral. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- FRY, P.; HOWE, G. N. Duas respostas à aflição: umbanda e pentecostalismo. **Debate e Ciência**, São Paulo, n.6, p.75-95, 1976.
- GÊNESIS. In: **Bíblia Sagrada**. São Paulo: Sociedade Trinitariana do Brasil, 1994. cap.11, vers.1-9.
- GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Ed. UNESP, 1990.
- GROF, S. **Além do cérebro**: nascimento, morte e transcendência em psicoterapia. São Paulo: Makron Books do Brasil, 1988.
- JOEL. In: **Bíblia Sagrada**. São Paulo: Sociedade Trinitariana do Brasil, 1994.
- LUCAS. In: **Bíblia Sagrada**. São Paulo: Sociedade Trinitariana do Brasil, 1994. cap.2, vers. 28.
- MARIANO, R. **Neopentecostais**: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. São Paulo: Loyola, 1999.
- MORIN, E. **O método IV**. Lisboa: Europa-América, [19-].
- MORIN, E. **O homem e a morte**. Lisboa: Europa-América, 1970.
- OLIVEIRA, E. R. Eficácia simbólica de cura e razão analógica. **Antropológicas**, Recife, v.13, p.607-38, 2001.
- OLIVEIRA JÚNIOR, A. W. **Línguas dos anjos**: sobre glossolalia religiosa. São Paulo: Annablume, 2000.
- ORO, A. P. O Espírito Santo e o pentecostalismo. **Teo-Comunicação**, Porto Alegre, v.25, n.107, p.87-101, 1995.
- ORO, A. P. **Avanço pentecostal e a reação católica**. Petrópolis: Vozes, 1996.

PIERUCCI, A. F.; PRANDI, R. **A realidade social das religiões no Brasil**: religião, sociedade e política. São Paulo: Hucitec, 1996.

PRANDI, R. **Um sopro de espírito**: a renovação conservadora do catolicismo católico. São Paulo: Ed. USP, 1998.

ROLIM, F. C. **O pentecostalismo no Brasil**: uma interpretação sócio-religiosa. Petrópolis: Vozes, 1985.

TARNAS, R. **A epopéia do pensamento ocidental**. São Paulo: Bertrand Brasil, 2002.

WILBER, K. **O espetáculo da consciência**. São Paulo: Cultrix, 1977.





O SERVIÇO SECRETO DO DEOPS/SP NA ERA VARGAS: O PAPEL DA INFILTRAÇÃO E DELAÇÃO NA VIGILÂNCIA POLICIAL SOBRE O MOVIMENTO OPERÁRIO

Marcos Tarcísio FLORINDO ¹

Resumo: Este trabalho analisa o papel da infiltração policial orquestrada pelo DEOPS/SP em organizações do movimento operário durante a Era Vargas. Procuramos observar como essa prática se articulava com outros procedimentos levados a cabo nas dependências do departamento para a elaboração dos inquéritos policiais. Esses procedimentos, considerados extralegais, como a prisão não autorizada pelo judiciário e o interrogatório entremeado pela tortura física e psicológica do acusado, eram a tônica do modelo investigativo do DEOPS, cujas diligências visavam à confissão do delito pelo acusado. Tais práticas levadas a cabo pelo aparelho de Estado refletiam traços de uma estratégia de controle autoritária dos espaços de sociabilidade popular, sendo que a noção de justiça era delegada aos próprios policiais, que instrumentalizavam o direito de acordo com sua noção de crime e criminalidade.

Palavras-Chave: Serviço Secreto do DEOPS/SP; movimento operário.

Abstract: This work analyses the infiltration policeman's paper orchestrated by DEOPS/SP in the organizations of the labor movement during the Era Vargas. We tried to observe as this practice pronounced with other mischievous procedures to cable in the dependences of this department for the inquiries policemen's elaboration. Those procedures, considered unlawfull, as the prison non authorized for the judiciary and the interrogation intermixed by the accused's physical and psychological torture, were the tonic of the investigation model of DEOPS, whose the diligences sought the confession of the crime for the accused. Such mischievous practices to cable for

¹ Doutorando do Programa de Pós-graduação em Sociologia – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – Universidade Estadual Paulista – 14800-901 – Araraquara – SP.

the apparel of State reflected lines of an authoritarian control strategy for the spaces of popular sociability, which the notion of justice was delegated to the own policemen, that availed the right in agreement with your crime notion and criminality.

Keywords: Secret service of DEOPS/SP; labor movement.

Moscou, outubro de 1917. Em meio aos desastres sociais ocasionados pela manutenção do desmoralizado exército russo nos *fronts* da guerra mundial triunfa a primeira revolução de cunho socialista que lograria a efetiva tomada do poder do Estado. Momento fundamental para o desenrolar da história contemporânea, a revolução bolchevique na Rússia e seus profundos desdobramentos ajudaram a moldar os caminhos percorridos pela humanidade durante o século XX.

Da queda do Czar Nicolau, passando pela consolidação definitiva do poderio de Lênin, até a desagregação do espírito revolucionário de outubro com a ascensão de Stálin, as diversas etapas do processo russo foram exaustivamente analisadas por cientistas sociais de todo o globo. Os momentos marcantes da revolução são bem conhecidos e foram dissecados pelos estudiosos do tema, o que enfatiza sua profunda repercussão política e social em nível mundial. Porém, a indiscutível relevância de certos aspectos do processo criou sombra sobre fatos também importantes, legados a segundo plano nas análises das experiências vividas pelos protagonistas daquele momento histórico. Um desses momentos, pouco discutido pela literatura atinente ao tema, foi a queda em mãos bolcheviques dos quase intactos arquivos da *Okrbana*, a polícia política do Czar, responsável pela vigilância e repressão aos agentes que atentavam contra a manutenção da ordem social da Rússia imperial.

A análise dos documentos contidos nos arquivos da *Okrbana* ficou a cargo do ensaísta e revolucionário francês Victor Serge, que como outros militantes do movimento operário internacional, partiram para a Rússia ao saber dos primeiros ecos da revolução. As pesquisas de Serge resultaram num livro no qual se conseguiu reunir certos predicados da pesquisa científica com as necessidades práticas da militância. Em *O que todo revolucionário deve saber sobre a repressão*, o autor realiza uma acurada análise do *modus operandi* da polícia russa, utilizando como fontes os próprios documentos elaborados pela agência. Ao percorrer os itinerários da repressão, Serge procurou construir um manual prático que permitisse aos ativistas do comunismo internacional um melhor conhecimento dos métodos e das estratégias de seus perseguidores.

As expectativas dos revolucionários russos foram confirmadas no trabalho de Serge. Eles tinham em mãos um estudo que lançava luzes sobre o funcionamento da polícia política e mais, decodificava um setor pouco conhecido desse órgão, embora se revelasse pedra angular nas estratégias e nas demandas da repressão. Esse departamento era o serviço secreto, responsável pela infiltração de agentes policiais no seio das organizações vigiadas e também pela cooptação de militantes para o serviço de informação. A abertura desses arquivos causaram surpresas e reviravoltas nos círculos revolucionários da Rússia. O número de delatores levantados por Serge chegou à cifra de 35.000 ([19-], p. 15), demonstrando que havia espiões alocados nas diversas instâncias de todos os grupamentos revolucionários atuantes no império czarista. Praticamente todo o setor de investigação da *Okrbana* estava baseado na infiltração: “alguns especialistas reuniam finalmente num relatório todas as informações fornecidas pela delação e organizavam os processos” ([19-], p. 15). Ao Serviço Secreto era destinada grande parte da verba reservada ao aparelho. O diagnóstico de Serge sobre o papel desse setor na estrutura policial foi contundente: “O mecanismo mais importante da polícia é sua agência secreta, nome do serviço de delação cujas origens remontam às primeiras lutas revolucionárias”. O autor adverte aos revolucionários do mundo que esses métodos “têm certamente o seu equivalente nas polícias secretas de todos os estados capitalistas” ([19-], p. 17).

São Paulo, março de 1983. Após acalorados debates envolvendo autoridades ligadas ao governo do Estado, militares, imprensa e demais forças políticas que se reagrupavam na esteira das recentes liberdades permitidas durante os anos finais do regime militar, foi anunciada oficialmente a extinção do Departamento Estadual de Ordem Política e Social. O antigo DEOPS, como ficou conhecida nossa polícia política, funcionou no âmbito da polícia civil do Estado durante 59 anos². Devido às características de sua atuação, este órgão tornou-se um símbolo das arbitrariedades da repressão policial e mesmo do caráter autoritário do Estado brasileiro. Após agir com imensa liberdade de atuação em relação às esferas jurídicas durante toda sua existência, a delegacia foi colocada na alça de mira dos críticos do regime militar que valorizavam o discurso da ampliação das liberdades democráticas naqueles anos finais da ditadura. Dessa maneira, extinguir o departamento que simbolizava a repressão e também guardava sua memória antes da transição

² A Delegacia de Ordem Política e Social foi criada a partir do decreto lei n. 2034 de dezembro de 1924.

do poder para um governo eleito por voto direto tornou-se uma demanda para os detentores do poder do Estado.

Um dos cerne da discussão no momento da extinção do DEOPS/SP era o destino de seus arquivos. Eles foram transferidos, assim como o pessoal alocado na delegacia, para o âmbito da polícia federal. Isso foi feito com anuência do então Governador do Estado, José Maria Marin, já que tanto a posse dos arquivos como o destino dos funcionários da agência estavam ligados às decisões da burocracia estadual paulista.³

No final de 1994 os arquivos do DEOPS/SP, então sob guarda do Arquivo do Estado de São Paulo, foram definitivamente abertos à consulta pública. O pesquisador que hoje se debruça sobre os antigos prontuários e dossiês elaborados pelo DEOPS/SP observa, como outrora observou Victor Serge e sua equipe na Rússia, a imensa quantidade de relatórios elaborados a partir de atividades ligadas à infiltração policial. Tais relatórios, assinados ou não, estão presentes na maioria das pastas do arquivo. Organizações operárias, partidos, militantes destacados de diversas correntes políticas, entre outros têm suas atividades delatadas quase cotidianamente pelos “secretas”, nome dado oficialmente pela burocracia do órgão aos agentes ligados a estas atividades. Tal qual sua congênera russa, a infiltração de agentes nos círculos sociais que mereciam vigilância constante – segundo a ótica dos donos do poder – foi uma estratégia amplamente utilizada pela polícia especializada de ordem política e social desde o início dos seus trabalhos de investigação: “A polícia dispunha de alguns homens muito inteligentes, de técnicos com grande capacidade profissional, mas toda máquina se baseava no trabalho de um núcleo de funcionários desconhecidos” (SERGE, [19-], p. 52).

No caso do DEOPS/SP, a cooptação de militantes operários e a infiltração de agentes policiais nos círculos de sociabilidade que requeriam vigilância constante permitia o próprio funcionamento da agência. O DEOPS/SP tinha atribuições legais de polícia judiciária, portanto sua função junto ao aparelho de Estado era investigar os considerados delitos contra a ordem política e social constituída para a elaboração dos inquéritos policiais, que deveriam ser encaminhados ao judiciário para a instauração do processo penal. Porém, numa sociedade como a brasileira, de circulação rarefeita dos valores democráticos, na qual o direito é transformado em privilégio de poucos e a repressão se

³ Sobre o assunto, ver: (MINGUARDI, 1991).

coloca como pilar fundamental da estratégia de normalização social, cabe à polícia mais que encaminhar os processos legais. Na verdade, seu papel é o de instaurar o direito nas frestas sociais não abarcadas pelo Estado, respondendo com eficiência e rapidez aos desvios de conduta condenados pela elite (BENJAMIN, [19-], p. 160-75). Nesse sentido, a polícia sequestra e instrumentaliza a noção de direito, aplicando-o no corpo social de acordo com sua noção de crime e criminalidade. Tal postura foi intensificada no início dos anos 30, concomitante à decretação das primeiras leis de legislação trabalhista de Vargas, quando o cerceamento ao movimento operário assumiu novos ares institucionais, elevando o papel do DEOPS nas estruturas do poder do Estado.

O primeiro governo de Getúlio Vargas (1930 -1945) foi marcado pela modernização capitalista de nossa sociedade, com a aceleração do processo de industrialização e o conseqüente surgimento de uma sociedade de massas. A repressão política e social foi uma das estratégias das elites detentoras do poder para disciplinar a população às normas exigidas pelo aperfeiçoamento da sociedade, do trabalho urbano e industrial. Como já afirmou Alcir Lenharo, o governo, naquela época, levou a sério as possibilidades da classe operária no jogo do poder (LENHARO, 1986, p. 22). Não devemos esquecer que durante a Era Vargas houve uma política de controle dirigida especialmente ao movimento operário que envolvia, para além da repressão profilática dos grupamentos partidários da revolução social, o aperfeiçoamento dos métodos de aliciamento dos trabalhadores. A modernização da sociedade trazia a moderna tática da tutela estatal como mecanismo de controle das aspirações operárias. (DINHEIRO, 1991, p. 331).

Ao privilegiar a estratégia repressiva como sustentáculo de sua campanha disciplinadora da sociedade, o Estado permitiu que no seio da instituição policial florescesse uma cultura operacional que privilegiava a intimidação como tática e as práticas extralegis como formas corriqueiras de atuação. O cerne dos procedimentos de investigação policial evidenciavam a culpabilização dos indiciados mediante a confissão do crime e não o levantamento dos fatos e provas, como ponderava as regras judiciais. Dessa maneira o DEOPS/SP, para responder às exigências de uma sociedade livre das dissidências, elaborou uma metodologia de investigação policial que combinava a delação dos acontecimentos e a detenção, no momento oportuno, dos envolvidos para interrogatórios que visavam à confirmação da denúncia. “O indivíduo, sob a ótica desse processo de culpabilização explícita, permanecia em estado de

suspeição e devia, numa dramática inversão dos princípios legais, provar sua inocência” (SOUZA, 1998, p. 25). Um sistema policial baseado na confissão para a resolução das investigações criminais toma emprestado métodos que facilitem a formatação das culpas, dentre os quais, destacou-se na trajetória do DEOPS/SP a tortura física e psicológica que facilitavam a obtenção da confissão durante os interrogatórios dos suspeitos.

A investigação dos delitos, subordinada às demandas e expectativas do controle social desejado por nossas elites, criou a necessidade de transformar a agência policial em uma grande teia de vigilância espalhada pelos diversos recantos do corpo social. Seu bom funcionamento dependia da utilização de agentes não ligados oficialmente à burocracia estatal que, espalhados pelos recantos da sociedade, pudessem funcionar como informantes do órgão, avisando e prevenindo sobre os crimes e apontando os suspeitos e responsáveis. A larga utilização de informantes custeados extra-oficialmente pelo Estado, formando uma rede clandestina de vigilância, é uma das faces do legado arbitrário perceptível na atuação de nossa polícia política. Eficiência era entendida como rapidez na resolução dos casos em detrimento da investigação de acordo com os preceitos técnicos. Eficiência era manter as aspirações populares sob rígido controle policial. Dissimulação e terror combinados formaram um método corriqueiro de atuação no DEOPS para resolução dos conflitos sociais.

Era de interesse da agência policial que os vigilantes fossem cooptados no seio das próprias organizações vigiadas. Esses criavam uma visibilidade maior do funcionamento daquele círculo de convivência. A infiltração possibilitou à repressão construir saberes a respeito das entidades observadas; nada devia escapar a seus olhos: os locais de reunião, os nomes e atividades dos principais militantes, as diferenças entre as tendências, as possibilidades de aliança, os ânimos do momento, os indivíduos em evidência ou decadência na estrutura partidária. A atividade dos secretas fornecia à polícia uma abundante quantidade de documentos que substanciavam os inquéritos elaborados pela agência. As estratégias adotadas pela polícia para a contenção das atividades dos revolucionários tinham como ponto de partida as informações delatadas pelos *grumiros*.⁴ A infiltração permitia ao DEOPS mapear a entidade observada. Por meio das delações era possível conhecer o grau de atividade de cada militante e a importância de cada setor da organização. A observação

⁴ Essa denominação dada aos “agentes provocadores” é encontrada em alguns documentos produzidos pelos comunistas. Um exemplo está no jornal *O trabalhador gráfico*, n. 21, fev. 1923. -- Microfilme do CedemUnesp.

permitia ao aparelho policial antecipar a movimentação dos grupos, prevendo suas ações, suas campanhas, as diretrizes e as estratégias. Por meio dos delatores era possível conhecer os recursos e os aparelhos utilizados pela organização. A vigilância freqüente instaurou mecanismos de controle que emprestaram maior eficiência à repressão, pois permitiam a utilização da coerção física em momentos adequados. Por meio da infiltração, a polícia podia avaliar condições e atacar os pontos nevralgicos nos momentos oportunos. Como no caso deste documento encontrado no prontuário do Socorro Vermelho Internacional, organização criada nos anos 30 pelos comunistas ligados à III Internacional para auxiliar os companheiros presos e suas famílias:

Com a minha entrada no Socorro Vermelho, já estou em contato com mais alguns companheiros... Américo, elemento de destaque no S.V., está sendo minha melhor ligação, em ocasião mais oportuna, depois dele não mais precisar, direi qual é a maneira mais fácil para sua identificação. Hoje mesmo, às 8 horas da noite, tem um ponto marcado comigo, a fim de apresentar-me um outro companheiro.

Por agora acho inconveniente qualquer ação em torno desse elemento, pois por intermédio desse, muito irei conseguir... penso que me vai ser entregue o cargo de tesoureiro do Socorro Vermelho, devendo eu por conveniência assumir tal incumbência, pois que dessa maneira conseguirei anular as atividades de muitos elementos, e em parte mais um setor... (DEOPS, [19-])

Como já percebera Victor Serge: “A segurança política deve destruir os centros revolucionários nos pontos de sua maior atividade e não esbanjar esforços em tarefas menores” (SERGE, [19-], p. 16). Tanto na *Okbrana* como no DEOPS/SP – e possivelmente na maioria das polícias políticas do mundo –, a delação alicerçava os trabalhos de inteligência desenvolvidos pela agência responsável pela repressão política e social. Para elaborar um quadro de informações sobre certo indivíduo ou associação vigiada, tornava-se indispensável os trabalhos dos secretas: “trata-se sempre de perseguir o homem, de conhecer seus atos, seus gestos, as suas ligações e, em seguida, penetrar em sua intimidade” (SERGE, [19-], p. 13). Mesmo as mais sutis divergências entre as posições teóricas no seio de uma mesma tendência são captadas e descritas nos relatórios encomendados pela polícia:

...os anarquistas partidários da organização operária (porque há anarquistas que são contrários à organização sindical de massas) são os que se denominam anarcossindicalistas, chegando alguns a fazer dos sindicatos um verdadeiro corpo de doutrina que, em tese, tem a seguinte expressão doutrinária: “Todo poder aos

sindicatos'. Este doutrinário sindicalista é muito discutido pelos anarquistas negativistas do valor efetivo do sindicalismo como doutrina específica que se basta a si próprio.

Os anarquistas que os comunistas denominam 'puros' negam eficiência ao sindicalismo, argumentando que o sindicato operário é uma continuação marxista do princípio autoritário, e sendo o anarquismo um princípio essencialmente libertário, tem forçosamente que contradizer o germe ditatorial que encerra o espírito da organização. Os anarquistas puros são teóricos do homem livre.

Os sindicalistas, pois, estão colocados no terreno que os anarquistas puros combatem. Os sindicalistas concebem, como os anarcossindicalistas, o sindicato como uma doutrina social definida, e são os que constituem atualmente a maioria no campo operário. (Antônio Ghioffi). (DEOPS, [1931], v.2)

De acordo com esse relatório de 1931, assinado pelo reservado Antônio Ghioffi –militante cooptado no seio das organizações anarcossindicalistas da capital e que prestou relevantes serviços ao DEOPS nas diligências que levaram ao desmantelamento da Federação Operária de São Paulo⁵ – notamos que assinalar as diferenças entre as posturas dos grupos revolucionários fazia parte do trabalho do secreta. Sua convivência nos meios vigiados possibilitava o conhecimento das particularidades que, quando delatadas à polícia, auxiliavam na construção das imagens distintas dos suspeitos. Dessa maneira, auxiliavam na criação de categorias diferenciadas de militância, servindo para tipificar e marcar com mais precisão os indivíduos, hierarquizando-os, criando níveis de periculosidade e formas diferentes de abordagem policial. Dessa maneira, a agência podia ater-se com mais eficácia sob seus observados, estendendo a teia de sua rede de segurança.

Devemos acentuar que as tarefas dos infiltrados não se restringiam a municiar o órgão de informações. Entre os reservados mantidos pela delegacia encontravam-se indivíduos que assumiam cargos de responsabilidade e direção nas organizações vigiadas. Eles podiam colaborar de uma maneira mais fecunda com o aparelho policial em suas tarefas de combater os militantes da revolução social. O espanhol Eduardo Dias, militante do PCB, registrou em suas memórias uma frase significativa, enunciada por um delegado que o interrogava preparando seu processo de expulsão

⁵ A FOSP congregava os sindicatos dirigidos pelos anarquistas de São Paulo. A entidade, reformulada após a revolução de 1930, congregava em 1931 cerca de 20 sindicatos filiados. Após a decretação das leis trabalhistas o DEOPS realizou diversas diligências contra os militantes da organização, o que a tornou acéfala. Antônio Ghioffi era o responsável pela elaboração das atas das assembleias sindicais acontecidas na organização, atas que encaminhava ao mesmo tempo para o fichário da Federação e para a mesa do delegado do DEOPS Dr. Ignácio da Costa Ferreira. O reservado também fez suas incursões na União dos Trabalhadores Gráficos, sindicato de orientação trotskista também filiado à Federação.

do território nacional, uma declaração que deixara Vítor, nome utilizado para representar o autor no livro, extremamente preocupado: “Vítor, esse seu Partido nós vamos destruí-lo por dentro” (DIAS, 1977, p. 68).

Para destruir uma organização “por dentro”, a atividade dos secretas alocados em postos de direção tornava-se imprescindível, pois além de interceptar as informações importantes e passá-las ao órgão, ele podia interferir diretamente na vida orgânica da associação, como demonstra o relatório do infiltrado Mário de Souza, um reservado dos mais atuantes no início dos anos 30 nos meios sindicais paulistas, quando participava como representante dos trabalhadores da Cia. Light & Power das reuniões entre anarquistas e comunistas para a formação de uma frente antifascista em São Paulo, ainda no ano de 1933. Primeiramente o reservado informa à polícia sobre a tensa situação política em que se encontravam os antifascistas:

Os antifascistas não farão grandes progressos em sua campanha, que é senão de idéias extremistas, pois, já entre eles, existem divergências. Quem é comunista não sabe combater o fascismo se não pregar o comunismo; quem é anarquista não combate sem defender os interesses anárquicos. (DEOPS, [1962], v. 1, doc. 131)

Depois de verificar o problema, o agente duplo prescreve sua estratégia para intensificá-lo: “A nossa principal atividade agora vai ser a intriga, com esta arma combateremos os projetos de propaganda presentes e futuros” (DEOPS, [1962], v. 1, doc. 131).

Isso demonstra que a utilização dos secretas em atividades de sabotagem direta estava entre as táticas de repressão desenvolvidas pela polícia política e de ordem social. Como revelou o relato de Mário de Souza, a delegacia, por meio de seus espiões, estava informada passo a passo de todos os lances da acirrada disputa entre anarquistas, comunistas ligados ao PCB e trotskistas pela hegemonia no movimento operário paulistano. A luta se desenvolvia no mesmo momento em que o governo procurava implementar as leis trabalhistas. O DEOPS fazia questão de acirrar a divisão entre as correntes, pois sabia que a querela provocava o enfraquecimento das posições defendidas pelos partidários da revolução social. A agência traçou estratégias para direcionar os efeitos dessa luta de acordo com as demandas requeridas pelas leis emanadas do Estado. Os reservados da delegacia tinham ciência dessa estratégia policial, o que revela um indício de seu aproveitamento para implementar a ação. Como afirma Antônio Ghioffi:

Em São Paulo, a ação do Partido Comunista, da Confederação Geral do Trabalho e da Federação Sindical Regional tem sido embargada em grande parte por uma tática inteligente, desenvolvida pela DOPS (Ordem Social) que, aproveitando a posição ideológica das correntes predominantes no seio do proletariado militante, fez com que prevalecesse o critério apolítico nas organizações que, apesar de discutido com seus acendrados mentores, teoricamente estão, quer queiram, quer não, de acordo com o apoliticismo da lei de sindicalização do Ministério do Trabalho. Essa tática produziu os melhores resultados, trazendo conseqüentemente uma sensível divisão de forças nas diversas facções sindicais existentes. Estabeleceu-se assim a guerra de tendências, a guerra de escolas dentro do quadro do sindicalismo político e anti-político. (DEOPS, [1931], v. 2)

Entre as atividades passivas (manter um fluxo contínuo de informações) e as atividades ativas (sabotagem direta nos meios vigiados) dos secretas⁶, a importância da atividade de infiltração para as diligências policiais pode ser percebida no próprio crescimento desse setor, ocorrido na Era Vargas.

No início da década de 30 ainda não havia uma sessão específica de serviço reservado no DEOPS/SP; a maioria dos espíões atuantes no movimento operário estão subordinados ao setor de Ordem Social e seus relatórios estão endereçados diretamente ao delegado chefe à época, Dr. Costa Ferreira. Já em 1932 encontramos relatórios policiais que afirmam a importância de “organizar um regular corpo de reservados para as fábricas, empresas e fazendas mais importantes, para poder estar assim a par de todos os planos” (DEOPS, [19-], v. 7). Logo após a Intentona Comunista percebemos que foi formado no âmbito da agência de repressão um setor específico de serviço reservado, sob coordenação dos investigadores chefes João Agostinho e Luís Apolônio.

Os primeiros documentos que se reportam ao setor de Serviço Secreto (SS) estão datados de 1937. A importância desse setor pode ser avaliada pela tentativa de transformá-lo em um órgão autônomo, separado do DEOPS, como requer o decreto estadual 10.910 de 23/01/40 (DEOPS, [1940]). O SS voltaria a ser uma sessão da delegacia 10 meses depois (decreto 11.782 de 31/12/40). Nessa época, já contava com um delegado responsável e respondia, entre outras atribuições, pela organização dos arquivos da agência policial. Foi nessa época que o SS começou a elaborar as pastas denominadas dossiês, que repousam

⁶ Essa divisão das atividades dos espíões era utilizada no próprio DOPS/SP. Essas denominações aparecem em um relatório guardado no Prontuário no. 2.431 do PCB, vol. 3, de nome: “Informações por intermédio de agentes secretos”. O documento em referência é uma possível tradução manuscrita de um tratado de espionagem militar.

hoje nos arquivos do DEOPS e apresentam uma organização documental mais sistematizada que a anteriormente adotada na delegacia (prontuários). A responsabilidade da contenção dos planos comunistas também ficou sob seu encargo:

A execução desse Serviço é regulada por instruções internas, baixadas pelo Delegado Auxiliar do DOPS, ao qual compete a designação dos chefes dos diversos setores. O referido serviço tem um corpo de investigadores reservados de livre escolha da alta administração policial. (PESTANA, 1963, p. 208)

Além das atividades de infiltração nas associações vigiadas e acompanhamento dos militantes da revolução social, competia ao SS do órgão a vigilância do movimento das estações de trem e do aeroporto de São Paulo, anotando a entrada e saída de indivíduos importantes na capital e no Estado (DEOPS, [1940], v. 2). Para a infelicidade dos anarquistas, que em 1941 procuravam reavivar o movimento libertário em São Paulo em plena ditadura do Estado Novo, a ligação com o pessoal encarregado de fazer a censura postal também era uma atividade do SS do órgão:

A censura postal, com sua vigilância, nos proporcionou meios para localizar nesta capital um grupo de indivíduos que vem fazendo propaganda anarquista, com material recebido da Argentina. Essas pessoas foram acompanhadas, localizadas e anotadas suas ligações, depois de constatarmos, também, a distribuição do material recebido. Agora aguardamos a retirada de nova remessa que se encontra no correio, para efetuar a prisão em flagrante do principal responsável. (DEOPS, [196?], v. 7)

Ainda no período da 2ª guerra mundial foi montado um serviço de rádio-escuta coordenado pelo SS, que procurava identificar pontos transmissores de rádios clandestinas utilizadas pelos espões do eixo (HILTON, 1977). Esse serviço também ficava permanentemente sintonizado com as principais rádios do mundo como a de Moscou, conforme demonstra esse documento, que trata de uma entrevista realizada com o escritor Jorge Amado enquanto este estava na capital soviética, num período posterior ao governo de Vargas.

Do reservado Mário Antônio da Silva: No dia 25/11/48 a rádio de Moscou, transmitindo um programa para América Latina (das 19:00 às 23:00h), apresentou o escritor Jorge Amado, ex-parlamentar comunista, o qual disse que se achava escrevendo um livro dedicado a URSS.

O mesmo criticou abertamente o governo brasileiro, taxando-o de 'agente do imperialismo norte-americano' e terminou enviando suas 'saudações aos camaradas do Brasil' Em seus ataques ao governo do Brasil, usou nas fraseologias os vocábulos muito conhecidos e citados constantemente pelos comunistas, como sejam 'reacionários', 'imperialistas', 'fascistas', 'capital colonizado' e etc. (DEOPS, [19-])

As atividades de infiltração policial, desde seu início, eram amplamente apoiadas pelos empresários paulistas, evidenciando que o controle do mundo do trabalho, na mentalidade de grande parte dos industriais de São Paulo à época, ainda era um caso de repressão e listas negras. Essas, aliás, constam em meio aos documentos guardados em diversos prontuários elaborados pela delegacia. Não é incomum encontrarmos nos arquivos do DEOPS esses documentos nos quais os patrões apontam à polícia os trabalhadores mais combativos das diversas indústrias da capital. A atividade policial da infiltração era corroborada pelas instituições que cuidavam dos interesses dos industriais. Em 19 de janeiro de 1932, a diretoria da Federação das Indústrias de São Paulo enviou esta circular intitulada "Muito confidencial" aos diretores das empresas filiadas:

Queiram V.S. s. notar que a Delegacia de Ordem Social destacou para as fábricas desta cidade grande número de agentes, investidos de missão especial. As fábricas que estiverem em serviço estes auxiliares da polícia devem alimentá-los e alojá-los comodamente, para maior eficiência do trabalho que estão realizando. Todos os agentes, para provarem suas qualidades, estão munidos de carteira de identidade, que deve ser exigida quando eles se apresentarem nas fábricas. (DEOPS, [1931], v. 1)

A infiltração de agentes policiais nas fábricas, entre outros locais essenciais à reprodução da ordem social vigente, revela outra face da estratégia da vigilância constante. A presença dissimulada de um agente policial delator em meio aos operários de uma fábrica tornava-se uma barreira que interditava as ações dos últimos, instaurando o controle daquele ambiente pelo temor. Por meio de mais esta coerção, o DEOPS/SP controlava o ambiente dos indivíduos, enquadrando-os nos papéis necessários à consolidação da ordem social burguesa. A infiltração policial estava inserida na pedagogia do terror requerida para o controle do mundo do trabalho livre. Embora a noção de segredo envolvesse as atividades e identidades dos agentes delatores, a prática da infiltração não era ignorada pelos meios observados. À repressão era interessante que nesses meios reinasse a impressão da suspeita constante, criando uma atmosfera de medo e incerteza entre os operários ou de desconfiança entre os

militantes de uma determinada associação ou partido. Tal fato ocorria com o PCB, que devido à presença dissimulada dos “provocadores” no seio da organização, era obrigado a tomar medidas de segurança internas que protegessem sua estrutura dos estragos causados pelos elementos infiltrados da polícia, atrapalhando ainda mais sua atividade de expansão numa sociedade na qual já agia clandestinamente.⁷

A suposta presença de infiltrados da polícia nas reuniões, assembléias, *meetings*, palestras, festivais, piqueniques, entre outros eventos promovidos pelos revolucionários era sempre considerada. Ao apresentar uma conferência de um tal Doutor Halembeck, promovida no Clube dos Artistas Modernos, o coordenador da mesa, Dr. Flávio de Carvalho, anunciou ante a disfarçada presença na assistência do reservado Guarany “Apresento-vos o homem que viveu durante 20 anos com os índios e que irá dizer coisas, que, se aqui estiver uma autoridade da Ordem Social, certamente irá parar na gaiola” (DEOPS, [196?], doc. 3).

Outros militantes partiam para a provocação direta ao inimigo invisível. Esse foi o caso do anarquista Pedro Catalo que em uma assembléia na FOSP, realizada em 13 de abril de 1933, em meio a sua oração carregada de fortes protestos contra a ordem social vigente, disse: “que tudo quanto acabara de afirmar era para mostrar que não tinha medo, pois sabia que dentro da reunião se encontravam laçaios da polícia, para, em relatórios e a troco de miseráveis ordenados, tudo comunicarem às autoridades policiais” (DEOPS, [196?], v. 3, doc. 152).

⁷ Sobre o assunto existem diversos documentos apreendidos pela polícia que hoje repousam nos prontuários apreendidos pelo DEOPS/SP. Como exemplo, podemos citar as circulares “Luta contra a espionagem e a provocação” de 25/03/36 e “A todos os organismo do partido na região”, ambos assinados pelo C. R. de São Paulo do PCB. Esses textos, que deveriam rodar por todas as instâncias da organização, das células aos comitês deliberativos, procuravam educar o militante de acordo com as normas de segurança contra a espionagem. As medidas reforçavam a noção de segredo que envolvia a militância partidária: ninguém “de fora” deveria ter conhecimento das atividades dos comunistas. Os membros deveriam evitar os “tagarelas” e elementos curiosos. Os militantes não deviam conhecer os endereços uns dos outros, assim como seus verdadeiros nomes. Todos os novatos deveriam ser muito bem estudados, assim como os companheiros de outras regiões e os egressos da prisão, que permaneciam na “geladeira” até que fosse reconhecido que ainda mereciam confiança. Enfatizava-se a importância de nunca marcar encontros no centro da cidade, em ruas movimentadas e nos locais onde havia pretexto para ficar parado. Entre essas normas estava a recomendação de jamais atrasar mais de cinco minutos num ponto de encontro, que só poderia reunir três companheiros. Variar as residências de reunião e não mais, como era hábito até meados da década de 30, avistar-se em cafés. As casas utilizadas deveriam organizar um esquema de vigilância para a entrada e saída dos participantes. Não parar na rua para falar com um companheiro sem ter motivo e não manter documentos. Os aparelhos do partido, como as gráficas, só deveriam ser conhecidos por um número restrito de ativistas. Existem cópias desses documentos no Prontuário DEOPS/SP no. 2.431, do PCB, v.8.

Comentando ainda a recente prisão de Hermínio Marcos, um dos principais militantes anarcossindicalistas de São Paulo, naquela época membro da direção da entidade, Pedro Catalo afirma sua posição frente às incertezas provocadas pelas atividades disfarçadas dos infiltrados:

(Sic) a canalhada policial pensa que nós, com isso, ficamos inativos, engana-se; pois é esse o papel dessa corja de crápulas: quem sabe se lá fora estão me esperando os cachorros da Ordem Social para que eu vá fazer companhia ao camarada Hermínio? Talvez esses miseráveis julguem que o Hermínio é principiante? Não...Hermínio é veterano e não se intimida com pouca coisa”. (DEOPS, [1931], v. 3)

A polícia, com certeza, sabia que o espanhol Hermínio Marcos Hernandez não era um principiante. O militante libertário era um dos campeões de citação nos relatórios reservados preparados pelos secretas atuantes na Federação Operária. Sua grande capacidade oratória, revelada na cópia de seus discursos inflamados, já havia despertado o interesse da delegacia em acompanhar seus passos.

A infiltração policial nos meios anarquistas da capital, no início dos anos 30, foi intensa. A história do anarquismo em São Paulo, no momento de sua decadência no movimento sindical, está muito bem documentada nos arquivos do DEOPS/SP. A estrutura organizacional dos libertários, menos rígida que a comunista, permitiu a infiltração com mais facilidade. Os anarquistas geralmente eram avessos à restrição ou controle das visitas nos locais de propagação de seu ideário. A maioria de suas atividades era realizada de portas abertas ao público. Os secretas acompanhavam a movimentação de todas as entidades ligadas ao ideal libertário. Informavam ao DEOPS seus principais militantes, os movimentos paredistas em preparação e também os festivais, conferências e palestras preparados pelos anarquistas. O contínuo cerceamento policial de suas organizações, acompanhado da prisão de seus principais líderes, determinou seu declínio. Como agravante, grande parte dos militantes da capital era composta de estrangeiros, na maioria italianos e espanhóis, sendo atingidos pela pena de expulsão determinada para os agitadores pela legislação brasileira. As expulsões, no contexto de uma Europa que caminhava a passos largos para os regimes fascistas, configuravam-se uma pena terrível para o expulsando, caso dos italianos, encaminhados diretamente para os cárceres de Mussolini.⁸

⁸ Entre 1935 e 1937 foram expulsos do território nacional, em processos movidos pelo DOPS/SP, 78 pessoas. Desse total, 38 eram espanhóis, 10 portugueses, 13 lituanos, 8 italianos, 3 poloneses, 2 franceses, 2 alemães, 2 romenos, 1 checoslovaco, 1 inglês e 1 paraguaio. - “Relação dos extremistas expulsos do território nacional pelo Exmo. Sr. Dr. Ministro da Justiça” - Prontuário DEOPS/SP no. 2, de Abílio Neves. (DEOPS, [196?])

No seio das organizações mantidas pelos comunistas a situação não era diferente. A infiltração policial no PCB e em outras organizações criadas pelos militantes brasileiros, tais como o Socorro Vermelho Internacional e a Juventude Comunista, era enorme. William Waack afirma que a fragilidade à infiltração caracterizava o PCB no cenário da III Internacional, o que levou o *Komintern* a tomar o partido brasileiro como um caso especial. Em Moscou, aulas de como evitar os “agentes provocadores” eram levadas a efeito exclusivamente para os ativistas nacionais que se encontravam na capital do comunismo mundial. Segundo Waack, o *Komintern* mandou a São Paulo, em 1934, um experiente militante argentino, Esteban “Grassi” Peano, para auxiliar no desenvolvimento de um padrão de segurança e eficiência para o funcionamento das estruturas internas do PCB. Logo ao chegar, “Grassi” percebeu que pisava em terreno perigoso:

Logo ao chegar achou estranho o padrão de vida do secretário da organização local, que era desempregado mas morava num apartamento grande, com empregada. Por uma sugestão de Peano, um truque primitivo foi empregado contra esse dirigente: um militante do interior ficou hospedado em sua casa e começou a reclamar do partido. Imediatamente o secretário da organização regional ofereceu-lhe dinheiro e uma carteirinha de polícia, para poder viajar de graça. De acordo com Peano, também o presidente do comitê de greves de construção civil estava ligado à polícia. (WAACK, 1993, p. 235)

Para tentar evitar a infiltração policial, os comunistas tomavam medidas extremas. Os militantes encarregados de reconstruir o Comitê Regional de São Paulo do PCB, destruído por uma grande investida policial em março de 1941, contrariando a noção de segredo que deveria envolver suas ações, determinaram a adoção de fichas cadastrais para os membros do partido. Nestas constariam o nome verdadeiro dos ativistas, assim como seus endereços oficiais. As lideranças ponderaram que a espionagem policial havia sido em grande parte responsável pela queda dos dois últimos C.R. paulistas (1937/8 e 1940/41). Tal medida não passou despercebida pela agência policial:

Não tivemos ainda conhecimento de que tenham organizado o C.R. na região de São Paulo. O maior obstáculo à sua reorganização tem origem na desconfiança que lavra em torno dos elementos de maior evidência de que no seio do Partido haja elementos da reação infiltrados. Chegaram os comunistas a esta conclusão à vista da extensão alcançada pela repressão de março, na qual foram detidos todos os elementos da direção, além da tipografia do partido.

Ainda, há poucos dias, como prova do que afirmamos, um dos nossos reservados recebeu uma ficha do partido para preenchê-la, constando do questionário a exigência da apresentação de nome e endereço legal, exigência contrária à técnica conspirativa da organização, e só aconselhável em ocasiões extraordinárias, a fim de se abster a infiltração. Foram ministradas instruções ao nosso reservado para que preenchesse o questionário, declarando seu nome e endereço legal, e prevenindo no sentido de não ser apanhado em ligação com o encarregado da seção”. (SÃO PAULO, [19?], v. 8)

Observando os documentos que repousam nos arquivos do DEOPS/SP percebemos que realmente havia infiltração desde as células até a cúpula da organização comunista. Há um relatório datado de 26 de setembro de 1937, avisando sobre um “elemento de destaque do PCB, que há quatro anos tem mantido a chefia de polícia a par de suas deliberações”. Pelo teor das informações passadas à agência de repressão – relato das decisões tomadas no bureau político do partido acerca do posicionamento a ser tomado nas eleições presidenciais de 1938 – percebemos que o colaborador em questão devia estar alocado na alta cúpula da organização, provavelmente na sua Comissão Central.

Entre os reservados que assumiam posições de responsabilidade no partido e nas organizações coordenadas pelos comunistas, podemos destacar Rubens de Almeida, ferroviário, membro da diretoria do Sindicato da São Paulo Railway que, de 1933 a 1935, forneceu informações sobre a movimentação comunista ao DEOPS/SP. Entre as missões importantes confiadas pelos dirigentes comunistas ao reservado podemos destacar uma viagem patrocinada pelo diretório paulista da Aliança Nacional Libertadora pelos núcleos do interior do Estado, como afirma num relatório à polícia:

Por proposta da ANL, percorri as cidades de Campinas, São Carlos, Dois Córregos, Bauru e Sorocaba, munido de duas credenciais (ANL e ferroviário da SPR), e de uma pasta contendo prospecto de fogões, no sentido de fiscalizar, aliás, inteirar-me da situação real, no sentido orgânico da ANL, sindicatos e órgãos auxiliares, tal a incumbência recebida e aceita”. (DEOPS, [196?], v. 5)

A viagem foi acertada em uma reunião com os dirigentes estaduais da ANL, comparecendo Hildeberto Queiroz, Caio Prado Jr. e E. Zambano. As instruções dadas ao suposto militante eram precisas: tornava-se necessário fazer uma descrição minuciosa das condições materiais da Aliança, assim como anotar a disposição dos militantes. Verificar os locais em que esses estavam organizados, se haviam montado “brigadas de choque” para eventuais ações contra a reação e os integralistas, entre outras caracterizações do organismo

no interior. Como afirmou ao reservado o dirigente máximo da seção paulista, Caio Prado Júnior: “o que nos interessa, é saber o que existe de concreto e positivo, particularmente no setor sindical, porque não queremos dar pulos no escuro”.

Ao reservado – e por conseqüência, à polícia – foi fornecido o nome de diversos militantes que serviriam de ligação deste com os núcleos do interior, assim como dinheiro para as despesas e a garantia que “em determinados trechos, a viagem ser-me-ia facilitada por automóveis aliancistas” (SÃO PAULO, [19-], v. 5, doc. 458). Dessa maneira, bancada com a receita da própria entidade, ao DEOPS/SP foi fornecido um organograma atualizado da ANL no interior do Estado de São Paulo, organograma decisivo para se efetuar diversas prisões de militantes e simpatizantes da organização poucos meses depois.

Como já afirmara Victor Serge “a polícia devia ver tudo, entender tudo, saber tudo, poder fazer tudo...A força e a perfeição dos seus mecanismos revelam-se tão temíveis que pode se dizer que encontra no fundo da alma humana, recursos inacessíveis” (SERGE, [19-], p. 51). O órgão responsável pela contenção política esquematizou uma estratégia de vigilância intermitente e dissimulada para auxiliar na demanda de controle social necessário à consolidação do projeto político das elites. A abertura de seus arquivos possibilitou que esse fato social se transformasse, hoje, em objeto da reflexão histórica e sociológica. Refutar essa oportunidade é negligenciar nossas responsabilidades com o dever de uma sociedade que necessita afirmar novos conceitos de cidadania e dignidade, não compatíveis com a noção de perseguição policial. Repensar a história de um período tão importante para a sociedade brasileira, à luz das informações e produção interna do órgão que tinha por incumbência pensar e exercer a vigilância e repressão às atividades políticas e sociais contrárias à ordem estabelecida, é revelar dentro da própria dinâmica da produção de legitimidade do poder, os mecanismos que, através do instrumental da arbitrariedade e da exclusão social de certos grupos, possibilitaram às elites dominantes a produção e legitimação de seu próprio poderio. Afinal, como já se indagou outrora o próprio Serge: “a repressão não faz especulações definitivas, a não ser com o medo. Mas será o medo suficiente para combater a necessidade, o espírito de justiça, a inteligência, a razão e o idealismo?” (SERGE, [19-], p. 57). Redefinir em nosso presente a amplitude desta questão é, desde já, vigiar para repudiar a repetição do passado em nosso futuro.

Referências

- ALVES, P. A **verdade sobre a repressão**. 1989. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- BENJAMIN, W. Crítica da violência, crítica do poder. In: **Documentos de cultura, documentos de barbárie**. São Paulo: Cultrix, [19?].
- DEOPS/SP. Prontuário 5717: informe reservado Jorge Amado. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial, [19-].
- DEOPS/SP. Prontuário 2431: o PC, estrutura orgânica, métodos e táticas. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial, [19-]. 8v. doc.612.
- DEOPS/SP. Prontuário 716: informe reservado Antonio Ghioffi. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial, [1931]. 2v. doc.18.
- DEOPS/SP. Prontuário 3477: comunicação interna. São Paulo: Arquivos do Estado; Imprensa Oficial, [1940]. 2v.
- DEOPS/SP. Prontuário 2431: informe reservada Mário de Souza. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial, [196?]. v.1, doc.131.
- DEOPS/SP. Prontuário Socorro Vermelho Internacional: cópia de um reservado, sem assinatura e data. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial, 1962.
- DIAS, E. **Um imigrante e a revolução: memórias de um militante operário em São Paulo 1934-1951**. São Paulo: Brasiliense, 1977.
- HILTON, S. **A suástica sobre o Brasil: história da espionagem alemã no Estado Novo (1939-1944)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- LENHARO, A. **A sacralização da política**. Campinas: Papirus, 1986.
- MINGUARDI, G. **Tiras, trutas e gansos: cotidiano e reforma na polícia civil**. São Paulo: Scritta, 1991.
- PESTANA, J. C. **Manual da organização policial do Estado de São Paulo**. São Paulo: Escola de Polícia, 1963.
- PINHEIRO, P. S. **Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil, 1922-1935**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- SERGE, V. **O quê todo revolucionário deve saber sobre a repressão**. São Paulo: Quilombo, [19-].
- SOUZA, A. E. de **Poder de polícia, polícia civil e práticas policiais na cidade de São Paulo**. 1998. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

O TRABALHADOR GRÁFICO, São Paulo, 21 fev. 1923.

WAACK, W. **Camaradas - Nos arquivos de Moscou**: a história secreta da revolução brasileira de 1935. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

ELEIÇÃO ARGENTINA: REFLEXOS DA CRISE DO MODELO NEOLIBERAL

Angelo Aparecido SASTRE¹

Resumo: A eleição de Nestor Carlos Kirchner (Partido Justicialista) para a Presidência da Argentina pode ser vista como a conclusão de um processo social contra o modelo neoliberal, iniciado em 1999 com a vitória de Fernando de la Rúa (União Cívica Radical). Esse processo, porém, não teve condições de prosseguir sem sofrer alguns traumas. Dessa forma, o panorama de empobrecimento da Argentina e o agravamento das condições de vida da população, que atingiu todas as classes sociais, figura o que Durkheim (2002) classificou como “estado mórbido”. Assim, a “consciência coletiva” acaba por resgatar a tradição ibérica, como observa Vianna (1997), traduzida na busca da identidade em um passado recente a ser utilizado para a construção de uma nova base social.

Palavras-Chave: Argentina; neoliberalismo; política internacional.

Abstract: The election of Nestor Carlos Kirchner (Justicialista Party) for Argentine Presidency can be seen as a conclusion of a social process against the neoliberal model. It began in 1999 with the victory of Fernando de la Rúa (Radical Civic Union). However, this process had no conditions to continue without undergo changes during its way. Of this form, the view of the impoverishment of Argentine and the aggravation of the conditions of life population that it reached all social classes appear what Durkheim (2002) classified as “Morbid State”. Like this collective awareness rescuing the Iberian tradition, observed for Vianna (1997), that translates in the search of identity in a recent past that will be used for the construction of a new social base.

Keywords: Argentina; neoliberalism; international policy.

¹ Mestrando do Programa de Pós-graduação em Sociologia – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – Universidade Estadual Paulista – Araraquara – SP.

Introdução

A eleição de Nestor Carlos Kirchner (Partido Justicialista), que tomou posse em maio de 2003, para a Presidência da Argentina pode ser vista como a conclusão de um processo social contra o modelo neoliberal, iniciado em 1999 com a vitória do então candidato Fernando de la Rúa (União Cívica Radical)².

Esse processo, porém, não teve condições de prosseguir sem sofrer alguns traumas. As ocorrências registradas no período entre a saída do presidente Carlos Saúl Menem (1989-1995 e 1995-1999), propulsor do modelo neoliberal contemporâneo, e a posse de Kirchner, atual presidente da Argentina, são os reflexos do que classificaremos como “apocalipse social”³.

Para identificar as características desse processo de “revelação” enfrentado pela sociedade argentina, utilizamos como pontos teóricos alguns conceitos de Émile Durkheim – no que se refere ao comportamento e às normas sociais – trabalhados juntamente com a visão de Luiz Werneck Vianna sobre a tradição ibérica e com os apontamentos de Reginaldo Moraes e Raúl Bernal-Meza a respeito do neoliberalismo, entre outras contribuições e referências teóricas.

Antecedentes e origem do modelo neoliberal na Argentina

Os processos políticos e econômicos que levaram a população argentina ao que chamamos de “apocalipse social” são frutos dos excessos cometidos pelo governo Menem, que apresentou uma clara orientação neoliberal, ou seja, implantou uma política de princípios monetaristas, promoveu a abertura irrestrita do mercado interno e a privatização das empresas públicas, tudo acompanhado por uma supervalorização da moeda local.⁴

A manutenção dessa política, cuja intenção era adequar o país aos interesses do mercado internacional, atingiu alguns dos objetivos propostos como o crescimento de IED (Investimento Estrangeiro Direto), que aumentou

² A vitória da chapa de Fernando de la Rúa e Carlos “Chacho” Álvarez, pela coligação “Alianza” (UCR-Frepaso), em 1999, representa a primeira derrota do peronismo, então no governo.

³ O termo apocalipse, que tem sua origem na palavra grega *apokálypsis*, significa “revelação”. Dessa forma, usamos o termo “apocalipse social” para representar o processo de conscientização da população argentina diante das condições de seu país no período após o governo Menem.

⁴ Durante o governo Menem foi criada a Lei da Convertibilidade, que estabeleceu a paridade entre o dólar norte-americano e o peso argentino. Essa legislação, que inicialmente teve como objetivo conter o processo inflacionário, foi suspensa no governo de Eduardo Duhalde (2001-2003).

139% entre 1990 e 2000⁵. Além disso, reduziu a inflação de cerca de 4.900% ao ano, registrada em 1989, para menos de 1% ao mês a partir de 1992, segundo os dados do Banco Central da Argentina. Por outro lado, a taxa de desemprego que, em 1989, era de 8,4% passou para 15,4% em 2000. A dívida pública, que representava 27,1% do PIB, cresceu 75% durante o período de paridade entre o peso e o dólar passando para 40,8% do PIB, segundo os dados do Ministério da Economia da Argentina.

Essa conjuntura provocou um período de recessão, agravado ainda mais pela ausência de recursos externos e pelo insucesso das medidas adotadas na área econômica, culminando em uma onda de protestos por todo o país.

O movimento iniciado com atos isolados, geralmente promovidos por grupos sindicais ou estudantis, passou a ser mais constante durante o governo De la Rúa, que enfrentou três greves gerais (com até 85% de adesão) em 11 meses de mandato. Em 10 anos de governo, Menem enfrentou oito greves gerais, porém, a primeira ocorreu após 40 meses de mandato.

O primeiro efeito da pressão popular pode ser notado em dezembro de 2001, quando ocorreram as renúncias de De la Rúa e, uma semana depois, de Adolfo Rodríguez Saá, eleito pelo Legislativo nacional para substituir o ex-presidente até o final do mandato em 2003. Com a segunda renúncia, o cargo é ocupado por Eduardo Duhalde, também indicado pelo Legislativo nacional.

É importante observar que a mobilização social que provocou essa mudança no cenário político da Argentina teve origem no “sentimento” da população, abandonada diante dos efeitos da crise sócioeconômica, e não em pleitos partidários ou campanhas de cunho político promovidas por agentes do Executivo ou Legislativo.

Dessa forma, o panorama de empobrecimento da Argentina e o agravamento das condições de vida da população, em todas as classes sociais, figura o que Durkheim (2002) classificou como “estado mórbido”. Seguindo esse conceito, é possível observar que os excessos e a política econômica implementada durante a década de 90 fez a população argentina perder a sua coesão social⁶.

⁵ Percentual calculado com base na tabela de distribuição de IED da UNCTAD – *World Investment Report* (LINS, 2002).

⁶ A teoria de Durkheim (2002) possui uma visão holística da sociedade, o que exige um processo de convivência harmônica entre seus membros e segmentos para atingir a sua evolução natural.

Assim, para compreendermos melhor a representação do termo “apocalipse social”, é necessário observarmos a formação cultural da política argentina, principalmente porque muitos analistas defendem a tese de que a crise no país teve como alicerce um comportamento social ativo, que acabou sustentando as diretrizes dos programas econômicos. Por essa perspectiva podemos observar que a conjuntura sócioeconômica é um reflexo do consciente coletivo, conforme é observado por Durkheim (2002). O autor afirma que os problemas sociais são de natureza moral, já que a sociedade imporia ao indivíduo as normas de conduta social.

Observando a realidade da população argentina, a partir do pensamento de Durkheim (2002), nos encontramos frente a um paradigma histórico-social que possui suas raízes na herança ibérica dos colonizadores e nos períodos áureos da economia argentina, como no período do modelo agroexportador (1860-1916) e no período de industrialização substitutiva de importação (1935-1939).

Depois de haver alcançado a estabilidade política interna e assentado as bases político-constitucionais (1853-1860), a Argentina começou um processo de desenvolvimento interno acelerado, com um fortalecimento das instituições, a profunda ampliação da educação primária e técnica, da urbanização, dos serviços de saúde pública, da infra-estrutura (portuária e ferroviária), correios, telégrafos, imprensa, atividades artísticas-culturais e de um modelo econômico ‘exo-orientado’ que levaria a uma inserção internacional especializada, sob a hegemonia britânica, denominado como modelo **agroexportador**. O país, entre 1860 e 1916, conheceu um importante grau de crescimento e desenvolvimento, sem comparação com o resto dos países latinoamericanos, em particular, com seus vizinhos. [...] Mais tarde, por meio do modelo de industrialização substitutiva de importações, que teve como base a indústria têxtil, cresceu a uma taxa de média 11% ao ano durante a década de 30. Entre 1935 e 1939, houve um incremento substancial dos estabelecimentos fabris, que passaram de 40.600 a 53.866, chegando a ocupar mais de 600 mil trabalhadores. Sua primeira fase de esgotamento se refletiu nos conflitos sociais e políticos que declinaram no peronismo [...] (BERNAL-MEZA, 2001, p. 12, grifo do autor e tradução nossa).

Durante o período de aparente ascensão da economia neoliberal, ocorrida durante a gestão Menem, a população desfrutava a sensação de poder econômico, respaldada por uma moeda supervalorizada e pelo aumento do consumo. Isso foi possível devido à política de privatizações, mantendo reservas suficientes para custear a paridade do peso argentino com o dólar norte-americano.

Os efeitos negativos desse fenômeno, como o *déficit* comercial e a redução das reservas financeiras, em um primeiro momento, passaram despercebidos pela população que era estimulada pelas facilidades do consumo, geralmente centrado na compra de produtos importados e em viagens ao exterior.

O que pode parecer uma contradição é facilmente explicado por meio de um recorte histórico na trajetória do país, que no início do século passado era responsável por 3% do montante negociado no mercado mundial. Nesse período, as exportações argentinas representavam o equivalente, atualmente, ao volume exportado pela Coréia do Sul e pela Itália, juntas.

Essa “cultura de grande nação” – recuperada e disseminada pelo governo Menem e reforçada pelas riquezas naturais, principalmente, o petróleo, o gás e a agricultura – criou na população o mito de que o país tinha conquistado uma posição de destaque e de reconhecimento no grupo das nações desenvolvidas. Esse pensamento ganhou mais força com o apoio do FMI (Fundo Monetário Internacional), que apontou a política econômica argentina como um modelo a ser seguido por outros países que haviam enfrentado um período de hiperinflação e recessão econômica.⁷

Devido aos excessos cometidos durante o processo de abertura do mercado, a doutrina neoliberal começou a demonstrar suas falhas, primeiramente no impacto na balança comercial que passou de um resultado positivo de US\$ 841 milhões, em 1995, para um *déficit* de US\$ 2,175 bilhões, em 1999⁷.

O primeiro reflexo desse impacto pode ser observado na taxa de desemprego. Segundo dados do Ministério da Economia, o índice, que era de 6,9%, em 1991, quando foi implantada a paridade peso-dólar, atingiu 15,4%, em maio de 2000, cinco meses após o final do segundo mandato de Menem.

Ao sentir os efeitos negativos, como o empobrecimento da população e a recessão econômica, iniciou-se um processo de movimentação social resultando no “apocalipse social” e originando uma onda de protestos por todo o país.

Essa “consciência coletiva”, descrita por Durkheim (2002), acaba por resgatar a tradição ibérica, observada mais recentemente por Vianna (1997), em *A Revolução Passiva*. Segundo o autor, essa transformação se traduz na busca de identidade em um passado recente a ser utilizado para a construção de uma nova base social.

⁷ Na linguagem comercial corrente, balança comercial é o saldo resultante da dedução do volume de mercadorias importadas diante do volume exportado pelo país.

Sob a ordenação corporativa, a Ibéria pode se abrir ao moderno sem se subverter, larga operação transformística em que o passado regula a identidade dos seres modernos emergentes, e em que o processo de modernização, sob o controle social e político das forças de tradição, bloqueia a afirmação do moderno e da modernidade. No Estado corporativo realiza-se o momento do encontro entre a obra dos ‘pais fundadores’, que nos garantiram a ordem e a unidade nacional, com a dos seus descendentes contemporâneos, que superam o crônico estado de indissociação social e maximizam o poder nacional sobre uma ampla base consensual. O **interesse**, este valor intrinsecamente antiibérico, confido fora do âmbito da política e abafado pela norma jurídica e pelo envolvimento dos sindicatos na malha estatal, ao invés de instituir o moderno, consagra em novas bases a velha matriz organicista. (VIANNA, 1997, p. 161, grifo do autor).

Com base nos conceitos de Vianna (1997), atribuímos a vitória de Fernando de la Rúa, em outubro de 1999, ao começo do processo contra o modelo neoliberal. Podemos observar ainda que a busca da obra dos “pais fundadores” teve início não com o candidato central, mas com seu vice, Carlos “Chacho” Álvarez, que tinha como base de apoio político e social a classe trabalhadora, por meio da Frepaso (Frente País Solidário), composta por uma ala dissidente do peronismo unida à Unidade Socialista.

Essa estrutura serviu de base para a eleição de De la Rúa, mas começou a demonstrar a sua fragilidade nos primeiros meses de seu governo, que enfrentava os mesmos problemas – déficit fiscal e vencimento de títulos internos e externos – de seu antecessor.

Diante dessa falta de agilidade política surgem os primeiros focos de protesto, até então concentrados em alguns grupos, o que pressiona o governo a adotar medidas pragmáticas, que incorporam a essência do governo anterior. Segundo Bernal-Meza (2001, p.39), essa atitude gera uma sensação de “alienação cultural”, provocada por um processo classificado pelo autor como “a visão fundamentalista e ideológica da globalização”.⁸

A visão **fundamentalista e ideológica** da globalização produziu um processo de alienação cultural no qual as alternativas de pensamento econômico e de política pública se reduziram ao chamado ‘pensamento único’, expressão que a sociedade política denominou como de ‘políticas amistosas feitas para os mercados’. Outros enfoques

⁸ Em *La Mundialización. Orígenes y fundamentos de la Nueva organización capitalista mundial* (BERNAL-MEZA, 1996) o autor afirma que é uma utopia acreditar que por meio da globalização será possível alcançar o domínio do mercado auto-regulado e que essa visão tem como finalidade transformar o processo de globalização em um fenômeno distinto do capitalismo histórico.

atuais, alternativos, sobre o desenvolvimento do capitalista ocidental, que dariam a atenção necessária à articulação entre o mercado e a solidariedade social também não encontraram espaço na nova administração. O cenário herdado por De la Rúa e a pequena visão de suas políticas de novos ajustes sucessivos, três em um ano, terminaram por levar o país à situação atual. (BERNAL-MEZA, 2001, p. 39, grifo do autor e tradução nossa).

Essa conjuntura, associada aos conflitos ideológicos dos partidos que originaram a “*Alianza*”, provocou uma série de conflitos internos entre os membros do governo e sua base de apoio, culminando na renúncia do vice-presidente Carlos “Chacho” Álvarez, em outubro de 2000. A medida representou o rompimento formal da “*Alianza*”, que segundo a Frepaso, não estaria aplicando as políticas prometidas para a sociedade durante a campanha eleitoral.

O simbolismo do ato de renúncia de Álvarez, que representava a parcela trabalhadora na chapa de De la Rúa, provocou mais danos ao governo que a renúncia efetivamente. Debilitado politicamente, o presidente voltou a enfrentar problemas estruturais e de liderança no início de 2001, quando ocorreram mudanças sucessivas no Ministério da Fazenda.

Por causa das constantes medidas ortodoxas, adotadas pelos ministros José Luis Machinea e Ricardo López Murphy, o presidente De la Rúa voltou a enfrentar protestos e na tentativa de garantir uma sobrevivência ao seu governo, articulou o retorno do ministro Domingo Cavallo, responsável pela criação do Plano de Convertibilidade, que oficializou a paridade peso-dólar.⁹

Mais do que uma articulação política, o retorno de Cavallo representou um novo passo em busca das referências iberistas, observadas em Vianna (1997), para a construção de uma nova base. Para uma parte da população, inclusive para os analistas políticos, o novo ministro seria o único capaz de resolver a situação econômica, já que a crise tinha sido provocada pelos efeitos do plano instituído pelo próprio Cavallo durante o governo do presidente Menem.

Dessa forma, o retorno do ministro da Fazenda significava um indicativo de que o país iria superar a crise socioeconômica para retomar a sua trajetória

⁹ Ao retornar ao governo, Cavallo recebeu o *status* de super-ministro e chegou a ser considerado por alguns setores da sociedade como o “salvador da pátria”. Já De la Rúa acreditava que com Cavallo seria possível recuperar a sua governabilidade, principalmente porque o novo ministro possuía boas relações com o mercado internacional e com o FMI.

de crescimento. O resultado, porém, foram poucas alterações na política econômica.

Mesmo contando com poderes especiais, cedidos pelo Congresso, e tendo o apoio de entidades como o FMI e Banco Mundial e de países credores como os Estados Unidos, Canadá e Espanha, principal país investidor na Argentina, a recessão gerada pelo aumento do desemprego, o reajuste das tarifas públicas e a supervalorização da moeda, entre outros fatores, provocaram a saída do ministro e a troca de dois presidentes no período inferior a um mês¹⁰.

O “ressentimento” argentino

Os protestos que motivaram as substituições no comando da nação foram provocados por um sentimento de abandono, principalmente por parte dos membros que haviam se disposto a substituir, ou pelo menos resgatar, a tradição dos “pais fundadores” visando à reconstrução da nação e à garantia da ordem e da unidade nacional, como observado por Vianna (1997).

Esse cenário fica mais claro ao verificarmos a distorção dos conceitos de igualdade e de justiça social, que acabam seguindo parâmetros individualistas e que geram o que foi definido por Héctor Ricardo Leis como a “teoria do ressentimento”.

De forma direta ou indireta, por esse caminho se acaba legitimando em teoria o ressentimento que opera na prática quando os indivíduos e os atores que se sentem insatisfeitos por alguma coisa, em vez de olhar primeiro para sua própria responsabilidade, são levados imediatamente a pensar e sentir que sofreram uma ação produzida por indivíduos e atores ‘maus’. (LEIS, 2002, p. 36)

A responsabilidade, sugerida por Leis, refere-se à cumplicidade da população que apoiou e manteve no poder um sistema frágil e ilusório enquanto desfrutava dos prazeres efêmeros do processo. No entanto, ao sentir as chagas da irresponsabilidade pública, essa mesma população condenou seus governantes e todo o processo histórico, passando por vítima da situação criada pela sociedade.

¹⁰ Em dezembro de 2001, De la Rúa renunciou ao cargo após uma onda de protesto em Buenos Aires contra a política econômica. O substituto Adolfo Rodríguez Saá também renunciou e foi substituído por Eduardo Duhalde, candidato derrotado nas eleições de 1999, mas que acabou sendo eleito pelo Congresso.

Por outro lado, não é possível condenar esse pensamento social, já que a população foi conduzida por meio de um discurso de modernização do Estado, sempre atrelado ao propósito de inclusão no mundo globalizado. Este sim, foi imposto por meio das diretrizes da política neoliberal que prometia combater a desigualdade entre as nações, um discurso de cunho ideológico articulado pelo capital internacional.

Retomando o que Bernal-Meza (2001, p. 39) chamou de “pensamento único”, podemos observar, sob o argumento da modernização da nação e de sua inserção no mundo globalizado, que as diretrizes econômicas da Argentina seguiram normas ortodoxas predefinidas por instituições internacionais que determinaram a cartilha da política neoliberal, dentre elas o FMI.

Esse conceito fica mais claro com a análise de Lechner (1990) ao discutir a compatibilidade entre a modernidade e a modernização, apontando as incoerências e a perversidade do processo implantado pela política neoliberal.

Tendo como base os conceitos do autor, notamos que a dualidade modernidade-modernização é tão ambígua quanto perversa do ponto de vista social, já que possibilita a persuasão da “consciência coletiva”.¹¹

Dessa forma, as políticas instituídas pelos governantes seguiram a lógica de que o fim justificaria o meio, ou seja, a inserção do país no mundo globalizado teria um custo social aceitável. “À medida que se considera a integração transnacional uma necessidade legítima, a marginalização decorrente aparece como mal menor, indesejado, porém aceito.” (LECHNER, 1990, p. 75).

Partindo desse princípio, voltamos a perceber que a crise argentina possui, então, um envolvimento cultural de seu povo; por isso podemos afirmar que todo o processo conta com uma cumplicidade – direta ou indireta – da sociedade.

Essa afirmação ganha força ao notarmos que todos os meios utilizados no processo de inserção no mundo globalizado – principalmente o Plano de Convertibilidade e a onda de privatizações – apontados como as causas dos problemas atuais não contaram com uma resistência significativa, já que representavam, em um primeiro momento, uma conquista benéfica para a população.

¹¹ DURKHEIM (2002) atribui ao conceito de “consciência coletiva” o fato dos membros de uma mesma sociedade apresentarem crenças e sentimentos semelhantes tornando os indivíduos semelhantes.

A alta valoração da modernização é notória, mesmo por parte de governos tão diversos como o de Alfonsín e de Pinochet; a modernização torna-se o símbolo de bem-estar material. A novidade na América Latina reside no fato de que agora a modernização é identificada com a integração transnacional, associando-se o desenvolvimento nacional à economia mundial. Não só a denúncia do imperialismo arrefeceu fora da América Central como a proposta de um Estado nacional-popular desvinculado do capitalismo mundial e de suas relações de dominação se chocaria com a opinião pública prevalecente. Conseqüentemente, reiterando a premissa inicial, não podemos renunciar à modernização por razões econômicas, nem tampouco por motivos culturais. Em segundo lugar, o valor atribuído à modernização altera o caráter da marginalização dela decorrente. A exclusão de parte importante da população não é aceita em termos políticos institucionais, mas como um fenômeno social. Esta legitimidade factual depende a) de que não exista uma barreira oficial entre integrados e marginalizados (*apartheid*) e b) da promessa de recompensa, ou seja, de uma imagem de futuro. (LECHNER, 1990, p. 80-1)

Assim, a busca de identidade teria inicialmente encontrado respaldo na política proposta pela “*Alianza*” de De la Rúa e Álvarez e, posteriormente, pelo retorno do ministro Cavallo, mas acabou demonstrando ser confusa e incoerente por não apresentar os indicativos de que o bem-estar desejado pelo processo seria readquirido. Esse transtorno acabou por criar um indício de instabilidade social, já que a coesão do Estado foi deixada em segundo plano. Assim, a busca dos ideais ibéricos demonstra ter sido suplantada pela política neoliberal.

Diante disso, o conflito social e ideológico envolvendo a crise argentina demonstra ser tão perverso e ambíguo quanto o conceito da dualidade modernização-modernidade observados por Lechner.

Se o conflito social é visto como enfrentamento entre o Bem e o Mal, não existe compromisso possível e somente a exterminação do herege permite restabelecer a boa ordem. O medo da guerra civil provoca, por outro lado, a exaltação do consenso. Por consenso não se entende um acordo entre interesses particulares, mas a fusão social: o desejo sublime de dissolver-se no todo. Sua figura emblemática é a nação, unidade natural (a quem se pertence predeterminadamente) e abstrata (precindindo de diferenças particularidades). Pois bem, esta idéia de comunidade nacional impede tanto a representação de interesses particulares quanto a confrontação de alternativas. Em resumo, não permite a concepção criativa do conflito e evidentemente condiciona uma imagem de democracia. (LECHNER, 1990, p. 84)

Referência histórica

Na tentativa de converter esse quadro, após um período de instabilidade política que contou com a substituição de dois presidentes em menos de um mês, a população argentina buscou inspirações em processos anteriores para criar uma nova realidade. No entanto, o preceito básico dessa busca acabou sendo o de referências contrárias ao posicionamento político considerado o causador de todos os males sociais.

Dessa forma, não caberia ao novo referencial uma postura de oposição pura e simples. Em seu processo de mudança, a população buscava uma força que representasse a antítese do modelo neoliberal, que tem como prioridade “uma política antiinflacionária monetarista (do a quem doer) – reformas orientadas para e pelo mercado” (MORAES, 2001, p. 28-9).

Por meio de um breve resgate histórico é possível observar a orientação e a conjuntura em que foi fortalecida a doutrina neoliberal, principalmente na América Latina, onde essa política foi imposta pelo Banco Mundial e pelo FMI como condição para renegociar as dívidas dos países dessa região.

A mundialização financeira, já absolutamente firmada no final dos anos 70, determinaria as chacoalhadas neoliberais dos anos 80. A generalização dos mercados financeiros, a nova ‘ordem espontânea’, subtrai dos governos nacionais grande parte de seu poder, como a liberdade de cunhar moeda e criar dívida pública. Decreta-se, com festa e regozijo, o ‘fim da ilusão monetária’ e dos projetos de desenvolvimento nacional. Os grandes credores e detentores de liquidez – têm agora instrumentos para castigar países ‘abusados’ e irresponsáveis, aqueles cujos dirigentes ‘não fizeram a lição de casa’. A nova integração internacional das finanças, recosturada, revigora o poder de pressão dos financistas sobre as políticas nacionais deliberadamente deficitárias, fundadas na capacidade de emitir ‘moedas políticas’, moedas sem lastro, visando garantir metas sociais e políticas como pleno emprego e desenvolvimento nacional e reorientar as economias. [...] Reparemos bem nisso: a ideologia neoliberal prega o desmantelamento das regulações produzidas pelos Estados nacionais, mas acaba transferindo muitas dessas regulações (produção de normas, regras e leis) para uma esfera maior: as organizações multilaterais como o G-7, a OMC, o Banco Mundial, o FMI, dominadas pelos governos e banqueiros dos países capitalistas centrais. Durante os séculos 19 e 20, os movimentos trabalhistas haviam lutado para conquistar o voto, o direito de organização e, assim, influir sobre a elaboração de políticas, definição de leis e normas. Agora que conquistaram esse voto, o espaço em que ele se exerce é esvaziado em proveito de um espaço maior, mundializado, onde eles não votam nem opinam. (MORAES, 2001, p. 37;39).

Diante desse panorama, torna-se bastante clara a busca por uma ideologia política com condições de unir as características exigidas pelo anseio social e contar com o apelo popular, como o peronismo clássico, e não de uma orientação meramente oposicionista ou de caráter de esquerda.

Essa referência é tão evidente que durante o primeiro turno da eleição presidencial deste ano, a candidata Elisa Carrió (Alternativa para uma República de Iguais), que apresentava a maior tendência de esquerda entre os cinco candidatos favoritos e contava com um programa de governo baseado nas reformas sociais (geração de empregos por meio de obras públicas, incentivo à pequena e média empresa, criação de bolsas auxílio para estudantes e idosos, entre outras propostas), foi a candidata com menor índice de votação (14,05%), perdendo inclusive para o ultraliberal Ricardo Hipólito López Murphy (Movimento Federal Recrear), que obteve 16,37% dos votos no primeiro turno, segundo o resultado oficial do primeiro turno das eleições divulgado pela Cámara Electoral Nacional.

Desconsiderando momentaneamente o forte apelo populista do movimento, é inegável que essa referência ao peronismo faz jus à política adotada por seu fundador, o general Juan Domingo Perón, que em sua trajetória sempre procurou ter laços sociais com os movimentos operários da Argentina para sustentar o seu ideal nacionalista. Tanto que em 1945, após ser destituído de seus cargos – vice-presidente, ministro da Guerra e secretário do Trabalho e Previdência – no governo do general Edelmiro Julián Farrell (1944-1946) e de sua prisão na ilha de Martín García, Perón ressurgiu como a principal força política da Argentina.

Do lado peronista, o primeiro resultado da campanha surge já em outubro de 45 com a criação do Partido Laborista. Fundado com a presença de mais de 200 dirigentes sindicais – quase todos da corrente sindicalista –, seu programa estabelecia como inimigos ‘a minoria constituída por latifundiários, industriais, fazendeiros, comerciantes, banqueiros, homens que vivem de rendas e todas as variedades do grande capitalismo nacional ou estrangeiro’. Frente a eles colocar-se-ia a classe trabalhadora ‘formada por operários, empregados e camponeses, juntamente com profissionais, artistas e intelectuais, assim como pequenos comerciantes, industriais e agricultores’. (BIRIED, 1984, p. 65)

Essa relação entre política anticoliberal e peronismo fica mais evidente ao retomarmos a sua representação no contexto histórico da Argentina. Mesmo

tendo origens em um movimento militar e ditatorial, Perón obteve êxito ao implantar uma alternativa ao modelo liberal vigente no país.

As mudanças proporcionadas pelo regime, segundo Leis, representaram, por um período, a possibilidade de ascensão social das massas.

O regime peronista pode ser considerado a experiência mais bem-sucedida na América Latina de substituição de uma mentalidade de orientação liberal meritocrática por outra populista de fundo igualitarista. Nos anos 1940 não houve na Argentina apenas mais uma mudança de regime político ou a chegada ao poder de mais um ditador: aproveitando-se dos enormes recursos econômicos e financeiros disponíveis ao Estado, o peronismo conseguiu pagar a festa do ascenso social das massas, aumentando exponencialmente seus desejos e transformando-os em direitos ou obrigações do Estado. (LEIS, 2002, p. 42)

A possibilidade de transformação da sociedade em crise em uma sociedade de ascensão social, por meio das referências históricas da sociedade, é que levou ao ponto culminante dessa busca da população, retratado pelo pleito eleitoral deste ano. Tanto é que no primeiro turno, o Partido Justicialista ou “peronista”, como é conhecido, com os seus três candidatos a presidente – Menem, Kirchner e Adolfo Rodríguez Saá – recebeu 60,8% dos votos válidos, segundo o resultado do primeiro turno divulgado pela Cámara Electoral Nacional.

Esse mesmo partido acabou protagonizando um resultado preliminar inusitado no primeiro turno do processo eleitoral, quando a população definiu que o segundo turno seria disputado por Menem e Kirchner, dois candidatos do PJ, porém, que apresentaram propostas antagônicas durante a campanha e em seus planos de governo.

Crise de identidade

A vitória dos então candidatos Kirchner e Menem no primeiro turno das eleições representou uma vitória da ideologia peronista e não dos candidatos propriamente ditos. Isso pode ser facilmente constatado ao observarmos que apesar de pertencerem ao mesmo partido, os dois apresentaram idéias e perfis antagônicos suplantados pelo forte apelo da ideologia peronista.

Dessa forma, a escolha popular demonstrou ser um dos reflexos da crise provocada pelo modelo neoliberal implantado no país. No entanto, a escolha do modelo oposto permaneceu concentrada somente na experiência positiva do peronismo ou no que fosse possível chegar mais próximo. Essa confusão ideológica deflagrou uma crise de identidade, ainda mais evidente quando observamos o histórico de cada candidato.

Assim, a disputa dos candidatos poderia ser transferida para suas propostas como “monetarista” e “desenvolvimentista”, demonstrando que a população Argentina, ainda sob os efeitos de uma longa e grave crise social, política e econômica, buscava uma solução em modelos experimentados anteriormente e que, de acordo com a avaliação por meio do conceito pessoal e da posição na classe social, demonstraram um resultado satisfatório.¹²

Se por um lado Menem manteve o cerne populista da política peronista em sua trajetória como presidente da Argentina, ele representou o político ortodoxo, liberalista e pragmático, o que agradava a parte da classe média. Mesmo estando envolvido em denúncias de corrupção e tráfico de armas, o ex-presidente obteve a maior votação no primeiro turno com 24,45%, segundo os dados divulgados pela *Cámara Electoral Nacional*.

Já Nestor Carlos Kirchner, que não contava com nenhuma popularidade nacional até as eleições presidenciais, foi governador da Província de Santa Cruz, região rica da Patagônia, mas sem expressividade política.

Mesmo assim, sua candidatura representava o conservadorismo e a continuidade do governo de Eduardo Duhalde, seu padrinho político. Em sua plataforma de governo, Kirchner – que possui influência de centro-esquerda, herdada do seu período de iniciação na Juventude Peronista – prometeu uma retomada do crescimento por meio da proteção e de incentivos à indústria nacional, principalmente, de pequeno e médio porte.

Essa preocupação com a retomada do crescimento nacional, por meio do desenvolvimento, foi um dos pilares que garantiram a Kirchner o segundo maior volume de votos no primeiro turno (22,24%), segundo os dados divulgados pela *Cámara Electoral Nacional*.

No entanto, a conclusão do processo de resgate iberista contra o modelo neoliberal também pode ser verificada pelo alto índice de rejeição do ex-

¹² O comentário faz referência à política desenvolvimentista adotada por Juan Domingo Perón e a de abertura econômica inserido por Carlos Saúl Menem, aceitas por diferentes camadas sociais.

presidente Menem. A pesquisa de opinião publicada pelos jornais *La Nación* e *Página 12* sete dias antes do segundo turno indicava que na mais otimista das possibilidades Menem teria 31,6% dos votos contra 68,4% de Kirchner. Já as pesquisas publicadas pelo jornal *Clarín*, no mesmo dia apontavam que Menem teria entre 22,1% e 25,3% dos votos, ao passo que Kirchner obteria entre 58,7% e 62,1%.

Esse quadro desfavorável pode ser visto como um indicativo do desejo popular de renegar o poder que simbolizaria o retorno do modelo neoliberal; porém, o resultado não pode ser considerado como uma aclamação da política proposta pelo candidato eleito.

O conflito em torno da eleição, iniciado com o resgate de um modelo considerado ideal pela sociedade e cuja referência é a política nacionalista e desenvolvimentista do peronismo, foi solucionado com base no conceito do mal menor. Isso significa que a sociedade optou por buscar uma velha concepção ideológica em uma nova base de sustentação, que poderá ou não se concretizar, a reviver experiências viciadas sob uma nova roupagem.

Esse “sentimento” acaba, inclusive, refletindo-se nos meios de comunicação que anteciparem a possibilidade do então candidato Menem renunciar antes da realização do segundo turno, como foi relatado por Verbitsky (2003) no jornal *Página 12*, em 11 de maio deste ano, sete dias antes da realização do segundo turno das eleições.

Todas as pesquisas eleitorais parecem indicar que o próximo domingo encerrará um ciclo político de quinze anos, iniciado quando Carlos Menem arrebatou a candidatura presidencial justicialista do então governador de Buenos Aires, Antonio Cafiero. O que não é tão certo é que isso coincida com a finalização do ciclo de empobrecimento e desigualdade que começou com a ditadura militar e continuou com diversos matizes ao longo de quase três décadas. [...] Com a candidatura de Menem, a teoria do mal menor recupera o seu cetro. O riojano se debate sem saber como sair dessa armadilha e queima os seus últimos cartuchos. Mediante uma exacerbação verbal crescente invoca os piores fantasmas, desde o caos e insegurança até o colapso institucional. [...] Menem sabe que um resultado, como o que se indica, liquidaria de forma definitiva o seu reduzido futuro político. (VERBITSKY, 2003, tradução nossa)

A vitória de Kirchner encerra o ciclo neoliberal iniciado no primeiro mandato de Carlos Menem, e atinge o objetivo da “consciência coletiva” de recuperar a ordem e a unidade nacional dos “pais fundadores”, ao mesmo

tempo que cumpre a função de combater a sensação de abandono provocada pelos grupos antecessores.

No entanto, o paradoxo deixado pela experiência do processo eleitoral como desafio ao novo governo é reconstruir a ideologia da “terceira via”, proposta por Perón, em um cenário de globalização no qual a inserção do país possui um alto custo social ou ainda correr o risco de ser suprimido pelo mesmo “sentimento” que resgatou os ideais do peronismo e concluiu o ciclo neoliberal.

Referências

- BEIRER, J. L. B. **Movimento operário argentino: das origens do peronismo (1890-1945)**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- BERNAL-MEZA, R. La mundialización: orígenes y fundamentos de la nueva organización capitalista mundial. **Realidad Económica**, Buenos Aires, n.150, p.33-52, 1997. ou 1996, como consta no texto?
- BERNAL-MEZA, R. Argentina: la crisis del desarrollo y de su inserción internacional. **Europa-América Latina, Análises e Informações**, São Paulo, n.1, maio, 2001.
- DURKHEIM, E. Sociologia. In: RODRIGUES, J. A (Org.). **Émile Durkheim: sociologia**. 9.ed. São Paulo: Ática, 2002.
- LECHNER, N. A modernidade e a modernização são compatíveis? o desafio da democracia latino-americana. **Lua Nova**, São Paulo, n.21, p.73-80, 1990.
- LEIS, H. R. Sobre o ressentimento (e os argentinos). **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n.64, p.33-45, 2002.
- LINS, M. A. del T. Crises financeiras na América Latina: até quando estes fantasmas vão assombrar? **Europa-América Latina, Análises e Informações**, São Paulo, n.8, nov. 2002.
- MORAES, R. **Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai?** São Paulo: Ed. SENAC, 2001.
- VERBITSKY, H. Fin de ciclo. **El País**, Buenos Aires, 11 maio 2003. Página 12, p.12. Disponível em: <http://www.pagina12.com.ar>. Acesso em: 23 jun. 2003.
- VIANNA, I. W. Americanistas e Iberistas: a polêmica de Oliveira Vianna com Tavares Bastos. In: _____. **A revolução passiva**. Rio de Janeiro: Revan, 1997. p.125-72.

ÍNDICE DE ASSUNTOS / *SUBJECT INDEX*

- Agricultura familiar, p. 65
Argentina, p. 139
Campo, p. 83
Cidade, p. 83
Coesão social, p. 47
Construtivismo, p. 9
Contigüidade rural-urbana, p. 83
Dicotomias clássicas, p. 9
Estado e sociedade civil, p. 17
Estratégias, p. 65
Glossolalia, p. 101
Individualização, p. 17
Industrialização, p. 47
Mediações simbólicas, p. 101
Modernidade, p. 33
Movimento operário, p. 119
Neoliberalismo, p. 139
Ocidente, p. 33
Octávio Ianni, p. 17
Pensamento político, p. 17
Pluriatividade, p. 65
Política internacional, p. 139
Populismo, p. 17
Relações raciais, p. 17
 Relações sociais, p. 47
Secularização, p. 33
Serviço Secreto do DEOPS/SP, p. 119
Sociologia contemporânea, p. 9
Teoria e pesquisa, p. 9
Trajeto antropológico, p. 101
Anthropological traject, p. 101
Argentina, p. 139
City, p. 84
Classic dichotomy, p. 9
Constructivism, p. 9
Contemporary sociology, p. 9
Countryside, p. 84
Family agriculture, p. 65
Glossolalia, p. 101
Individual action, p. 48
Industrialization, p. 17
International policy, p. 139
Labor movement, p. 120
Modernity, p. 34
Neoliberalism, p. 139
Octávio Ianni, p. 17
Pluriactivity, p. 65
Politic thought, p. 17
Populism, p. 17
Proximity rural-urban, p. 84
Relations races, p. 17
Secret Service of DEOPS/SP, p. 120
Secularization, p. 34
Simbolical mediations, p. 101
Social cohesion, p. 48
 Social relationships, p. 48
State and civil society, p. 17
Strategy, p. 65
Theory and research, p. 9
Wester world, p. 34

REVISTA CADERNOS DE CAMPO

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ARTIGOS E RESENHAS

A Revista Cadernos de Campo é publicação acadêmica dos/as alunos/as do Curso de Pós Graduação em Sociologia da FCL/UNESP. Tem por finalidade divulgar pesquisas em andamento, artigos de revisão bibliográfica, resenhas de discentes de Programas de Pós – Graduação em Ciências Sociais, desde que abordem temas relevantes para o debate contemporâneo e contemplem os seguintes eixos temáticos: **Estado Desenvolvimento e Políticas Públicas; Classes e Movimentos Sociais; Gênero Saúde e Família; Agricultura, Industrialização e Urbanização.**

Informações Gerais:

Interessados/as em publicar na Revista Cadernos de Campo devem enviar seus trabalhos em português (preferencialmente), ou em espanhol desde que ajustadas as normas da ABNT/2002 (síntese abaixo discriminada):

Formato Geral:

Recomenda-se que os artigos devem ter entre 15 e no máximo 20 páginas, incluindo o resumo, abstract ou résumé e a bibliografia.

O formato obrigatório é de uma coluna

O papel deve ser A4 (21 x 29,7)

As margens devem ser a direita e inferior de 2 cm, e margem esquerda e superior de 3 cm.

O espaçamento entre linhas deve ser redigido em espaço duplo e as citações e notas de rodapé em espaço simples.

Os artigos devem ser enviados em disquetes, digitados em Word for Windows na versão 6.0 ou 7.0 na fonte Times New Roman, tamanho 12.

Primeira Página:

Deve conter as informações na seguinte ordem:

- a) **nomes dos/as autores/as** seguido de indicação de nota remetendo para o rodapé da página, indicando profissão, vínculo institucional e título acadêmico, em nota de rodapé devem utilizar fonte menor que a usada na digitação do trabalho;
- b) **Título do trabalho** em versal, negrito e centralizado. Quando houver subtítulo deve vir em minúsculo e sem negrito;
- c) **resumo** de até 250 palavras em português

acompanhado das palavras –chave (no máximo 3) que identifiquem o conteúdo a 5 cm da margem esquerda, sem parágrafo; **d) abstract ou résumé** do resumo original acompanhado também das palavras chaves na língua escolhida.

Corpo do Artigo

a) Todos os artigos devem iniciar pela **INTRODUÇÃO** onde deverão constar objetivos e metodologias e forma de organização do texto; **b) O título** de cada seção deverá ser digitado em letra maiúscula, em negrito e sem numeração; **c) Os subtítulos** devem ser em letra minúscula, apenas a primeira letra que deve ser em maiúscula; **d) os títulos das tabelas e quadros** devem ser numerados consecutivamente em algarismo arábicos, devendo vir acima das ilustrações seguidas dos respectivos títulos; **e)** quando se tratar de **tabelas ou quadros transcritos** de outros textos deve-se colocar uma legenda abaixo da tabela indicando a fonte;

Citações e Sistema de Chamada: Todas as vezes que for indicada uma citação bibliográfica deve-se mencionar a fonte consultada. Para efeito de padronização a citação deve ser pelo **sistema alfabético** ou seja, sobrenome do autor, seguido da data de publicação e da página consultada, ex: (SILVA, 1999, p.45) ou Silva (1999, p.45) quando se tratar de citação direta ou indireta respectivamente.

As citações diretas com mais de 3 linhas devem ser destacadas do texto com recuo de 4 cm da margem esquerda em letra menor que a do texto e sem aspas (estas somente são usados quando se trata de citação direta curta que deverão estar incluídas no texto). **Exemplo citação direta longa:**

As crises do capitalismo, tanto cíclicas como cumulativas, a derrocada do modelo planificado da economia soviética, a ampliação dos dogmas do mercado e a insistente retórica neoliberal, como visto conduziram ao que se converteu chamar de crise - e porque não dizer, esgotamento do modelo keynesiano, com iminentes implicações nos contronos políticos, econômicos e jurídicos dos Estados (GONÇALVES, 2002, p.10)

Ou quando se trata de **citação curta direta:**

“Inspiradas pela vontade de discutir a desigualdade que atinge as mulheres em todo o mundo, as ativista de direitos humanos vêm realizando significativos ganhos nas últimas décadas assegurando a maior inclusão do tema ao abuso dos direitos humanos relativos às mulheres e ao gênero”. (CRENSHAW, 2002, p.171)

Maiores Informações Consultar ABNT NBR 10520/2002

Resenhas

Accitam-se resenhas de livros identificados com as linhas do Programa de Pós Graduação, desde que tenham sido publicados no Brasil há até dois anos.

Referências Bibliográficas

As referências bibliográficas devem ser elaboradas de acordo com a ABNT-NBR 6023/2002. Vale destacar que todo autor citado no texto deve ser listado na Bibliografia que poderá ser em ordem alfabética se você optar pela listagem de todos os textos consultados independente de tê-las citados ou em ordem numérica se você optar pela listagem apenas dos textos citados no seu artigo. Seguem abaixo uma síntese dos principais modelos de referência:

a) Livro com um autor

FOULCAUL, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. 8.ed.São Paulo: Martins Fontes, 2000.540p.

b) Livros com dois autores

TABAK, Fanny, TOSCANO, Moema. **Mulher e política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 133p.

c) Artigo de revista

SCAVONE Lucila. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 16, p.137 - 150, 2001.

LIMA, Maurício. A temporada de decisões está aberta. **Veja**. São Paulo, v. 35, n.23, p.44-45, jun.2002.

d) Artigo de Jornal

MELFI, Adolpho José. A realidade da USP. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 9 jul.2002. Caderno Opinião, p. A3.

ESCÂNDALO Sudam-Usimar leva de novo Murad a Justiça Federal. **Jornal Pequeno**. p. 6. São Luís, 18 set. 2002.

e) Dissertações e teses

Rocha, Lourdes de Maria Leitão Nunes. **A Atuação do Poder Judiciário face à questão de violência doméstica contra a mulher**. São Luís, 1998 230 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) Universidade Federal do Maranhão.

f) Capítulo de Livro

SILVA, Jercenilde Cunha. Corpo e saúde como espaço privilegiado para o resgate da cidadania feminina. In: DÍNCAO, Maria Ângela; ALVARES, Maria Luzia Miranda; SANTOS, Eunice Ferreira. (Orgs.). **Mulher e modernidade na**

Amazônia. São Paulo: Letras a Margem; Belém: GEPEM, 2001, p. 519 -531.
Tomo 2.

Documentos Eletrônicos

a) Trabalho individual com autoria

DINA, Antônio. **A fábrica automática e a organização do trabalho.** 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1987. 132. Disponível em: <<http://www.bu.ufsc.br/page6.html>>. Acesso: em 20 mar.2003.

b) Trabalho individual sem autoria

A ESPERANÇA e suas razões. **Periscópio** Boletim Eletrônico da Fundação Perseu Abramo e Secretaria de Formação do PT. São Paulo, n.16, maio 2002. Disponível em: <<http://wm2.uol.com.br/read/ndr>>. Acesso em: 15 maio, 2002.

E-mail

FERNANDES, Maria da Glória. **Normas para publicação na Revista Cadernos de Campo**[mensagem pessoal] Mensagem recebida por silva@terra.com.br. em 10 jun.2002.

